

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025

(Tradução livre do original em inglês)

Conteúdo

Demonstração Consolidada do Resultado	3
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	4
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	5
Balanço Patrimonial Consolidado	6
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Performance.....	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Principais eventos e transações relacionados às demonstrações financeiras de 2025	10
3. Informações por segmento de negócios e área geográfica	11
4. Custos e despesas por natureza	14
5. Tributos	15
6. Lucro básico e diluído por ação	20
Capital de giro	22
7. Contas a receber	22
8. Estoques	23
9. Fornecedores e outras contas a pagar	23
10. Transações de streaming	24
11. Fluxos de caixa das atividades operacionais	25
Ativos operacionais.....	27
12. Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	27
13. Imobilizado	32
14. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	34
15. Intangíveis	37
16. Concessões de ferrovias	38
17. Informações financeiras relacionadas ao clima	39
Gestão financeira	43
18. Resultado financeiro	43
19. Ativos e passivos financeiros	44
20. Gestão de riscos financeiros e de capital	47
21. Empréstimos e financiamentos	52
22. Arrendamentos	54
23. Outros ativos e passivos financeiros	55
24. Fluxos de caixa das atividades de financiamento	57
Provisões, contingências e outros compromissos	60
25. Rompimento da barragem de Brumadinho	60
26. Passivos relacionados à participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	63
27. Processos judiciais e administrativos	66
28. Compromissos e garantias concedidas	70
Estrutura de capital	72
29. Patrimônio líquido	72
a) Capital social	72
b) Cancelamento de ações em tesouraria	72
c) Recompra de ações	72
d) Destinação do resultado do exercício	73
e) Remuneração deliberada aos acionistas	73
f) Reservas de lucro	74
Partes relacionadas	77
30. Investimentos em controladas, coligadas e <i>joint ventures</i>	77
31. Aquisições e desinvestimentos	82
32. Benefícios a empregados	87
33. Partes relacionadas	95
Base de preparação e outros requerimentos	99
34. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	99
Relatório da Administração sobre os Controles Internos Relacionados ao Processo de Preparação e Divulgação das Demonstrações Financeiras ("Internal Control over Financial Reporting – ICFR")	101
Relatório de firma registrada independente de contabilidade pública	102

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhões de dólares norte-americanos, exceto o lucro por ação

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Receita de vendas, líquida	3(b)	38.403	38.056	41.784
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4(a)	(24.947)	(24.265)	(24.089)
Lucro bruto		13.456	13.791	17.695
Despesas operacionais				
Com vendas e administrativas	4(b)	(641)	(622)	(553)
Pesquisa e desenvolvimento		(693)	(790)	(723)
Pré-operacionais e paradas de operação	14	(268)	(403)	(450)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4(c)	(1.358)	(1.489)	(1.498)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	12	(4.599)	301	(266)
Lucro operacional		5.897	10.788	14.205
Receitas financeiras	18	501	422	432
Despesas financeiras	18	(1.647)	(1.473)	(1.459)
Outros itens financeiros, líquido	18	120	(2.772)	(919)
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures	26 e 30	(218)	(269)	(1.108)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.653	6.696	11.151
Tributos sobre o lucro	5	(2.670)	(721)	(3.046)
Lucro líquido		1.983	5.975	8.105
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		(369)	(191)	122
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.		2.352	6.166	7.983
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.	6			
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (US\$) da Vale S.A.		0,55	1,44	1,83

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Em milhões de dólares norte-americanos

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Lucro líquido		1.983	5.975	8.105
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão da Controladora		4.306	(9.172)	2.966
Obrigações com benefícios de aposentadoria		18	102	(68)
		—	—	13
		4.324	(9.070)	2.911
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão de operações no exterior				
<i>Hedge</i> de investimento líquido em operação no exterior	20(a.iv)	(887)	2.237	(522)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	20(a.iv)	273	(500)	139
Participações em outros resultados abrangentes de controladas		—	—	(19)
Reclassificação de ajustes acumulados de conversão para o resultado (i)		10	(1.115)	—
		(604)	622	(402)
Resultado abrangente		5.703	(2.473)	10.614
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores		(278)	(284)	125
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Vale S.A.		5.981	(2.189)	10.489

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente ao efeito da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão para o resultado do exercício em função do desinvestimento com perda de controle na Vale Oman Distribution Center e na PT Vale Indonesia Tbk, nos valores de US\$112 (R\$620 milhões) e US\$1.063 (R\$5.728 milhões), respectivamente (notas 31c e 31d).

Os itens acima estão apresentados líquidos de impostos quando aplicável, os quais estão apresentados na nota 5.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhões de dólares norte-americanos

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Caixa gerado pelas operações	11(a)	13.401	13.767	17.252
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	24	(1.000)	(868)	(743)
Recebimentos na liquidação de derivativos, líquido	20	579	11	567
Pagamentos relacionados ao evento de Brumadinho	25	(874)	(909)	(1.330)
Pagamentos relacionados à descaracterização das barragens	14	(378)	(533)	(458)
Pagamentos relacionados à recompra parcial e remuneração das debêntures participativas	23(b)	(945)	(243)	(233)
Pagamentos de tributos sobre o lucro (incluindo programas de refinanciamento)		(1.982)	(1.859)	(1.890)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.801	9.366	13.165
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Investimentos no imobilizado e intangível		(6.006)	(6.447)	(5.920)
Pagamentos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco	26(a)	(2.298)	(808)	(553)
Pagamento antecipado relacionado à repactuação dos contratos de concessão ferroviária	16	–	(656)	–
Recebimentos (pagamentos) provenientes da alienação e aquisição de investimentos, líquidos	31	891	2.687	(139)
Dividendos recebidos de coligadas e <i>joint ventures</i>		313	81	204
Aplicações financeiras, líquidas		337	(85)	127
Outras atividades de investimento, líquidas		(101)	(140)	(38)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(6.864)	(5.368)	(6.319)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos de terceiros	24	4.718	4.855	1.950
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros	24	(1.454)	(2.605)	(658)
Pagamentos de arrendamentos	22(b)	(174)	(202)	(233)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Vale S.A.	29(e.i)	(3.561)	(3.914)	(5.513)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	30(c)	–	–	(41)
Programa de recompra de ações	29(c)	–	(409)	(2.714)
Emissão de títulos subordinados	24	741	–	–
Aquisição de participação adicional na VOPC	31(g)	–	–	(130)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		270	(2.275)	(7.339)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquido		2.207	1.723	(493)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.953	3.609	4.736
Efeito de variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		212	(454)	69
Efeito da transferência do caixa de controladas classificadas como ativos não circulantes mantidos para venda e outros		–	75	(703)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.372	4.953	3.609

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhões de dólares norte-americanos

	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	19	7.372	4.953
Aplicações financeiras de curto prazo	19	194	53
Contas a receber	7	2.297	2.358
Outros ativos financeiros	23	457	53
Estoques	8	5.937	4.605
Tributos a recuperar	5(e)	1.505	1.100
Outros		529	359
		18.291	13.481
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	27(c)	651	537
Outros ativos financeiros	23	482	231
Tributos a recuperar	5(e)	1.776	1.297
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	6.318	8.244
Outros		1.400	1.317
		10.627	11.626
Investimentos em coligadas e joint ventures	30	5.029	4.547
Intangíveis	15	8.953	10.514
Imobilizado	13	43.625	39.984
		68.234	66.671
Total do ativo		86.525	80.152
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	5.565	4.234
Empréstimos e financiamentos	21	518	1.020
Arrendamentos	22	160	147
Concessões de ferrovias	16	570	467
Outros passivos financeiros	23	655	1.076
Tributos a recolher	5(e)	687	574
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	423	353
Passivos relacionados a Brumadinho	25	758	714
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	26	1.082	1.844
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	14	868	833
Provisões para processos judiciais e administrativos	27(a)	144	119
Benefícios a empregados	32	1.133	1.012
Dividendos a pagar		2.651	330
Outros		656	367
		15.870	13.090
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	21	17.616	13.772
Arrendamentos	22	508	566
Concessões de ferrovias	16	1.824	1.887
Outros passivos financeiros	23	3.047	2.677
Programas de refinanciamento ("REFIS")	5(e)	784	1.007
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	107	445
Passivos relacionados a Brumadinho	25	1.153	1.256
Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures	26	1.531	1.819
Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos	14	5.294	4.930
Provisões para processos judiciais e administrativos	27(a)	899	894
Benefícios a empregados	32	1.214	1.118
Transações de streaming		1.968	1.882
Outros		360	281
		36.305	32.534
Total do passivo		52.175	45.624
Patrimônio líquido	29		
Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.		33.509	33.406
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores		841	1.122
Total do patrimônio líquido		34.350	34.528
Total do passivo e patrimônio líquido		86.525	80.152

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de dólares norte-americanos

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Ações em tesouraria	Ajustes da avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.	Patrimônio líquido dos acionistas não	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		61.614	1.139	20.744	(4.980)	(1.675)	(40.975)	-	35.867	1.491	37.358
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	7.983	7.983	122	8.105
Outros resultados abrangentes		-	-	1.495	-	(73)	1.084	-	2.506	3	2.509
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale S.A.	29(e)	-	-	(437)	-	-	-	(3.744)	(4.181)	-	(4.181)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Transação com acionistas não controladores	31(g)	-	-	-	-	3	-	-	3	(59)	(56)
Apropriação às reservas de lucros		-	-	4.239	-	-	-	(4.239)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(2.714)	-	-	-	(2.714)	-	(2.714)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	26	(29)	-	-	(3)	-	(3)
Ações em tesouraria canceladas	29(b)	-	-	(4.164)	4.164	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		61.614	1.139	21.877	(3.504)	(1.774)	(39.891)	-	39.461	1.520	40.981
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	6.166	6.166	(191)	5.975
Outros resultados abrangentes		-	-	(5.007)	-	144	(3.492)	-	(8.355)	(93)	(8.448)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale S.A.	29(e)	-	-	(2.364)	-	-	-	(1.996)	(4.360)	-	(4.360)
Transações com acionistas não controladores (i)		-	-	-	-	895	-	-	895	(114)	781
Apropriação às reservas de lucros		-	-	4.170	-	-	-	(4.170)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(409)	-	-	-	(409)	-	(409)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	2	6	-	-	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024		61.614	1.139	18.676	(3.911)	(729)	(43.383)	-	33.406	1.122	34.528
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	2.352	2.352	(369)	1.983
Outros resultados abrangentes		-	-	2.377	-	2	1.250	-	3.629	91	3.720
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale S.A.	29(e)	-	-	(4.131)	-	-	-	(1.792)	(5.923)	-	(5.923)
Dividendos de acionistas não controladores				-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Transação com acionistas não controladores				560	-	-	-	(560)	-	-	-
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	1	44	-	-	45	-	45
Saldo em 31 de dezembro de 2025		61.614	1.139	17.482	(3.910)	(683)	(42.133)	-	33.509	841	34.350

(i) O efeito no patrimônio líquido dos acionistas não controladores inclui o desreconhecimento da participação de acionistas não controladores na PT Vale Indonesia Tbk no valor de US\$1.628 (R\$9.050 milhões), (nota 31d) e o reconhecimento da participação de acionistas não controladores na Vale Base Metals Limited no valor de US\$1.514 (R\$7.828 milhões), (nota 31e).

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



Performance

1. Contexto operacional

A Vale S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O capital social é composto por ações ordinárias, negociadas na B3 sob o código VALE3. A Companhia possui *American Depositary Receipt* ("ADRs") listadas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") sob o código VALE. As ações também são negociadas no LATIBEX, sob o código XVALO. O LATIBEX é um mercado eletrônico não regulado criado pela Bolsa de Valores de Madri, para possibilitar a negociação de valores mobiliários latino-americanos. A composição acionária está apresentada na nota 29 destas demonstrações financeiras.

A Vale S.A., em conjunto com suas controladas ("Vale" ou "Companhia"), é uma das maiores produtoras mundiais de minério de ferro e níquel, produzindo também pelotas e briquetes de minério de ferro, cobre e subprodutos como metais do grupo da platina (PGM), ouro, prata e cobalto.

Os negócios da Companhia estão organizados em dois segmentos operacionais, "Soluções de Minério de Ferro" e "Vale Metais Básicos" (nota 3).

Soluções de Minério de Ferro

Compreende a extração de minério de ferro, a produção de pelotas e briquetes, bem grandes sistemas logísticos e centros de distribuição integrados às suas operações de mineração, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos.

- **Minério de ferro.** A Companhia opera três sistemas no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro:

Sistema Norte. Totalmente integrado, com três complexos de mineração, uma ferrovia e um terminal marítimo.

Sistema Sudeste. Totalmente integrado, com três complexos de mineração, uma ferrovia e terminais marítimos.

Sistema Sul. Composto por dois complexos de mineração e terminais marítimos.

- **Pelotas de minério de ferro e outros produtos ferrosos.** A Vale possui um portfólio diversificado de aglomerados, que inclui pelotas e briquetes. A Companhia opera oito plantas de pelotização no Brasil, duas em Omã dedicadas à produção de pelotas, e duas plantas de briquetagem no Brasil para produção de briquetes.

A maior parte destes produtos são vendidos para o mercado internacional por meio da principal trading do grupo, a Vale International S.A. ("VISA"), uma subsidiária integral da Vale que está localizada na Suíça.

Vale Metais Básicos

O segmento Vale Metais Básicos é conduzido pela Vale Base Metals (VBM) e compreende a produção de níquel, cobre e respectivos subprodutos.

- **Níquel.** As principais operações são conduzidas pela Vale Canada Limited ("Vale Canada"), que possui minas e plantas de processamento no Canadá e no Brasil, além de instalações de refino de níquel no Reino Unido e Japão. A Companhia também detém investimentos em operações de níquel na Indonésia.
- **Cobre.** No Brasil, a Companhia produz concentrados de cobre em Sossego e Salobo em Carajás, Estado do Pará. No Canadá, por meio da Vale Canada, produz concentrados e cátodos de cobre, associados às operações de níquel em Sudbury (Ontário) e Voisey's Bay (Newfoundland e Labrador).
- **Outros metais básicos.** Em Sudbury, o minério extraído gera cobalto, PGMs, prata e ouro como subprodutos, processados nas instalações de refino em Port Colborne (Ontário). No Canadá, a Companhia também produz cobalto refinado em Long Harbour (Newfoundland e Labrador). As operações de cobre em Sossego e Salobo também produzem prata e ouro como subprodutos. A Companhia também possui transações de streaming em subprodutos de níquel e cobre, conforme apresentado na nota 10 destas demonstrações financeiras.

A Companhia também participa da exploração mineral *greenfield* em cinco países, sendo eles Brasil, Canadá, Chile, Peru e Indonésia. Além disso, a Vale detém participações em coligadas e *joint ventures*, envolvidas principalmente na produção de produtos ferrosos e metais básicos, na operação de infraestrutura logística e em negócios de energia que visam atender parte da necessidade de consumo da Vale por meio de fontes renováveis. A lista dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* da Companhia está apresentada na nota 30.

2. Principais eventos e transações relacionados às demonstrações financeiras de 2025

Ativos operacionais

- **Perda por *Impairment* nos ativos de níquel (Vale Metais Básicos)** – No último trimestre do exercício de 2025, a Companhia identificou indicadores de *impairment* relacionados às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") de níquel. Diante disso, foi realizado teste de recuperabilidade para essas UGCs, resultando no reconhecimento de perda por *impairment* referente à UGC de Newfoundland and Labrador, localizada no Canadá, no montante de US\$1.745 (R\$9.517 milhões). Adicionalmente, o teste de recuperabilidade do ágio alocado às UGCs de níquel do Canadá resultou no reconhecimento de perda por *impairment* no montante de US\$1.735 (R\$9.463 milhões). Essas perdas estão apresentadas como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício. Maiores detalhes estão apresentados na nota 12 destas demonstrações financeiras.

Gestão financeira

- **Recompra de debêntures participativas** – Em novembro de 2025, a Vale concluiu a recompra parcial das debêntures participativas por US\$703 (R\$3.755 milhões), incluindo o pagamento de prêmio de US\$15 (R\$80 milhões), que está apresentado na demonstração do resultado do exercício como "despesas financeiras". Maiores detalhes estão apresentados na nota 23(b) destas demonstrações financeiras.
- **Emissão de títulos subordinados** – Em novembro de 2025, a Vale emitiu títulos subordinados no valor de US\$750 (R\$4.006 milhões) com vencimento em 2056. Maiores detalhes estão apresentados na nota 23(a) destas demonstrações financeiras.
- **Oferta pública de debêntures** – Em junho de 2025, a Companhia emitiu debêntures no valor de US\$1 bilhão (R\$6 bilhões) com vencimento em 2032, 2035 e 2037. Maiores detalhes estão apresentados na nota 24(a) destas demonstrações financeiras.
- **Emissão e recompra de bonds** – Em fevereiro de 2025, a Companhia emitiu bonds no valor de US\$750 (R\$4.324 milhões) com vencimento em 2054. Em março de 2025, esses recursos foram parcialmente utilizados para resgatar bonds com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de US\$329 (R\$1.890 milhões) pagando prêmio de US\$44 (R\$254 milhões), que foi registrado na demonstração do resultado do período como despesa financeira. Maiores detalhes estão apresentados na nota 24 destas demonstrações financeiras.

Provisões e contingências

- **Ação judicial no Reino Unido** – Em novembro de 2025, a corte Inglesa confirmou a responsabilidade da BHP pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015, que era operada pela Samarco, uma *joint venture* entre Vale e BHP. Com isso, a Vale reconheceu uma provisão adicional de US\$449 (R\$2.450 milhões), apresentada no resultado do exercício de 2025 como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures". Maiores detalhes estão apresentados na nota 26(c) destas demonstrações financeiras.

Estrutura de capital

- **Remuneração aos acionistas** – Durante o exercício de 2025, a Companhia aprovou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor de US\$5.923 (R\$32.524 milhões). Maiores detalhes estão apresentados na nota 29(e) destas demonstrações financeiras.

Partes relacionadas

- **Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")** – Em setembro de 2025, a Companhia concluiu a venda de 70% de participação na Aliança para a Global Infrastructure Partners ("GIP"), por US\$871 (R\$4.616 milhões). Como resultado, a Aliança passou a ser uma coligada e a Vale reconheceu uma perda de US\$206 (R\$1.146 milhões) no resultado do exercício, que está apresentada como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Maiores detalhes estão apresentados na nota 31(a) destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

3. Informações por segmento de negócios e área geográfica

Os segmentos operacionais reportáveis estão alinhados com os produtos e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, que incluem o Comitê Executivo e o Conselho de Administração, utilizam o LAJIDA (EBITDA) ajustado como medida de desempenho por segmento.

Segmento	Principais atividades
Soluções de Minério de Ferro	Compreendem a extração e produção de minério de ferro, produção de pelotas, outros produtos ferrosos e serviços de logística relacionados.
Vale Metais Básicos	Incluem a extração e produção de níquel e subprodutos (ouro, prata, cobalto e outros metais) e cobre, bem como seus subprodutos (ouro e prata).

O LAJIDA (EBITDA) ajustado da Companhia é calculado a partir do lucro ou prejuízo operacional, incluindo o LAJIDA (EBITDA) de coligadas e *joint ventures*, que é uma medida do "resultado de participações" (nota 30); e excluindo (i) depreciação, exaustão e amortização; e (ii) redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros.

Adicionalmente, itens não alocados aos segmentos reportáveis incluem despesas corporativas, pesquisa e desenvolvimento de projetos de exploração *greenfield*, bem como as despesas relacionadas ao evento de Brumadinho e a descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos.

a) LAJIDA (EBITDA) ajustado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Minério de ferro		11.562	11.598	15.205
Pelotas de minério de ferro		2.052	3.166	3.136
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos		189	321	473
Soluções de Minério de Ferro		13.803	15.085	18.814
Níquel		714	114	851
Cobre		2.757	1.521	1.100
Outros metais básicos		(116)	(182)	12
Vale Metais Básicos		3.355	1.453	1.963
Itens não alocados		(1.700)	(1.698)	(2.176)
LAJIDA (EBITDA) ajustado		15.458	14.840	18.601
Depreciação, exaustão e amortização	11(a)	(3.105)	(3.057)	(3.070)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros (i)		(5.384)	(55)	(482)
LAJIDA (EBITDA) de coligadas e <i>joint ventures</i>		(1.072)	(940)	(844)
Lucro operacional		5.897	10.788	14.205
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	30	(218)	(269)	(1.108)
Resultado financeiro	18	(1.026)	(3.823)	(1.946)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.653	6.696	11.151

(i) Inclui US\$3.578 (R\$19.517 milhões) de perdas por *impairment* (2024: US\$2.210 (R\$13.471 milhões) e 2023: US\$0 (R\$0)), US\$1.021 (R\$5.630 milhões) de perdas líquidas com baixa de ativos não circulantes (2024: ganhos líquidos de US\$2.511 (R\$13.981 milhões) e 2023: perdas líquidas de US\$266 (R\$1.317 milhões) e US\$785 (R\$4.331 milhões) de despesas para refletir a performance das transações de *streaming* a preços de cotação de mercado (2024: US\$356 (R\$1.983 milhões) e 2023: US\$216 (R\$1.073 milhões)).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b) Receita líquida de vendas por segmento de negócios e área geográfica

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025									
	Soluções de Minério de Ferro					Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	Vale	Receita de vendas, líquida
China (i)	18.517	16	—	18.533	523	301	48	872	19.405	
Japão	1.990	170	2	2.162	263	—	—	263	2.425	
Ásia, exceto Japão e China	2.464	323	20	2.807	412	588	66	1.066	3.873	
Brasil	979	1.362	702	3.043	69	—	23	92	3.135	
Estados Unidos	—	193	—	193	869	—	46	915	1.108	
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	—	192	—	192	571	—	—	571	763	
Alemanha	310	138	—	448	574	825	6	1.405	1.853	
Europa, exceto Alemanha	750	89	—	839	953	2.039	40	3.032	3.871	
Oriente Médio, África e Oceania	—	1.913	—	1.913	57	—	—	57	1.970	
Receita de vendas, líquida	25.010	4.396	724	30.130	4.291	3.753	229	8.273	38.403	

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
	Soluções de Minério de Ferro					Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Outros metais básicos	Total Vale Metais Básicos	Vale	Receita de vendas, líquida
China (i)	18.157	—	—	18.157	432	717	69	1.218	19.375	
Japão	2.380	278	2	2.660	360	—	30	390	3.050	
Ásia, exceto Japão e China	2.040	378	11	2.429	381	77	—	458	2.887	
Brasil	1.085	1.706	704	3.495	50	—	20	70	3.565	
Estados Unidos	26	172	—	198	855	—	22	877	1.075	
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	—	443	1	444	429	97	—	526	970	
Alemanha	316	188	—	504	401	562	—	963	1.467	
Europa, exceto Alemanha	794	146	—	940	727	1.352	—	2.079	3.019	
Oriente Médio, África e Oceania	7	2.610	—	2.617	31	—	—	31	2.648	
Receita de vendas, líquida	24.805	5.921	718	31.444	3.666	2.805	141	6.612	38.056	

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
	Soluções de Minério de Ferro					Vale Metais Básicos				
	Minério de ferro	Pelotas de minério de ferro	Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	Total Soluções de Minério de Ferro	Níquel	Cobre	Total Vale Metais Básicos	Outros	Vale	Receita de vendas, líquida
China (i)	21.061	2	—	21.063	693	454	1.147	—	22.210	
Japão	2.356	279	1	2.636	583	—	583	—	3.219	
Ásia, exceto Japão e China	1.691	407	10	2.108	462	105	567	—	2.675	
Brasil	1.370	1.684	502	3.556	63	—	63	136	3.755	
Estados Unidos	—	262	—	262	1.361	—	1.361	—	1.623	
Américas, exceto Estados Unidos e Brasil	1	398	1	400	456	41	497	—	897	
Alemanha	244	55	2	301	458	592	1.050	—	1.351	
Europa, exceto Alemanha	1.037	374	—	1.411	1.082	1.184	2.266	—	3.677	
Oriente Médio, África e Oceania	—	2.342	—	2.342	35	—	35	—	2.377	
Receita de vendas, líquida	27.760	5.803	516	34.079	5.193	2.376	7.569	136	41.784	

(i) Inclui a receita de vendas da China Continental no valor de US\$19.038 (R\$105.697 milhões) (2024: US\$18.556 (R\$100.765 milhões) e 2023: US\$21.577 (R\$107.122 milhões)) e Taiwan no valor de US\$367 (R\$2.051 milhões) (2024: US\$819 (R\$4.435 milhões) e 2023: US\$633 (R\$3.153 milhões)).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Em 2025 e 2024, nenhum cliente representou isoladamente 10% ou mais das receitas da Companhia. Em 2023, a receita proveniente de um único cliente do segmento de Soluções de Minério de Ferro totalizou US\$4.239 (R\$20.881 milhões), representando individualmente 10% da receita total da Companhia.

c) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados por segmento de negócios

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Minério de Ferro	13.488	12.846	12.357
Pelota de Minério de Ferro	2.516	2.920	2.759
Outros produtos ferrosos e serviços logísticos	608	556	335
Soluções de Minério de Ferro	16.612	16.322	15.451
Níquel	3.513	3.414	4.169
Cobre	1.646	1.472	1.357
Outros metais básicos	217	154	–
Vale Metais Básicos	5.376	5.040	5.526
Outros	–	–	196
Depreciação, exaustão e amortização	2.959	2.903	2.916
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24.947	24.265	24.089

d) Ativos por área geográfica

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Investimentos em coligadas e joint ventures	Intangíveis	Imobilizado	Total	Investimentos em coligadas e joint ventures	Intangíveis	Imobilizado	Total
Brasil	2.593	8.944	33.755	45.292	2.046	8.847	28.706	39.599
Canadá	–	8	8.054	8.062	–	1.666	9.452	11.118
Américas, exceto Brasil e Canadá	–	–	4	4	–	–	3	3
Indonésia	1.842	–	63	1.905	1.885	–	61	1.946
China	–	1	3	4	–	1	4	5
Ásia, exceto Indonésia e China	–	–	623	623	–	–	654	654
Europa	–	–	617	617	–	–	589	589
Omã	594	–	506	1.100	616	–	515	1.131
Total	5.029	8.953	43.625	57.607	4.547	10.514	39.984	55.045

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Política contábil

Receita de vendas – A receita é reconhecida quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. Como as vendas da Vale estão sujeitas a diferentes modalidades de transporte, a receita é reconhecida quando (i) o produto for disponibilizado no porto de embarque, (ii) carregado no navio, (iii) no porto de descarga ou (iv) entregue no armazém do cliente.

Uma proporção relevante das vendas da Vale é realizada com base nos *Incoterms* de Custo e Frete ("CFR") e Custo, Seguro e Frete ("CIF"), pelos quais a Companhia é responsável por fornecer serviços de frete após a data em que a Vale transfere o controle dos bens para os clientes. Os serviços de frete para contratos CFR e CIF são considerados como uma obrigação de desempenho separada, na qual uma proporção do preço da transação é alocada e reconhecida ao longo do tempo à medida em que os serviços de frete são prestados.

Geralmente, os termos do contrato de pagamento consideram os pagamentos antecipados ou o uso de cartas de crédito. As condições de pagamento não possuem um componente financeiro significativo. Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado ou contratuais até à data da fixação do preço final.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de vendas na demonstração do resultado.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos e serviços prestados

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	Consolidado 2023
Frete e outros custos associados	4.990	5.015	4.523
Serviços	4.879	4.509	4.131
Depreciação, exaustão e amortização	2.959	2.903	2.916
Pessoal	2.892	2.689	2.931
Materiais	2.828	2.758	2.731
Aquisição de produtos	2.620	1.980	2.254
Royalties	1.274	1.282	1.286
Óleo, combustível e gases	1.159	1.399	1.626
Energia	596	653	781
Outros	750	1.077	910
Total	24.947	24.265	24.089

b) Despesas com vendas e administrativas

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	Consolidado 2023
Pessoal	252	266	243
Serviços	159	161	154
Depreciação e amortização	72	56	47
Outros	158	139	109
Total	641	622	553

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	Consolidado 2023
Despesas relacionadas ao evento de Brumadinho	25	596	483	930
Complemento (reversão) de provisão relacionadas à descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos, líquidos	14	13	(172)	229
Provisão para processos judiciais	27(a)	238	303	229
Programa de participação nos lucros		149	189	147
Despesas com compromissos socioambientais		134	360	181
Outros		228	326	(218)
Total		1.358	1.489	1.498

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

5. Tributos

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.653	6.696	11.151
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação (34%)		(1.582)	(2.277)	(3.791)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:				
(Baixa) constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais e outras naturezas (i)		(2.832)	490	294
Incentivos fiscais		1.070	666	1.071
Juros sobre o capital próprio		1.022	762	789
Efeitos da apuração fiscal em entidades no exterior		(283)	(406)	(102)
Dedução de CSLL no Brasil	5(d)	128	—	—
Provisão relacionada à Samarco	26(a)	(125)	(361)	(404)
Efeitos fiscais decorrentes de desinvestimentos e aquisições, líquido		(122)	651	—
Resultado de participações societárias		123	103	88
Reversão do imposto de renda diferido relacionado à Fundação Renova		—	—	(1.078)
Outros		(69)	(349)	87
Tributos sobre o lucro		(2.670)	(721)	(3.046)
Tributos correntes		76	(2.008)	(1.375)
Tributos diferidos		(2.746)	1.287	(1.671)
Tributos sobre o lucro		(2.670)	(721)	(3.046)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo refere-se substancialmente à baixa de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais decorrente da atualização da estimativa de lucros tributáveis futuros em subsidiárias no Canadá e na Suíça, principalmente em função da revisão de premissas de longo prazo. Consequentemente, há uma base de prejuízos fiscais no montante de US\$6.352 (R\$34.951 milhões) (2024: US\$4.002 (R\$24.782 milhões)), relacionados as subsidiárias da Vale S.A., para os quais não há ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2025.

b) Imposto de renda diferido ativos e passivos

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano.

31 de dezembro de	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal	3.617	5.516	—	—
Diferenças temporárias:				
Provisão para descomissionamento de ativos e outros passivos	2.862	2.829	(633)	(509)
Valor justo de instrumentos financeiros	645	932	—	—
Obrigações com benefícios e aposentadoria	396	368	—	—
Provisão para processos judiciais e administrativos	333	327	—	—
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de	—	—	(930)	(1.695)
Amortização de ágio	—	—	(527)	(462)
Outros	448	494	—	—
	8.301	10.466	(2.090)	(2.666)
Balanço patrimonial				
Ativo	6.318	8.244	—	—
Passivo	—	—	(107)	(445)

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo	Passivo	Imposto diferido, líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.565	870	8.695
Prejuízo fiscal	937	–	937
Provisão para descomissionamento de ativos e outras provisões	(361)	18	(379)
Valor justo de instrumentos financeiros	393	–	393
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de negócios	–	(397)	397
Outros	(61)	–	(61)
Efeitos no resultado	908	(379)	1.287
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(20)	26	(46)
Valor justo de instrumentos financeiros	(1)	–	(1)
Outros resultados abrangentes	(21)	26	(47)
Transferências entre ativo e passivo	(250)	(250)	–
Ajuste de conversão	(1.953)	(130)	(1.823)
Incorporações, aquisições e desinvestimentos	(5)	308	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.244	445	7.799
Prejuízo fiscal	(2.484)	–	(2.484)
Provisão para descomissionamento de ativos e outras provisões	(281)	77	(358)
Valor justo de instrumentos financeiros	(387)	–	(387)
Ajuste a valor justo de imobilizado e intangível decorrente de combinação de negócios	–	(608)	608
Outros	(116)	10	(126)
Efeitos no resultado	(3.268)	(521)	(2.747)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	7	9	(2)
Outros resultados abrangentes	7	9	(2)
Transferências entre ativo e passivo	430	430	–
Ajuste de conversão	914	60	854
Incorporações, aquisições e desinvestimentos	(9)	(316)	307
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.318	107	6.211

c) Incentivos fiscais

No Brasil, a Companhia possui incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda gerado pelas operações conduzidas na região norte com minério de ferro e cobre ("Incentivos Fiscais"). O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade incentivada (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiários para cada produto, que no geral são por 10 anos. Além destes incentivos, parte do imposto de renda devido pode ser reinvestido na aquisição de novas máquinas e equipamentos, sujeito à aprovação posterior pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM").

De acordo com a legislação brasileira e a Resolução do Conselho Deliberativo da SUDAM Nº 136, que impõe a obrigatoriedade para capitalização do reinvestimento, o montante obtido com a economia fiscal em função dos Incentivos Fiscais deve ser apropriado em conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas. O impacto dos Incentivos Fiscais na alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro está apresentado como "incentivos fiscais" no item (a) desta nota explicativa.

A Lei Complementar nº 224 ("LC 224"), sancionada em dezembro de 2025 e com vigência a partir de 2026, estabelece uma redução linear de 10% nos incentivos e benefícios federais de natureza tributária. Os Incentivos Fiscais atualmente usufruídos pela Companhia, os quais expiram entre 2028 e 2035, não serão impactados pela LC 224. À medida que as vigências se aproximam do prazo de expiração, a Vale avalia e conduz os procedimentos necessários para seu novo enquadramento e concessão. Caso obtenha êxito junto aos órgãos competentes, os novos incentivos serão concedidos com a mencionada redução de 10%. Assim, a redução do imposto de renda passa dos atuais 75,0% para 67,5%, refletindo os ajustes previstos na LC 224 em relação a novos incentivos.

d) Posições fiscais incertas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil em relação a certas posições fiscais adotadas pela Companhia na apuração do imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), cuja determinação final é incerta e pode ser alterada dependendo de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e mudanças nas leis e regulamentos tributários. As posições fiscais assumidas pela Vale são apoiadas por assessores jurídicos especializados e a Companhia está sujeita à revisão pelas autoridades locais do imposto de renda por até 10 anos dependendo da jurisdição em que ela opera.

O valor autuado em discussão com as autoridades fiscais é de US\$8.858 (R\$48.742 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: US\$7.275 (R\$45.046 milhões)), que inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL no montante de US\$1.658 (R\$9.125 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: US\$1.336 (R\$8.273 milhões)), caso a autoridade fiscal não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia em relação a esses temas.

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Autuado (i)	Não autuado (ii)	Total	Autuado (i)	Não autuado (ii)	Total
Incógnitas fiscais não registradas no balanço patrimonial						
Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior	4.819	1.808	6.627	3.893	1.608	5.501
Despesas de Juros sobre o Capital Próprio	1.311	–	1.311	1.402	–	1.402
Processo relacionado ao imposto pago no exterior	517	–	517	427	–	427
Amortização de ágio	1.008	77	1.085	807	62	869
Despesas com repasses à Fundação Renova (iii)	733	277	1.010	327	351	678
Outros	470	–	470	419	–	419
	8.858	2.162	11.020	7.275	2.021	9.296
Incógnitas fiscais registradas no balanço patrimonial						
Dedução de CSLL no Brasil (iv)	–	–	–	154	–	154
	–	–	–	154	–	154

(i) Inclui os efeitos tributários da redução de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL, com multa e juros.

(ii) Inclui o valor de principal, sem multa e juros.

(iii) Em outubro de 2025, a Companhia recebeu auto de infração relativo ao período de 2020, no montante de US\$334 (R\$1.775 milhões).

(iv) Com base em decisão administrativa proferida no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em julho de 2025, o montante foi parcialmente liquidado US\$56 (R\$297 milhões), enquanto o saldo remanescente US\$128 (R\$688 milhões) foi revertido do passivo, impactando a rubrica de "tributos sobre o lucro" na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia acredita que o tratamento fiscal adotado para estes assuntos será aceito em decisões de tribunais superiores de última instância. As principais discussões estão descritas a seguir.

Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior – A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ e CSLL, referente aos anos de 2015 a 2020 em decorrência da desconsideração por parte da autoridade fiscal do custo de intermediação e outros ajustes utilizados na apuração do cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério ferro, pelotas, manganês e cobre para uma subsidiária no exterior. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa, que aguarda julgamento.

O valor total autuado é de US\$3.684 (R\$20.274 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$2.979 (R\$18.447 milhões)) acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de US\$1.135 (R\$6.243 milhões) (2024: US\$914 (R\$5.661 milhões)) com multa e juros, totalizando US\$4.819 (R\$26.517 milhões) (2024: US\$3.893 (R\$24.108 milhões)). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de US\$1.808 (R\$9.950 milhões) (2024: US\$1.608 (R\$9.958 milhões)). A Companhia considera o tratamento tributário adequado e discute as referidas cobranças na esfera administrativa.

Despesas de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") – A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ, CSLL e multas, sob o fundamento de ser indevida a dedução de JCP, referente aos anos-base de 2017 e 2018, por inobservância do regime de competência e ausência de crédito contábil individualizado por acionista. O valor autuado é de US\$997 (R\$5.488 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$1.149 (R\$7.115 milhões)), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de US\$314 (R\$1.727 milhões) (2024: US\$253 (R\$1.566 milhões)), com multa e juros, totalizando US\$1.311 (R\$7.215 milhões) (2024: US\$1.402 (R\$8.681 milhões)). A Companhia apresentou defesas administrativas para essas autuações.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2025, a Vale obteve decisão favorável em 1ª instância na esfera judicial em relação à autuação do ano-base 2018, aplicando ao caso o entendimento firmado no STJ (Superior Tribunal de Justiça) no Tema 1.319 e, como resultado, a estimativa de perda em relação a esta autuação foi parcialmente reclassificada para prognóstico de perda remota.

Compensação do imposto pago no exterior – A Companhia recebeu autuação no valor total de US\$517 (R\$2.847 milhões) (2024: US\$427 (R\$2.642 milhões)) devido à desconsideração dos tributos pagos no exterior que foram compensados para pagamento do IRPJ referente ao ano-base de 2016. As Autoridades Fiscais alegam que não foram cumpridas as regras aplicáveis à compensação, no Brasil, do imposto de renda pago no exterior. A Companhia apresentou sua defesa contra esta cobrança e obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A União Federal apresentou recurso que aguarda julgamento.

Amortização de ágio – A Companhia recebeu autos de infração para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos períodos entre 2013 e 2021, devido à desconsideração da dedução das despesas de amortização do ágio registrado na aquisição de controladas, após sua incorporação pela Companhia.

A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa e o valor autuado é de US\$864 (R\$4.757 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$692 (R\$4.283 milhões)), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de US\$144 (R\$790 milhões) (2024: US\$115 (R\$717 milhões)), com multa e juros, totalizando US\$1.008 (R\$5.547 milhões) (2024: US\$807 (R\$5.000 milhões)). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de US\$77 (R\$422 milhões) (2024: US\$62 (R\$386 milhões)).

Despesas com repasses à Fundação Renova – A Companhia deduziu os pagamentos feitos à Fundação Renova decorrentes da obrigação firmada no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC"). A Vale entende que a dedução de tais despesas é adequada, uma vez que sua responsabilidade é objetiva, decorre da obrigação firmada no TTAC e de sua condição de acionista da Samarco e de mantenedora da Fundação Renova.

Os referidos pagamentos foram deduzidos até abril de 2023, quando a Vale assinou um acordo vinculante com a BHPB, a Samarco e alguns de seus credores, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial da Samarco em setembro de 2023, estabelecendo os parâmetros do plano da reestruturação consensual da dívida da Samarco. Nos termos do acordo, as contribuições realizadas pela Vale para a Fundação Renova a partir de maio de 2023 serão convertidas em aportes de capital à Samarco e, portanto, não serão mais consideradas dedutíveis na Vale. Mais detalhes sobre a recuperação judicial da Samarco estão apresentados na nota 26 destas demonstrações financeiras.

A Companhia recebeu auto de infração, relativos aos períodos de 2016, 2018, 2019 e 2020 para a cobrança de IRPJ e CSLL sob o fundamento de que as despesas incorridas com a Fundação Renova foram indevidamente deduzidas por supostamente não serem consideradas necessárias. O valor autuado é de US\$674 (R\$3.710 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$280 (R\$1.734 milhões)), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de US\$59 (R\$324 milhões) (2024: US\$47 (R\$293 milhões)), com multa e juros, totalizando US\$733 (R\$4.034 milhões) (2024: US\$327 (R\$2.027 milhões)). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de US\$277 (R\$1.525 milhões) (2024: US\$351 (R\$2.171 milhões)). A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa.

e) Tributos a recuperar e a recolher e programas de refinanciamento (REFIS)

A Companhia considerou os efeitos decorrentes da Lei Complementar nº 214, que regulamentou a reforma tributária sobre o valor agregado (nota 5g), em sua avaliação sobre a realização dos tributos a recuperar.

31 de dezembro de	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	311	260	19	3	52	34	–	–
PIS e COFINS	208	266	1.293	975	2	12	–	–
Tributos sobre o lucro	973	564	462	319	351	317	–	–
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")	–	–	–	–	77	63	–	–
Outros	13	10	2	–	205	148	–	–
Total tributos a recolher e a recuperar	1.505	1.100	1.776	1.297	687	574	–	–
Passivo REFIS (i)	–	–	–	–	423	353	784	1.007
Total passivo REFIS	–	–	–	–	423	353	784	1.007

(i) O saldo é substancialmente proveniente da adesão ao REFIS dos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Esse saldo é devido com juros indexados à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e será pago em parcelas mensais até outubro de 2028 e o impacto de atualização do passivo pela SELIC é registrado no resultado financeiro da Companhia (nota 18). A taxa SELIC ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 15,00% (2024: 12,25%).

f) Tributação mínima global (Pilar II)

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo do Pilar II para uma reforma tributária internacional. Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras, deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, denominada alíquota efetiva GloBE.

Quando a alíquota efetiva GloBE de qualquer jurisdição onde o grupo opera, considerando a visão agregada das entidades localizadas naquela jurisdição, for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima.

A Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar II da OCDE em diversas jurisdições, tais como Brasil, Canadá e Suíça, entre outras.

Não houve impactos materiais decorrentes do Pilar II na despesa de tributos sobre o lucro relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia aplicou a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da legislação tributária, para implementação das regras modelo do Pilar II da OCDE, de acordo com a IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

g) Reforma tributária sobre o valor agregado

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor minerário.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído em 2026.

Política contábil

Para as subsidiárias da Vale S.A. que operam em jurisdições onde a alíquota do imposto de renda é inferior à alíquota praticada no Brasil, a legislação tributária brasileira requer que a Vale S.A. recolha no Brasil o imposto de renda relativo ao referido diferencial de alíquota. Portanto, os tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia. Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. No entanto, os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ágio originado em combinação de negócios, bem como a partir do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afete o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal) e não dê origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. Os ativos e passivos diferidos são compensados quando existe um direito legalmente exercível de compensar os ativos e passivos fiscais correntes e quando os saldos de impostos diferidos estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A Companhia avalia anualmente a realização desses ativos fiscais diferidos por meio da revisão das estimativas de lucros tributáveis futuros.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Tributos diferidos sobre o lucro – Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Posições fiscais incertas – A Companhia aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais e para mensurar o montante da incerteza fiscal relacionada, incluindo as estimativas dos efeitos fiscais decorrentes da redução de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, juntamente com as multas e juros correspondentes, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia opera em várias jurisdições onde surgem incertezas na aplicação dos requerimentos fiscais em função da complexidade da legislação tributária nessas localidades. A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6. Lucro básico e diluído por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação estão apresentados a seguir:

	2025	2024	2023
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.	2.352	6.166	7.983
Em milhares de ações			
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	4.268.775	4.274.854	4.366.130
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação e potenciais ações ordinárias	4.274.804	4.279.867	4.369.961
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.			
Ação ordinária (US\$)	0,55	1,44	1,83

Capital de giro



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

7. Contas a receber

31 de dezembro de	Notas	2025	2024
Recebíveis de contratos com clientes			
Terceiros			
Soluções de Minério de Ferro		1.276	1.540
Vale Metais Básicos		944	788
Outros		16	19
Partes relacionadas	33(b)	115	63
Contas a receber		2.351	2.410
Perda de crédito esperada		(54)	(52)
Contas a receber, líquidas		2.297	2.358

Contratos de venda a preços provisórios – A Companhia está exposta principalmente ao risco do preço do minério de ferro e cobre. O preço final de venda destas *commodities* é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior à data de reconhecimento da receita. Portanto, a Companhia reconhece a receita inicialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 19), sendo estas alterações no valor do contas a receber registradas na receita de vendas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita de vendas decorrente de ajustes no valor justo de contratos a preços provisórios totalizou US\$548 (R\$2.972 milhões).

A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final do contas a receber com preços provisórios está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2025		
	Mil toneladas métricas	Preço provisório (US\$/ton)	Variação
Minério de ferro	19.006	107	+10%
Pelotas	157	102	+10%
Cobre	61	11.044	+10%
			+- 203
			+- 2
			+- 75

Política contábil

As contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia e são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, com exceção dos componentes de vendas de commodities com preços provisórios, que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para o saldo de contas a receber mensurado ao custo amortizado. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

8. Estoques

31 de dezembro de	2025	2024
Produtos acabados		
Soluções de Minério de Ferro	3.184	2.493
Vale Metais Básicos	686	571
	3.870	3.064
Produtos em elaboração	901	691
Material de consumo	1.168	988
Redução ao valor realizável líquido	(2)	(138)
Total de estoques	5.937	4.605

O valor do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota 4(a).

Política contábil

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção. Os custos são agregados aos itens em estoque com base no custo médio ponderado. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, e uma provisão para perda com estoque obsoleto ou de baixa movimentação pode ser reconhecida. As baixas e reversões são reconhecidas como "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados".

9. Fornecedores e outras contas a pagar

31 de dezembro de	Notas	2025	2024
Terceiros		5.331	4.004
Partes relacionadas	33(b)	234	230
Total		5.565	4.234

Os passivos financeiros apresentados como Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial da Companhia representam o montante em aberto de faturas para compras de bens e serviços, cujo prazo médio de vencimento normalmente é de aproximadamente 60 dias.

A Companhia realiza acordos de financiamento de fornecedores ("Acordos") como parte da estratégia de capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, cuja extensão de prazo de pagamento é limitada a um período de curto prazo. A Companhia também é parte de acordos para que determinados fornecedores possam adiantar seus recebíveis com a Vale em função de compras de materiais e serviços, sem qualquer tipo de alteração em valor ou prazo de pagamento para a Companhia. Estes acordos de financiamento de fornecedores continuam a ser apresentados como fornecedores no balanço patrimonial da Companhia, já que não modificam substancialmente os termos e condições dos passivos originais. O saldo em aberto relativo a essas transações está demonstrado a seguir:

31 de dezembro de	2025	2024
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores já receberam o pagamento	1.386	1.343
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores ainda não receberam o pagamento	–	6
Saldo total relativo a Acordos apresentado como Fornecedores e outras contas a pagar	1.386	1.349

Os encargos financeiros relacionados ao aumento do prazo de pagamento são reconhecidos no resultado financeiro como "Juros sobre transações de capital de giro" (nota 18). Os encargos financeiros e a variação cambial reconhecidos no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em função dos Acordos totalizaram, respectivamente, US\$134 (R\$756 milhões) e US\$162 (R\$865 milhões) e US\$4 (R\$20 milhões) (2024: US\$6 (R\$33 milhões)).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Política contábil

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento com fornecedores dentro de fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar comerciais.

Esse é o caso quando o acordo de financiamento com fornecedores faz parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não são substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar comerciais que não fazem parte do acordo, isto é, o passivo financeiro original não é substancialmente modificado.

Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial são apresentados em atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

10. Transações de *streaming*

a) Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Streaming de ouro	81	1.564	1.645	136	1.442	1.578
Streaming de cobalto	46	404	450	22	439	461
Total do passivo contratual	127	1.968	2.095	158	1.881	2.039

b) Efeitos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Streaming de cobalto	30	19	14
Streaming de ouro	185	122	134
Receita fixa – Apropriação do passivo contratual	215	141	148
Streaming de cobalto	11	4	3
Streaming de ouro	279	102	93
Receita variável – Pagamentos adicionais recebidos	290	106	96

Streaming de ouro

A Companhia vendeu para a Wheaton Precious Metals Corp. ("Wheaton") um total agregado de (i) 75% do ouro produzido como subproduto na mina de cobre Salobo, no Brasil, ao longo da vida útil da mina, e (ii) 70% do ouro produzido como subproduto nas minas de níquel de Sudbury, no Canadá, até 2034.

A Vale recebeu pagamentos adiantados de (i) US\$1,9 bilhão (R\$4 bilhões) em 2013, (ii) US\$900 (R\$2,8 bilhões) em 2015 e (iii) US\$800 (R\$2,6 bilhões) em 2016. A Companhia também recebe pagamentos adicionais equivalentes ao menor valor entre US\$400 por onça de ouro entregue e o preço de mercado na data de entrega.

Nos termos do contrato de streaming de Salobo, a Companhia tinha o direito a receber um pagamento adicional caso a capacidade de processamento de cobre atingisse um determinado nível de produção. Os níveis de produção foram atingidos em 2023 e 2025, nos quais a Vale recebeu pagamentos adicionais de US\$370 (R\$1.791 milhões) e US\$144 (R\$833 milhões), respectivamente, que foram registrados nas obrigações de *streaming*.

Além disso, a Wheaton será obrigada a efetuar pagamentos anuais no valor de US\$8,5 (R\$41 milhões) por um período de 10 anos, caso o complexo Salobo atinja taxas específicas de mineração e teores de cobre.

Streaming de cobalto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Em junho de 2018, a Companhia vendeu à Wheaton e à Cobalt 27 Capital Corp. ("Cobalt 27") uma combinação de 75% do cobalto produzido como subproduto na mina de Voisey's Bay a partir de 1º de janeiro de 2021 pelo montante de US\$690 (R\$2,6 bilhões). A Vale também recebe pagamentos adicionais de 20%, em média, do preço de referência de mercado do cobalto, para cada cobalto acabado entregue. Em fevereiro de 2021, o fluxo originalmente vendido à Cobalt 27 foi transferido para o Anglo Pacific Group.

Política contábil

A Companhia segregou ambas as transações de streaming em dois componentes identificáveis: (i) venda dos direitos minerários e (ii) prestação de serviços de extração.

Venda dos direitos minerários – O valor alocado a esse componente é reconhecido como receita no resultado no momento que a Companhia transfere a propriedade dos direitos minerários à contraparte. O custo relativo ao componente vendido é reconhecido no resultado no mesmo momento.

Prestação de serviços de extração – A Companhia reconhece como passivos contratuais os pagamentos recebidos antecipadamente de clientes, enquanto os critérios para o reconhecimento de receita não são atendidos. O montante recebido proveniente da transação de *streaming* alocado a esse componente é reconhecido como "transações de streaming", no passivo da Companhia.

O passivo contratual é inicialmente reconhecido ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e é subsequentemente mensurado ao custo amortizado e atualizado pelo método da taxa de juros efetivos. O passivo contratual é apropriado ao resultado, com base no volume produzido em comparação com o total de reservas provadas e prováveis de ouro ou cobalto, cuja estimativa é revisada anualmente.

11. Fluxos de caixa das atividades operacionais

a) Reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.653	6.696	11.151	
Ajustado por:				
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e <i>joint ventures</i>	30	218	269	1.108
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	12, 13, 15 e 31	4.599	(301)	266
Mudança de estimativas relacionadas à provisão de Brumadinho	25	297	116	461
Mudança de estimativas relacionadas à provisão para descaracterização de barragens	14	(185)	(206)	153
Depreciação, exaustão e amortização		3.105	3.057	3.070
Resultado financeiro, líquido	18	1.026	3.823	1.946
Variações de ativos e passivos:				
Contas a receber	7	120	1.668	197
Estoques	8	(1.076)	(549)	(214)
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	9	875	(360)	637
Outros ativos e passivos, líquidos		(231)	(446)	(1.523)
Caixa gerado pelas operações	13.401	13.767	17.252	

b) Transações que não envolveram caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Transações que não envolveram caixa:			
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	22	36	19



**Ativos
operacionais**

12. Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Newfoundland and Labrador	12(a)	(1.745)	(540)	–
Goodwill alocado às operações de níquel no Canadá	12(a)	(1.735)	–	–
Thompson	12(a)	(98)	(1.405)	–
Parque solar sol do cerrado		–	(265)	–
Redução ao valor recuperável		(3.578)	(2.210)	–
Resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos e outros	13, 15 e 31	(1.021)	2.511	(266)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos		(4.599)	301	(266)

A Companhia testou a recuperabilidade das unidades geradoras de caixa ("UGCs") que tiveram indicativos de *impairment* e, depois, testou a recuperabilidade das UGCs e conjunto de UGCs que contém *goodwill* alocado. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada UGC foi avaliado usando o modelo valor justo líquido de despesas de venda ("FVLCD – Fair Value Less Costs of Disposal"), através de técnicas de fluxo de caixa descontado, sendo classificado no "nível 3" na hierarquia de valor justo, levando em consideração propostas e acordos de venda, quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram projetados em termos reais e descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou o custo médio ponderado de capital ("WACC") do segmento de mineração como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco dos países nos quais a UGC individual opera.

Mudanças climáticas

Os potenciais impactos financeiros das mudanças climáticas e da transição para uma economia de baixo carbono foram considerados na avaliação das estimativas contábeis críticas da Companhia, incluindo os indicativos de *impairment*, tais como: (i) eventuais reduções de demanda das *commodities* devido a mudanças em políticas, ambiente regulatório (incluindo mecanismos de precificação de carbono), alterações legais, tecnológicas, de mercado ou sociais; (ii) impactos físicos relacionados a eventuais aumento da frequência ou severidade de eventos climáticos extremos e relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos; e (iii) os investimentos relacionados com a intenção de descarbonização da Companhia.

Adicionalmente, a Vale incluiu, na nota 17, análise de sensibilidade sobre a mensuração do valor recuperável de determinadas UGCs considerando certos riscos e oportunidades climáticos.

a) *Impairment* de ativos da Vale Metais Básicos

No último trimestre do exercício de 2025, a Companhia concluiu e aprovou seu planejamento estratégico, processo que inclui a revisão das principais premissas utilizadas nas projeções de longo prazo da Companhia. A conclusão deste processo indicou uma redução entre 11% e 21% na projeção dos preços para níquel, principalmente em função do excesso de oferta no mercado global de níquel, o que foi considerado como um indicativo para a realização de teste de *impairment* para as UGCs de níquel.

Depois de realizar os testes de recuperabilidade para as UGCs de níquel individualmente, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade para o conjunto de UGCs de níquel do Canadá, para o qual há *goodwill* alocado.

A Companhia não identificou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável das UGCs de Cobre.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Teste de recuperabilidade de 2025 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

As principais premissas utilizadas nos testes, que resultaram no reconhecimento de perda por *impairment* no montante de US\$1.745 (R\$9.517 milhões) na UGC Vale Newfoundland and Labrador, localizada no Canadá, estão apresentadas no quadro abaixo:

	VNL (i)	Vale Canada Limited (ii)	Onça Puma (iii)	PTVI (iv)
Valor contábil após o reconhecimento da perda por impairment, quando aplicável	786	4.830	1.631	1.769
Resultado do teste	Perda por impairment no montante de US\$1.745.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há impairment a ser reconhecido.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há impairment a ser reconhecido.	O valor recuperável do investimento é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há impairment a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	6,5%	7,3%	6,8%
Período do fluxo de caixa	2049	2049	2069	2064
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000

(i) Inclui as operações da Vale Newfoundland and Labrador, que consiste em duas minas de níquel, uma usina de concentração e uma refinaria.

(ii) Inclui as operações da Vale Canada Limited, que consiste em seis minas de níquel, uma usina de concentração, um forno e quatro refinarias.

(iii) Inclui as operações da Mineração Onça Puma, que consiste em uma mina de níquel e dois fornos.

(iv) Inclui a participação de 33,88% da Vale na PT Vale Indonésia (nota 30).

Teste de recuperabilidade de 2024 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

No encerramento do exercício de 2024, a Companhia identificou indicadores de *impairment* relacionadas às operações de níquel em Thompson e Newfoundland and Labrador, ambas localizadas no Canadá. Para ambos os testes, as principais premissas utilizadas foram:

	Vale Canada Limited	VNL
Valor contábil após o reconhecimento da perda por impairment, quando aplicável	4.196	2.405
Resultado do teste	Perda por impairment no montante de US\$1.405.	Perda por impairment no montante de US\$540.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,0%	5,0%–6,0%
Período do fluxo de caixa	2035	2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.662 – 21.000	US\$/t 16.662 – 21.000

Operação de níquel em Thompson, Canadá

A Companhia produz concentrado de níquel em Thompson, que é processado em outro ativo, para então ser vendido e entregue aos clientes deste produto. Portanto, os ativos associados à operação de Thompson são parte de uma das UGCs associadas à operação de níquel da Vale Canada Limited. Em janeiro de 2025, dentro do período de eventos subsequentes para as demonstrações financeira relativas ao exercício de 2024, Companhia iniciou uma revisão estratégica para avaliar alternativas, incluindo a potencial venda, dos ativos associados à operação de Thompson.

Assim, a Vale revisou o plano de negócios para esta operação de acordo com a nova estratégia e mensurou o valor recuperável destes ativos, que resultou em uma perda por *impairment* no montante de US\$1.405 (R\$8.566 milhões) apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de US\$4.196 (R\$25.983 milhões) em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Operação de níquel em Newfoundland and Labrador, Canadá

Desde 2015, a Companhia estava desenvolvendo o projeto de expansão da operação da Vale Newfoundland and Labrador, que é subsidiária da Companhia e considerada uma UGC. Este projeto representou uma mudança significativa de operações de mineração a céu aberto para duas operações de mineração subterrânea em Voisey's Bay.

Em dezembro de 2024, o projeto de expansão dessa operação foi concluído, representando o início de sua fase de *ramp-up*, onde a Companhia identificou desafios operacionais relacionados à produção e processamento de níquel refinado que é extraído das minas subterrâneas, resultando na revisão dos custos de produção e dos investimentos de capital projetados para essa UGC.

A Vale considerou o aumento nos custos de produção e nos investimentos de manutenção de capacidade como um indicativo para a elaboração de um teste de *impairment* específico para esta UGC. O teste elaborado pela Companhia resultou em uma perda por *impairment* no montante de US\$540 (R\$3.292 milhões) reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de US\$2.405 (R\$14.892 milhões) em 31 de dezembro de 2024.

Goodwill alocado às UGCs de níquel do Canadá

Em 2006, a Companhia registrou ágio decorrente da aquisição da Inco Limited, atual Vale Canada Limited, o qual está alocado às UGCs de níquel do Canadá e cuja recuperabilidade é avaliada anualmente.

Em 2025, o teste de recuperabilidade resultou em perda por *impairment* no montante de US\$1.735 (R\$9.463 milhões), principalmente em função da redução dos preços projetados de níquel. Esta perda representou a baixa integral do *goodwill* alocado às operações de níquel do Canadá e está apresentada como “Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos” no resultado do exercício de 2025.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	–	1.655
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de US\$1.735, correspondente ao valor integral do <i>goodwill</i> .	O valor recuperável das UGCs de níquel do Canadá é superior aos respectivos valores contábeis, incluindo o <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	5,0%–6,0%
Período do fluxo de caixa	2049	2035–2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.662 – 21.000
Sensibilidade das premissas-chave	–	Uma redução de 19,2% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 5,7% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b) Impairment de ativos de minério de ferro e pelotas

A Companhia não identificou alterações nas circunstâncias ou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável da UGC de Minério de ferro e Pelotas. Ainda assim, a Companhia realizou o teste de *impairment* do *goodwill*, conforme sumarizado abaixo.

Goodwill alocado às operações de minério de ferro e pelotas

Inclui o ágio que decorrente da aquisição de negócios de minério de ferro e o ágio advindo da incorporação da Valepar pela Vale S.A. em 2017.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por impairment, quando aplicável	1.297	1.152
Resultado do teste	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há impairment a ser reconhecido.	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há impairment a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	7,3%	7,2%
Período do fluxo de caixa	2055	2054
Range de preços projetados para minério de ferro	US\$/t 78 – 91	US\$/t 78 – 95
Sensibilidade das premissas-chave	Uma redução de 23% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 48% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.	Uma redução de 25% nos preços de longo prazo de todas as commodities ou uma redução de 57% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

c) Ganhos (perdas) decorrentes da compra e venda de ativos não circulantes (nota 31)

Nos últimos anos, a Companhia adquiriu participações societárias e desinvestiu de ativos, conforme detalhado na nota explicativa 31 destas demonstrações financeiras. O resultado de parte dessas transações está apresentado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício, conforme resumido abaixo:

- **Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (nota 31a):** Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de US\$117 (R\$674 milhões) no resultado do exercício de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Em setembro de 2025, a Companhia concluiu a transação pelo valor de US\$871 (R\$4.616 milhões), e reconheceu um complemento de perda no valor de US\$89 (R\$472 milhões) no resultado do exercício de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos".
- **Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. (nota 31b):** Em dezembro de 2024, a Companhia concluiu a compra de 15% da Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., empresa que atualmente detém o complexo Minas-Rio, no Brasil. Como parte da contraprestação pela aquisição da participação societária, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de US\$750 (R\$4.573 milhões), reconhecendo um ganho de US\$626 (R\$3.815 milhões) no resultado do exercício findo em 2024 como "Reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina. Este ganho foi reconhecido na extensão da participação do outro sócio na investida.

- **Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center (nota 31c):** Em setembro de 2024, a Companhia concluiu a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da Vale Oman Distribution Center pelo valor de US\$600 (R\$3.325 milhões), reduzindo sua participação de 100% para 50% na investida e alterando sua condição de subsidiária para joint venture. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de US\$1,222 (R\$6.776 milhões) no resultado do exercício findo em 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado) com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de US\$555 (R\$3.078 milhões), (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de US\$555 (R\$3.078 milhões) e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de US\$112 (R\$620 milhões).
- **Desinvestimento na PT Vale Indonesia Tbk (nota 31d):** Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PT Vale Indonesia Tbk em aproximadamente 10,5%, alterando sua condição de subsidiária para coligada. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de US\$1,059 (R\$5.710 milhões) no resultado do exercício findo em 2024 como “reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos”. Este ganho é derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de US\$1,063 (R\$5.728 milhões) e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de US\$657 (R\$3.654 milhões), líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de US\$661 (R\$3.672 milhões).

Política contábil

Impairment de ativos não financeiros – Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, consequentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados no menor nível em que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Para fins deste teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros (excluindo ágio) os quais a Companhia reconheceu *impairment* em anos anteriores são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridos para determinar a existência de evidências objetivas de *impairment* e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A Administração utiliza os orçamentos aprovados como ponto de partida e as premissas chave são, mas não estão limitadas a: (i) reservas e recursos minerais mensurados por especialistas internos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando apropriado; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa (relação entre produção e as reservas minerais); e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa.

Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor recuperável dos ativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

13. Imobilizado

Notas	Imóveis e terrenos	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.119	9.239	4.450	6.925	2.612	1.359	2.484	11.208	48.396
Adições	—	—	—	—	—	83	—	5.803	5.886
Capitalização de juros	—	—	—	—	—	—	—	36	36
Baixas	(28)	(47)	(31)	(9)	(5)	—	(3)	(278)	(401)
Redução ao valor recuperável	—	(335)	(57)	(1.627)	(3)	—	—	(188)	(2.210)
Obrigações para descomissionamento de ativos	—	—	—	(12)	—	—	—	—	(12)
Depreciação, exaustão e amortização	(438)	(547)	(691)	(474)	(153)	(187)	(323)	—	(2.813)
Aquisição da Aliança Energia	27	87	329	2	—	4	51	73	573
Desconsolidação da VODC	—	(9)	(98)	(9)	—	(525)	—	(16)	(657)
Ajuste de conversão	(1.991)	(1.945)	(736)	(964)	(565)	(74)	(409)	(2.130)	(8.814)
Transferências	966	1.642	872	715	202	—	392	(4.789)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.655	8.085	4.038	4.547	2.088	660	2.192	9.719	39.984
Custo	15.266	13.539	9.681	12.715	3.643	1.412	4.801	9.719	70.776
Depreciação acumulada	(6.611)	(5.454)	(5.643)	(8.168)	(1.555)	(752)	(2.609)	—	(30.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.655	8.085	4.038	4.547	2.088	660	2.192	9.719	39.984
Adições	—	—	—	—	—	96	—	5.373	5.469
Capitalização de juros	—	—	—	—	—	—	—	22	22
Baixas	(21)	(37)	(4)	(7)	(13)	—	(5)	(507)	(594)
Redução ao valor recuperável	—	(1.167)	(362)	(159)	—	—	—	(155)	(1.843)
Obrigações para descomissionamento de ativos	14	—	—	—	170	—	—	—	170
Depreciação, exaustão e amortização	(480)	(602)	(641)	(471)	(158)	(141)	(423)	—	(2.916)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(24)	(306)	(358)	(1)	—	(37)	(48)	(57)	(831)
Ajuste de conversão	974	905	366	377	267	29	201	1.045	4.164
Transferências	1.393	1.604	1.503	(189)	205	—	467	(4.983)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.497	8.482	4.542	4.267	2.389	607	2.384	10.457	43.625
Custo	18.107	14.638	11.056	15.112	4.247	1.556	5.627	10.457	80.800
Depreciação acumulada	(7.610)	(6.156)	(6.514)	(10.845)	(1.858)	(949)	(3.243)	—	(37.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.497	8.482	4.542	4.267	2.389	607	2.384	10.457	43.625

Para mais detalhes sobre os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, vide nota 22.

Extravasamentos de água em Fábrica e Viga

Em janeiro de 2026 (evento subsequente), houve um extravasamento de água com sedimentos (terra) nas unidades operacionais de Fábrica e Viga, localizadas nos municípios de Ouro Preto-MG e Congonhas-MG, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das atividades da Vale nas referidas unidades operacionais.

Em fevereiro de 2026 (evento subsequente), a Companhia tomou conhecimento de quatro medidas judiciais relacionadas ao evento, que buscam a adoção de medidas liminares distintas, incluindo bloqueios patrimoniais, e foram propostas pelas seguintes autoridades: (i) Ministério Público Federal que, em duas ações distintas, fez os pedidos de bloqueio patrimonial de US\$182 (R\$1 bilhão) e US\$36 (R\$200 milhões), em função dos extravasamentos de Fábrica e Viga, respectivamente, (ii) Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade Viga, com o requerimento de bloqueio patrimonial de R\$1 bilhão; e (iii) Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade de Fábrica, com o requerimento de bloqueio patrimonial de US\$154 (R\$846 milhões), sob o argumento de prevenir o agravamento de supostos danos ambientais.

Todas as ações ajuizadas pelas autoridades já foram prontamente respondidas pela Companhia, resultando no indeferimento de três dos quatro pedidos de bloqueio. No momento, permanece pendente de apreciação a ação referente à Viga, proposta pelo Ministério Público Federal.

Política contábil

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Companhia de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

Os ativos imobilizados e outros ativos minerários são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Imóveis	10 a 50 anos
Instalações	18 a 40 anos
Equipamentos	3 a 40 anos
Equipamentos de ferrovia	5 a 45 anos
Ativos minerários	1 a 120 anos
Ativo de direito de uso	1 a 18 anos
Outros	2 a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Gastos e stripping costs

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento – São considerados como despesas operacionais e registrados como “Pesquisa e desenvolvimento” na demonstração do resultado, até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como ativos minerários.

(ii) Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas – A Companhia também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

(iii) Gastos com manutenção – Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério ("stripping costs") – Após a comprovação da viabilidade econômica da jazida, os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos ("custos de remoção de estéril" ou "stripping costs") incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo minerário. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Reservas minerais – As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerários, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas e o impairment de ativos de longo prazo. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de impairment.

14. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem o descomissionamento dos ativos da Vale ao término da operação e, portanto, os gastos relacionados ao descomissionamento ocorrem após o encerramento das atividades operacionais e ao longo da vida útil das operações por meio dos fechamentos progressivos. Estas obrigações são regulamentadas no Brasil em âmbito Federal e Estadual pela ANM (Agência Nacional de Mineração) e pelos Órgãos Ambientais, respectivamente. Dentre os requerimentos, os planos de fechamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Dependendo das características geotécnicas das estruturas, a Companhia é obrigada a realizar a descaracterização, conforme apresentado no item a) abaixo.

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante	14(a)	(185)	(206)	153
Obrigação para descomissionamento de ativos	14(b)	173	(16)	5
Obrigações ambientais	14(b)	25	50	71
Total		13	(172)	229

Movimentações nas provisões durante o exercício

	Notas	Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.213	3.106	444	5.763
Mudança de estimativas – efeito no resultado de operações encerradas		(185)	173	25	13
Mudança de estimativas – valor capitalizado para plantas operacionais		–	170	44	214
Desembolsos		(378)	(218)	(115)	(711)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente		171	134	22	327
Transferência para mantido para venda	31(a)	–	(2)	(22)	(24)
Ajuste de conversão		276	258	46	580
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.097	3.621	444	6.162

(i) Os fluxos de caixa dos projetos de descaracterização de barragens estão projetados para um período de até 13 anos e foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que aumentou de 7,36% em 31 de dezembro de 2024 para 7,77% em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

a) Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho (nota 25) e, em atendimento às leis e regulamentos, a Companhia tomou a decisão de acelerar seu plano de descaracterizar todas as barragens e diques construídos sob o método a montante, localizados no Brasil. Essas estruturas encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia o alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto, conforme práticas de mercado

A Companhia também opera barragens de rejeitos no Canadá, incluindo barragens alteadas a montante. Contudo, a Companhia decidiu que essas barragens serão descomissionadas utilizando outros métodos, assim, a provisão para realizar o descomissionamento das barragens do Canadá está reconhecida como “Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais”, apresentada no item b) abaixo.

Decreto que regulamenta a caução ambiental

Em dezembro de 2023, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.747, que regulamenta medidas de mensuração e execução de caução ambiental de forma individualizada para cada barragem, com base na área do reservatório, classificação e finalidade da barragem, e custos estimados de descaracterização. A caução deverá ser mantida durante toda a vida útil da barragem, desde a instalação até a conclusão da descaracterização e recuperação socioambiental.

Em setembro de 2024, a Companhia protocolou as propostas de caução ambiental com o valor total de US\$274 (R\$1,7 bilhão), sujeito a correção monetária, o qual a Companhia pretende atender prioritariamente por meio de hipoteca de bens imóveis, alienação fiduciária de bens imóveis, fiança bancária ou seguro-garantia e a Companhia espera um custo financeiro imaterial.

Em dezembro de 2024, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.977, que alterou o decreto nº 48.747 e trouxe um novo cronograma para implementação da caução, que deverá ter prazo máximo de 3 anos contados a partir da aprovação das propostas pelo governo de Minas Gerais, sendo metade do valor em até 12 meses e o restante distribuído igualmente nos 2 anos subsequentes.

Operações paradas

Algumas operações foram paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em relação a segurança de suas estruturas geotécnicas localizadas no Brasil. A Companhia vem registrando perdas, principalmente relacionadas aos custos fixos destas operações do segmento de Soluções de Minério de Ferro e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, essas despesas totalizaram US\$42 (R\$236 milhões) (2024 e 2023: US\$152 (R\$816 milhões) e US\$218 (R\$1.094 milhões). A Companhia está trabalhando em medidas legais e de segurança para retomar as operações

b) Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais

31 de dezembro de	Passivo		Taxa de desconto		Duração do fluxo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo por área geográfica						
Brasil	2.299	1.784	7,17%	7,38%	2163	2132
Canadá	1.487	1.520	1,81%	1,44%	2152	2152
Omã	153	142	3,48%	3,66%	2035	2035
Outras regiões	126	104	2,75%	2,77%	-	-
	4.065	3.550				
Plantas operacionais	2.961	2.509				
Plantas encerradas	1.104	1.041				
	4.065	3.550				

Plano de descomissionamento e uso futuro

A implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei e, portanto, não compõe o valor provisionado. Contudo, a Companhia está avaliando possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Vale opera. Eventuais obrigações futuras, se assumidas pela Vale, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

Garantias financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias emitidas por instituições financeiras no valor de US\$1.134 (R\$6.240 milhões) (31 de dezembro de 2024: US\$1.091 (R\$6.756 milhões)) para as obrigações para desmobilização de ativos de suas operações da Vale Metais Básicos. O custo financeiro dessas garantias é imaterial.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

O custo correspondente ao reconhecimento inicial da provisão e as atualizações subsequentes em função de revisão nas estimativas é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. Quando não se espera mais obter benefícios econômicos futuros através da operação, as mudanças nas estimativas são reconhecidas como “outras despesas operacionais, líquidas” no resultado no respectivo exercício. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Descaracterização de barragens – A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descaracterização de barragens contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

Descomissionamento de ativos – A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descomissionamento de ativos e passivos ambientais contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

15. Intangíveis

Notas	Ágio	Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.263	7.689	104	575	–	11.631
Adições	–	465	54	–	–	519
Baixas	–	(10)	–	(5)	–	(15)
Amortização	–	(270)	(54)	–	–	(324)
Aquisição da Aliança Energia	31(a)	257	824	4	–	1.085
Ajuste de conversão		(482)	(1.756)	(20)	(124)	(2.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.038	6.942	84	450	–	10.514
Custo	3.038	8.528	579	450	–	12.595
Amortização acumulada	–	(1.586)	(495)	–	–	(2.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.038	6.942	84	450	–	10.514
Adições	–	363	31	–	–	394
Baixas	–	(4)	–	–	–	(4)
Amortização	–	(276)	(44)	–	(17)	(337)
Redução ao valor recuperável de ativos	12	(1.852)	–	–	–	(1.852)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)		(131)	(770)	–	(3)	(904)
Transferências (i)		–	–	(445)	445	–
Ajuste de conversão	242	836	9	–	55	1.142
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.297	7.091	80	2	483	8.953
Custo	1.297	9.068	663	2	500	11.530
Amortização acumulada	–	(1.977)	(583)	–	(17)	(2.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.297	7.091	80	2	483	8.953

(i) Em outubro de 2025, a Vale alterou o plano de utilização para a tecnologia decorrente dos projetos oriundos da aquisição da New Steel Global N.V. e, como resultado, o valor contábil associado aos referidos projetos passou a ser apresentado como "patente" e será amortizado pelo prazo de proteção legal.

a) Concessões – Inclui os contratos de concessões de operação da EFC e da EFVM (nota 16).

b) Ágio ("goodwill") – Inclui o ágio que foi gerado a partir da aquisição de negócios de minério de ferro e do ágio advindo da incorporação da Valepar na Vale S.A. em 2017 oriundo da aquisição do controle da Vale S.A. pela Valepar, tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura do segmento de ferrosos. A Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ágio, pois não existem diferenças entre o saldo contábil e a base tributária. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade desses ativos, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado (nota 12).

c) Patentes – Refere-se às patentes identificadas na combinação de negócios da New Steel Global N.V., adquirida em 2019.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Concessões ferroviárias	5 a 33 anos
Patentes	7 anos
Software	5 anos

16. Concessões de ferrovias

Passivos relacionados as outorgas da concessão

As operações integradas da Companhia abrangem as concessões ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e Estrada de Ferro de Carajás (EFC). A ferrovia EFVM conecta as minas do Sistema Sudeste na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado brasileiro de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. A ferrovia EFC liga as minas do Sistema Norte na região de Carajás, no Pará, ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Os passivos relacionados a estas concessões ferroviárias estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualizações monetárias e ajuste ao valor presente Desembolsos	Ajustes de conversão	Consolidado		Taxa de desconto		Prazo remanescente das obrigações
					31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024		
Obrigação de pagar	1.118	33	106	(56)	140	1.341	7,49% - 11,04%	7,32% - 11,04%	32 anos
Investimentos em infraestrutura	1.236	10	96	(443)	154	1.053	7,15% - 9,10%	7,43% - 8,12%	7 anos
	2.354	43	202	(499)	294	2.394			
Passivo circulante	467					570			
Passivo não circulante	1.887					1.824			
Passivo	2.354					2.394			

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões de operação da Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes, a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma repactuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União.

No âmbito dessas bases gerais, a Vale aceitaria fazer um aporte global máximo de aproximadamente US\$1.809 (R\$11.031 milhões) destinado à revisão da base de ativos da EFC e EFVM, à otimização das obrigações contratuais e ao replanejamento dos investimentos.

Como consequência das novas condições das bases gerais, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, um complemento de provisão no valor de US\$256 (R\$1.559 milhões), que refletia a revisão da estimativa em relação ao montante de desembolsos futuros que seriam necessários para cumprir com as novas obrigações associadas às concessões das ferrovias. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado, em relação ao fluxo de caixa anteriormente planejado, no montante de US\$656 (R\$4.000) em 30 de dezembro de 2024.

Entretanto, em 28 de agosto de 2025, no contexto da solução consensual conduzida pelo Tribunal de Contas da União, não foi possível alcançar consenso entre as partes dentro do prazo estipulado.

Apesar das discussões em andamento, os contratos de concessão permanecem vigentes, a Companhia mantém-se adimplente em relação às obrigações estabelecidas e segue comprometida com os termos gerais definidos no acordo celebrado em 30 de dezembro de 2024. A Companhia entende que as provisões registradas continuam adequadas para o cumprimento das obrigações relacionadas às concessões, razão pela qual não houve revisão do montante registrado em seu passivo.

a.i) Obrigação de pagar

A Companhia realizará pagamentos pela outorga das concessões em parcelas trimestrais pelo período da concessão. Esta obrigação é atualizada anualmente pelo Índice de Reajuste Tarifário ("IRT"), que foi 4,68% para o ano de 2025 (2024: 4,76%), resultando no aumento de US\$38 (R\$207 milhões) no valor do passivo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$25 (R\$151 milhões)).

A renovação dos contratos de concessão prevê a avaliação para confirmação da base de ativos, cuja conclusão do processo depende da análise e aprovação da ANTT e autoridades competentes. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da concessão. Também, existe previsão que a Companhia deve concluir um percentual mínimo de certos investimentos até 2027. Nessas circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e se novos investimentos forem requeridos ou se houver atrasos nas entregas de investimentos com prazo determinado, o valor de outorga a pagar contabilizado poderá variar materialmente no futuro.

a.ii) Investimentos em infraestrutura

Ferrovia de Integração Centro-Oeste ("FICO") – Construção de 363 km da FICO, entre os municípios de Mara Rosa, em Goiás, e Água Boa, no Mato Grosso. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui uma provisão no montante de US\$435 (R\$2.392 milhões) (2024: US\$656 (R\$4.066 milhões)).

Programa de infraestrutura – Contempla mais de 450 projetos para melhorar a segurança e redução do fluxo dos cruzamentos onde as ferrovias passam por áreas urbanas, além de projetos de desenvolvimento tecnológico e cultural. O programa beneficiará 25 e 33 municípios interceptados pela EFC e EFVM, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui uma provisão no montante de US\$618 (R\$3.402 milhões) (2024: US\$580 (R\$3.589 milhões)).

Política contábil

Concessões – Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

Os pagamentos relacionados à outorga são descontados utilizando-se o custo médio ponderado de capital ("WACC") regulatório, que é a taxa de juros explícita no contrato de concessão conforme determinado pela ANTT, e os pagamentos relacionados às demais obrigações de investimento são descontados por uma taxa incremental para refletir o valor do dinheiro no tempo, ou seja, uma taxa de juros livre de risco aplicável ao ambiente econômico no qual a Companhia opera e com termos e condições equivalentes aos das obrigações assumidas.

Os valores a pagar à título de outorga por direitos de concessão são registrados em contrapartida ao ativo intangível com base na política contábil disposta na nota 15.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os passivos relacionados a outorga das concessões podem ser afetados por fatores que incluem, mas não estão limitados a: (i) valores que se espera que sejam desembolsados para a construção das ferrovias e de obras de infraestrutura; (ii) custos com a aquisição bens destinados à prestação de serviço público ferroviário; (iii) outras obrigações diversas vinculados aos investimentos em infraestrutura que complementam o acordo de prorrogação antecipada das concessões ferroviárias; e (iv) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

17. Informações financeiras relacionadas ao clima

A Companhia integra a estratégia climática em seus negócios por meio de uma abordagem abrangente, baseada em planejamento e execução sistemáticos, priorizando o gerenciamento de riscos e a alavancagem de oportunidades, conectados ao seu propósito de liderar a geração de valor na mineração de forma ética e sustentável.

Os investimentos anunciados e a estratégia da Companhia com as iniciativas relacionadas à descarbonização foram avaliados no contexto dos julgamentos contábeis críticos e das principais estimativas. Futuras alterações nessa estratégia ou no cenário global podem afetar as principais estimativas da Companhia e podem resultar em impactos materiais no resultado e nos saldos contábeis de ativos e passivos da Companhia em exercícios futuros.

A Companhia estabeleceu, voluntariamente, seguindo as melhores práticas globais de governança climática, as seguintes metas relacionadas ao clima:

- Reduzir em 33% as emissões absolutas de Escopos 1 e 2 até 2030.
- Reduzir em 15% as emissões líquidas de Escopo 3 até 2035.
- Atingir emissões líquidas zero de Escopo 1 e 2 até 2050.

A Vale avaliou suas metas de descarbonização analisando os critérios para reconhecimento de provisão conforme IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão e Crédito de Descarbonização. Não há provisão reconhecida em 31 de dezembro de 2025 pois nenhuma meta representa uma obrigação presente para a Companhia.

Para apoiar as metas de descarbonização e gerar um desenvolvimento econômico alinhado com a preservação ambiental e a sustentabilidade do negócio, a Companhia possui um extensivo portfólio de projetos em fase de pesquisa e desenvolvimento e em fase operacional, que inclui a readequação da sua estrutura de produção com foco em produtos de redução direta e mineração circular, a substituição de matérias-primas fósseis de energia por fontes renováveis ou de menor intensidade de emissão, entre outros.

Estes projetos de descarbonização possuem prazos de implementação que variam entre 1 e 30 anos, alinhados aos horizontes de tempo que a Vale define para apoiar o seu planejamento estratégico, e a Companhia monitora e avalia as incertezas relevantes quanto à recuperabilidade destes investimentos, tais como riscos tecnológicos, regulatórios e de mercado, que podem afetar o desempenho econômico esperado destes ativos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou desvios ou alterações materiais entre os valores orçados e realizados para os referidos projetos.

a) Atuação no mercado de crédito de carbono

Para as emissões cuja esfera de influência é a cadeia de valor (Escopo 3), a Companhia poderá utilizar, de forma limitada, créditos de carbono de alta integridade para eventual compensação das emissões de gases do efeito estufa ("GEE"). Portanto, a Vale atua como usuária final no mercado de crédito de carbono, objetivando a aposentadoria dos créditos de carbono para atingimento da meta de descarbonização. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um saldo de US\$9 (R\$49 milhões) (2024:US\$7 (R\$39 milhões)) em adiantamento para aquisição de créditos de carbono, apresentados no balanço patrimonial como outros ativos.

Os créditos de carbono, quando efetivamente recebidos, serão registrados no ativo intangível e mensurados ao custo conforme IAS 38/CPC 04 – Ativo Intangível e OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de emissão e Crédito de Descarbonização.

b) Efeitos de riscos e oportunidades climáticos nas estimativas contábeis de valor recuperável de ativos

A mensuração do valor recuperável de ativos está sujeita a incertezas, incluindo potenciais impactos decorrentes de riscos e oportunidades climáticas. A Vale realizou uma análise de sensibilidade sobre a mensuração do valor recuperável de determinadas unidades geradoras de caixa ("UGCs") considerando certos riscos e oportunidades climáticos, conforme demonstrado a seguir.

Ao mensurar o valor recuperável de seus ativos, a Vale baseia suas projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa do conjunto de condições econômicas, as quais subsidiam os modelos utilizados para mensurar o valor recuperável das UGCs, conforme nota 12. Portanto, os cenários utilizados nesta análise de sensibilidade não são considerados pela Companhia como as melhores estimativas para determinar impactos esperados de perda de recuperabilidade.

OP2 Potenciais impactos da oportunidade associada à demanda crescente por níquel no valor recuperável das UGCs

Em 2025, a Vale reconheceu perdas por *impairment* no montante total de R\$19.517 relacionadas às suas UGCs de níquel, incluindo o *goodwill* alocado (nota 12). Partindo dos modelos utilizados para mensurar o valor recuperável destas UGCs, a Companhia sensibilizou a curva de preços de níquel considerando um aumento médio de 11%, substancialmente concentrado nos preços de longo prazo, em relação à curva utilizada nos modelos base, refletindo a eventual materialização de um cenário em que a velocidade e a intensidade da transição energética são mais favoráveis ao níquel e, como resultado, as perdas por *impairment* reconhecidas em 2025 teriam sido reduzidas em R\$7.964.

RT1 Potenciais impactos do risco associado a regulamentações relacionadas às emissões de GEE no valor recuperável do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro

A implementação de políticas climáticas, incluindo mecanismos de precificação de carbono, pode afetar a competitividade dos produtos da Vale. Portanto, a velocidade e a intensidade da implementação de tais regulamentações impactam os preços e custos dos produtos do segmento de Soluções de Minério de Ferro.

A Vale testou a recuperabilidade do *goodwill* alocado ao segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro em 2025 e não identificou perda por *impairment* (nota 12). Partindo dos modelos utilizados para mensurar o valor recuperável deste segmento operacional, a Companhia incluiu premissas para sensibilizar uma eventual redução no EBITDA em função da materialização de um cenário de políticas climáticas menos favorável ao portfólio de produtos da Vale e, como resultado, o *headroom* do teste de recuperabilidade do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro seria reduzido. No entanto, como o valor recuperável do segmento operacional continuaria superior ao seu valor contábil, incluindo o *goodwill*, não haveria *impairment* a ser reconhecido.

Gestão financeira



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

18. Resultado financeiro

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	433	328	309	
Outras	68	94	123	
	501	422	432	
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	24	(961)	(791)	(725)
Despesas com prêmio na recompra de debêntures participativas e <i>bonds</i>	24 e 23(b)	(59)	(50)	(22)
Juros sobre transações de capital de giro	7 e 9	(209)	(181)	(233)
Juros sobre REFIS		(87)	(91)	(148)
Pis e Cofins sobre receita financeira		(68)	(28)	(53)
Despesas bancárias		(42)	(107)	(133)
Juros sobre passivos de arrendamento	22	(31)	(49)	(62)
Outras		(190)	(176)	(83)
		(1.647)	(1.473)	(1.459)
Outros itens financeiros, líquidos				
Perdas cambiais e monetárias, líquidas		(802)	(1.388)	(1.643)
Debêntures participativas	23(b)	(694)	(175)	(179)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	20	1.616	(1.209)	903
		120	(2.772)	(919)
Total		(1.026)	(3.823)	(1.946)

Política contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira. As exceções são as transações relacionadas ao *hedge* de investimento líquido ou itens que são atribuíveis ao saldo de investimento líquido em entidade no exterior, cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

As políticas contábeis relacionadas aos demais itens do resultado financeiro estão demonstradas nas notas explicativas, "30. Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*", "23.b. Debêntures participativas", "21. Empréstimos e financiamentos" e "22. Arrendamentos".

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

19. Ativos e passivos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
		Custo	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (i)		7.372	–	–	7.372	4.953	–	–	4.953
Aplicações financeiras de curto prazo (ii)		–	–	194	194	–	–	53	53
Instrumentos financeiros	20	–	–	414	414	–	–	53	53
Contas a receber	7	161	–	2.136	2.297	374	–	1.984	2.358
		7.533	–	2.744	10.277	5.327	–	2.090	7.417
Não circulante									
Depósitos judiciais	27(c)	651	–	–	651	537	–	–	537
Caixa restrito	23	9	–	–	9	13	–	–	13
Instrumentos financeiros	20	–	–	203	203	–	–	15	15
Investimentos em ações	23	–	63	–	63	–	54	–	54
		660	63	203	926	550	54	15	619
Total dos ativos financeiros		8.193	63	2.947	11.203	5.877	54	2.105	8.036
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores e outras contas a pagar	9	5.565	–	–	5.565	4.234	–	–	4.234
Instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	94	94	–	–	197	197
Empréstimos e financiamentos	21	518	–	–	518	1.020	–	–	1.020
Arrendamentos	22	160	–	–	160	147	–	–	147
Títulos subordinados	23(a)	4	–	–	4	–	–	–	–
Concessão de ferrovias	16	570	–	–	570	467	–	–	467
Outros passivos financeiros – Partes relacionadas	33	235	–	–	235	291	–	–	291
Outros passivos financeiros	23	322	–	–	322	588	–	–	588
		7.374	–	94	7.468	6.747	–	197	6.944
Não circulante									
Instrumentos financeiros	20	–	–	52	52	–	–	428	428
Empréstimos e financiamentos	21	17.616	–	–	17.616	13.772	–	–	13.772
Arrendamentos	22	508	–	–	508	566	–	–	566
Títulos subordinados	23(a)	741	–	–	741	–	–	–	–
Debêntures participativas	23(b)	–	–	2.254	2.254	–	–	2.217	2.217
Concessão de ferrovias	16	1.824	–	–	1.824	1.887	–	–	1.887
Outros passivos financeiros	23	–	–	–	–	32	–	–	32
		20.689	–	2.306	22.995	16.257	–	2.645	18.902
Total dos passivos financeiros		28.063	–	2.400	30.463	23.004	–	2.842	25.846

(i) Inclui US\$2.531 (R\$13.923 milhões) (2024: R\$US\$1.709 (R\$10.580 milhões)) denominados em R\$, US\$4.612 (R\$25.378 milhões) (2024: US\$3.048 (R\$18.877 milhões)) denominados em US\$ e US\$229 (R\$1.262 milhões) (2024: US\$196 (R\$1.214 milhões)) denominados em outras moedas.

(ii) Compreende substancialmente investimentos em títulos de dívida e aplicações em fundo de investimento exclusivo, cuja carteira é composta por operações compromissadas e certificados de depósito bancário ("CDB").

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b) Hierarquia do valor justo

	Notas	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras de curto prazo		33	161	—	194	53	—	—	53
Instrumentos financeiros derivativos	20	—	617	—	617	—	68	—	68
Contas a receber	7	—	2.136	—	2.136	—	1.984	—	1.984
Investimentos em ações	23	—	63	—	63	—	54	—	54
		33	2.977	—	3.010	53	2.106	—	2.159
Passivos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	20	—	146	—	146	—	625	—	625
Debêntures participativas	23(b)	—	2.254	—	2.254	—	2.217	—	2.217
		—	2.400	—	2.400	—	2.842	—	2.842

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo durante os períodos apresentados.

c) Valor justo dos empréstimos, financiamentos e títulos subordinados

Os empréstimos, financiamentos e os títulos subordinados são mensurados ao custo amortizado. Para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado secundário, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento na data base das demonstrações financeiras. O valor contábil dos demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado representa uma aproximação razoável do seu respectivo valor justo.

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds	7.683	8.034	7.267	7.245
Debêntures	2.370	2.351	1.272	1.275
Total dos empréstimos e financiamentos	10.053	10.385	8.539	8.520
 Títulos subordinados	 745	 748	 —	 —

Política contábil

Classificação e mensuração – A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no propósito comercial de se manter o ativo e se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Os ganhos e perdas de instrumentos de dívida reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado no evento de sua baixa.

Os investimentos em instrumentos de patrimônio são mensurados ao FVTPL a menos que sejam elegíveis a mensuração pelo FVOCI, cujos ganhos e perdas não são em nenhuma circunstância reciclados para o resultado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos e as debêntures participativas permanecem classificadas na categoria FVTPL.

Hierarquia de valor justo – A Companhia classifica os instrumentos financeiros dentro da hierarquia de valor justo como:

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ex. derivativos e ações negociados publicamente) é baseado nos preços de mercado cotados no final do período das demonstrações financeiras.

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para o valor justo de um instrumento forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 2.

Nível 3: Se um ou mais dos dados significativos não forem baseados em dados de mercado observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. O valor justo dos derivativos classificados como nível 3 é estimado utilizando fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções com inputs não observáveis de taxas de desconto, preços de ações e preços de *commodities*.

20. Gestão de riscos financeiros e de capital

A Companhia está exposta a diversos fatores de riscos financeiros e de capital que podem impactar a sua performance e posição patrimonial. A avaliação da exposição aos riscos financeiros e de capital é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão de riscos.

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de preservar os pagamentos regulares de dividendos e juros sobre capital próprio, manter um perfil de dívida adequado às suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

O Conselho de Administração estabelece e supervisiona o gerenciamento de riscos financeiros com o apoio de um Comitê de Assessoramento de Alocação de Capital e Projeto, que assegura que as atividades financeiras da Companhia são governadas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, mensurados e gerenciados de acordo com as políticas e objetivos da Companhia.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida por meio da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição a riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento, de investimento e certos compromissos, de modo que a Vale não possui operações com derivativos que resultem em valores nominais que excedam suas exposições. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas periodicamente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia aplica o *hedge accounting* no programa de investimento líquido no exterior.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Instrumentos financeiros e outros passivos financeiros que não são denominados em US\$	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado – Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities e de insumos	Operações com derivativos, como opções, futuros e termos
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para limites de exposição das contrapartes
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo

Métodos e técnicas de avaliação dos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados utilizando curvas e preços de mercado, que impactam cada instrumento nas datas de apuração, aplicando técnicas de precificação amplamente utilizadas pelo mercado.

Os *swaps* são precificados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas e moedas correspondentes, enquanto contratos a termo e futuros utilizam as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Para as opções, a Companhia utiliza o modelo de Black & Scholes e no caso de opções asiáticas o modelo de Turnbull & Wakeman. Em todos os casos, consideramos o risco de crédito tanto da Companhia quanto da contraparte para cálculo final do valor justo. Quando não há informações de preços disponíveis de uma fonte de mercado cotada, mecanismos de mercado alternativos ou transações recentes comparáveis, o valor justo é estimado com base nas perspectivas da Companhia.

Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Risco de câmbio e taxa de juros	588	133	52	601
Risco de preços de produtos	29	13	16	23
Derivativos embutidos	–	–	–	1
Total	617	146	68	625

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Exposição líquida

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Risco de câmbio e taxa de juros (i)	455	(549)
Risco de preços de produtos	16	(7)
Derivativos embutidos	–	(1)
Total	471	(557)

(i) Inclui uma posição ativa (passiva) de US\$181 (R\$988 milhões) e US\$(334) (R\$(2.068) milhões) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, relacionada a proteção das oscilações de câmbio e juros nos empréstimos, financiamentos e provisões relacionadas a Brumadinho e Samarco.

Efeitos dos derivativos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Ganho (perda) reconhecido no resultado		
	2025	2024	2023
Risco de câmbio e taxa de juros	1.605	(1.187)	900
Risco de preços de produtos	10	(23)	–
Derivativos embutidos	1	1	3
Total	1.616	(1.209)	903

Efeitos dos derivativos na demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de	Liquidação financeira entradas (saídas)		
	2025	2024	2023
Risco de câmbio e taxa de juros	592	5	476
Risco de preços de produtos	(13)	6	6
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	–	–	85
Total	579	11	567

a) Risco de mercado

a.i) Programas de proteção de câmbio e juros

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto parte significativa dos custos, despesas e investimentos é denominada em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses.

A Companhia pode contratar operações de derivativos para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado às suas dívidas e outros compromissos – principalmente o risco cambial.

Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* e a termo para converter para US\$ o fluxo de caixa de dívidas e obrigações financeiras em Reais, com travas de taxa de câmbio e *swaps* de taxas fixas e flutuantes indexadas principalmente ao certificado de depósito interbancário ("CDI"), à TJLP e ao índice nacional de preços ao consumidor ("IPCA"). Nestas operações de *swap*, a Companhia paga taxas fixas em US\$ e recebe remuneração em R\$ fixo ou atrelada às taxas de juros dos passivos protegidos.

A Companhia também está exposta a riscos de taxas de juros flutuantes em certos empréstimos e financiamentos. A dívida com taxa flutuante em dólares norte-americanos é constituída principalmente por empréstimos, incluindo pré-pagamentos de exportação, empréstimos com bancos comerciais e organizações multilaterais. Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de *swap* para converter taxas de juros indexadas à SOFR em contratos de empréstimos e financiamentos para taxas fixas. Nestas operações, a Companhia recebe taxas flutuantes indexadas à SOFR e paga remuneração atrelada a taxas fixas em US\$.

Fluxo	Valor principal		Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028+
Derivativos de câmbio e juros	US\$ 9.201	US\$ 11.490	455	(549)	305	64	86

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Desvalorização do R\$	455	(934)	(2.324)
Queda do cupom cambial	455	286	90
Alta da taxa pré em R\$	455	101	(191)
Queda da TJLP	455	453	451
Queda do IPCA	455	268	97
Queda da SOFR US\$	455	429	403

a.ii) Programa de proteção de preços de produtos e custos de insumos

A Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, principalmente os custos de frete e combustível. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* são utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Os instrumentos derivativos utilizados são predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Fluxo	Valor principal		Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028+
Petróleo do tipo Brent (bbl)							
Opções	22.224.999	24.050.625	(5)	11	(5)	–	–
Frete marítimo (dias)							
Termo Frete	2.070	3.240	15	(11)	15	–	–
Proteção para vendas a preço fixo (ton)							
Termo de Níquel	3.557	4.978	5	(7)	5	–	–
Proteção para vendas a preço fixo (ton)							
Termo de Cobre	26	–	1	–	1	–	–

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Petróleo do tipo Brent (bbl)	Queda do preço do óleo combustível	(5)	(125)	(423)
Frete marítimo (dias)	Queda do preço do frete	15	2	(11)
Proteção para vendas de níquel a preço fixo (ton)	Queda do preço do níquel	5	5	5
Proteção para vendas de cobalto a preço fixo (ton)	Queda do preço do cobalto	1	–	–

Estrutura de opções sobre o petróleo do tipo Brent – Para reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível na contratação e disponibilização de frete marítimo e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção deste insumo, por meio da aquisição de opções de compra e venda sobre o petróleo do tipo *Brent*, para diferentes parcelas da exposição. Os contratos foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Derivativos de Frete – Para reduzir o impacto da volatilidade do preço de afretamento marítimo no fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção, por meio de contratos a termo de frete denominados *Forward Freight Agreements* (FFAs). Os FFAs são negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e podem ser registrados em Centrais de Liquidação e Custódia, neste caso sujeitos a requerimentos de margem.

Proteção para vendas a preço fixo – A Companhia possui um programa operacional de proteção de vendas de níquel e cobalto a preço fixo, para converter para preço flutuante os contratos comerciais de forma a manter a exposição às flutuações de preço. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura.

Programa de hedge para aquisições de produtos para revenda – A Companhia possui um programa de *hedge* com operações a termo de níquel, com objetivo de reduzir o risco de descasamento de preços entre o período de compra e de venda de produtos de terceiros. O programa foi liquidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

a.iii) Derivativos embutidos em contratos

Fluxo	Valor principal				Valor justo			Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028+			
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)										
Opção de compra	746.667	746.667	–	(1)	–	–	–			

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Valor justo	Cenário I (Δ de 25%)	Cenário II (Δ de 50%)
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)				
Derivativo embutido – Compra de gás	Alta do preço da pelota	–	–	–

Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural – A Companhia possui um contrato de compra de gás natural, cujo valor cobrado varia de acordo com o preço de mercado das pelotas vendidas pela Companhia.

a.iv) Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Exercício findo em 31 de dezembro de	Ganho (perda) reconhecida em outros resultados abrangentes		
	2025	2024	2023
Hedge de investimento líquido	273	(500)	139
Hedge de fluxo de caixa	–	–	(19)

Hedge de investimento líquido – A Companhia utiliza a contabilidade de *hedge* para o risco cambial decorrente dos investimentos líquidos da Vale S.A. na Vale International S.A.. Com o programa de *hedge*, a dívida da Companhia com terceiros denominada em dólares serve como instrumento de *hedge* para o investimento na Vale International S.A. O montante da dívida designada como instrumento de *hedge* para esse investimento é de US\$3.865 (R\$21.267 milhões) e US\$3.308 (R\$20.484 milhões) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Como resultado do programa de *hedge*, o impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólares passou a ser parcialmente registrado em outros resultados abrangentes, em “ajustes acumulados de conversão”.

Hedge accounting de fluxo de caixa (Níquel) – Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em decorrência de oscilações no preço do níquel, a Companhia implementou o programa de *hedge* de receita de níquel. Neste programa, operações de *hedge* foram executadas, por meio de contratos de opções, para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, de realização altamente provável, garantindo preços acima no custo unitário médio de produção de níquel para os volumes protegidos. Em 2023, o programa foi liquidado e não foram realizadas novas operações em 2024 e 2025. Os contratos eram negociados na London Metal Exchange ou em mercado de balcão (*over-the-counter*).

b) Gestão de risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente de recebíveis, transações com derivativos, garantias, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Companhia atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

Com base no risco de crédito da contraparte, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para gerenciar o risco de crédito da Companhia. As principais estratégias de mitigação do risco de crédito incluem descontos de recebíveis, seguros, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, hipotecas, entre outros.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b.i) Carteira de recebíveis

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada do ponto de vista geográfico, sendo a Ásia, Oriente Médio, Norte da África, Europa e o Brasil as regiões com exposições mais significativas. De acordo com cada região, diferentes garantias podem ser utilizadas para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis. Historicamente, a perda esperada de crédito do contas a receber da Companhia é imaterial (nota 7).

b.ii) Ativos financeiros, exceto carteira de recebíveis

Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos, limites de crédito são aprovados para cada contraparte com a qual a Companhia tem exposição de crédito. Além disso, a Companhia controla a diversificação da carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

		Consolidado	
	Notas	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	19(a)	7.372	4.953
Aplicações financeiras de curto prazo	19(a)	194	53
Caixa restrito	23	9	13
Depósitos judiciais		651	537
Instrumentos financeiros derivativos		617	68
Investimentos em ações	23	63	54
Total		8.906	5.678

b.iii) Ratings das contrapartes financeiras

As operações de instrumentos financeiros derivativos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revistos periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado por meio de metodologia que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências internacionais de classificação.

O quadro a seguir apresenta os ratings em moeda estrangeira publicados pela Moody's para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia contrata operações de derivativos, caixa e equivalentes de caixa.

	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
		Derivativos	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos	Caixa e equivalentes de caixa e investimento
Aa2	721	1	391	1	1
A1	2.918	169	1.874	28	28
A2	1	–	520	13	13
A3	1.339	61	709	2	2
Baa1	–	–	1	–	–
Baa2	2	–	4	–	–
Baa3	55	–	–	–	–
Ba1 (i)	1.658	198	719	18	18
Ba2 (i)	872	188	788	6	6
	7.566	617	5.006		68

(i) Parte substancial dos saldos é com instituições financeiras no Brasil e, em moeda local, são consideradas *investment grade*.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

As linhas de crédito rotativo disponíveis têm como objetivo auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo e permitir maior eficiência na gestão de caixa, e foram contratadas com um sindicato formado por vários bancos comerciais globais. A Companhia possui duas linhas de crédito rotativo, no montante de US\$5.000 (R\$27.512 milhões), dos quais US\$3.000 (R\$16.507 milhões) têm vencimento em 2029 e US\$2.000 (R\$11.005 milhões) em 2026. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum saldo devedor relativo a estas linhas.

A Companhia também participa de acordos de financiamento de fornecedores para administrar seu capital de giro e não considera que estes acordos resultem em concentrações excessivas de risco de liquidez, para maiores detalhes vide nota 9 destas demonstrações financeiras.

Política contábil

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteger sua exposição a certos riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento e de investimento. Os derivativos são incluídos nos ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivos (*hedge accounting*).

No início das operações de *hedge*, a Companhia documenta o tipo de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, sua gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta tanto no início da cobertura quanto de forma contínua, se espera que a cobertura continue a ser altamente eficaz. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* prevista na IFRS 9/CPC 48 e designa certos derivativos como:

Hedge de fluxo de caixa – A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Hedge de investimento líquido – As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes acumulados de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada em "Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos".

21. Empréstimos e financiamentos

a) Saldo dos empréstimos e financiamentos por tipo e moeda

	Taxa de juros média (i)	Passivo circulante		Passivo não circulante	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cotados no mercado secundário:					
US\$ Bonds	6,05%	–	–	7.607	7.187

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

R\$ Debêntures	7,22%	57	68	2.286	1.191
Contratos de dívida no Brasil em (ii):					
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	9,88%	44	41	89	143
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR	5,72%	–	–	150	150
Contratos de dívida no mercado internacional em:					
US\$, com juros variáveis e fixos	5,09%	205	716	6.944	5.042
Outras moedas, com juros fixos	4,79%	12	11	43	50
Outras moedas, com juros variáveis	2,76%	5	–	497	9
Encargos incorridos		195	184	–	–
Total		518	1.020	17.616	13.772

(i) Para determinar a taxa de juros média dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou a taxa aplicada em 31 de dezembro de 2025.

(ii) A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de toda a dívida contratada no Brasil, resultando em um custo médio de 3,21% a.a. em US\$.

A reconciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento está apresentada na nota 24.

b) Fluxos de pagamentos futuros de principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	Principal	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)
2026	323	989
2027	1.700	930
2028	986	882
2029	3.457	844
Entre 2030 e 2032	3.582	1.791
2033 em diante	7.891	3.901
Total	17.939	9.337

(i) Com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que os pagamentos de principal serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de juros ainda não provisionados e os juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2% do total dos juros incorridos nos empréstimos e financiamentos foram capitalizados (2024: 4%) (nota 13). Os custos com empréstimos e financiamentos que não são capitalizados foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos.

c) Covenants

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os termos de certos passivos financeiros que possuem um valor contábil total de US\$2.605 (R\$14.333) (2024:US\$2.696 (R\$16.696)), a Companhia é obrigada a cumprir com os seguintes *covenants* financeiros ao final de cada exercício social:

- Alavancagem: A dívida não deve ser superior a 4,5x o LAJIDA (EBITDA) ajustado;
- Cobertura de juros: O LAJIDA (EBITDA) ajustado não deve ser inferior a 2x as despesas com juros.

A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a próxima data de apuração será em 31 de dezembro de 2026.

A Vale também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e ambientais, entre outros. A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. A Companhia contrata derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa da dívida, alterando o custo médio das dívidas que possuem derivativos de *hedge* contratados.

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

22. Arrendamentos

a) Ativo de direito de uso

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Depreciação e redução ao valor recuperável de ativos	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão	31 de dezembro de 2025
Portos	51	(8)	(21)	–	4	26
Embarcações	353	44	(52)	–	–	345
Plantas de pelotização	109	–	(32)	–	13	90
Imóveis	94	31	(17)	(37)	12	83
Plantas de energia	28	–	(7)	–	–	21
Outros	25	29	(12)	–	–	42
Total	660	96	(141)	(37)	29	607

b) Passivo de arrendamento

	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Desembolsos (i)	Juros	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão	31 de dezembro de 2025
Portos	54	(8)	(21)	2	–	4	31
Embarcações	356	44	(65)	13	–	2	350
Plantas de pelotização	126	–	(51)	6	–	16	97
Imóveis	107	31	(20)	5	(37)	11	97
Plantas de energia	43	–	(3)	3	–	–	43
Outros	27	29	(14)	2	–	6	50
Total	713	96	(174)	31	(37)	39	668
Passivo circulante	147						160
Passivo não circulante	566						508
Total	713						668

(i) O valor total dos pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos diretamente no resultado, foi de US\$94 (R\$524 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (US\$253 (R\$1.365 milhões) e US\$112 (R\$557 milhões) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente).

Pagamentos mínimos anuais e prazo de arrendamento remanescente

A tabela a seguir apresenta os valores das obrigações relacionadas aos contratos de arrendamento, não descontados a valor presente e por ano de vencimento. O passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial é mensurado ao valor presente destas obrigações.

	2026	2027	2028	2029	2030 e subsequente	Total	Prazo remanescente (anos)	Taxa de desconto
Portos	14	1	1	1	16	33	1 a 17	4% a 5%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Embarcações	71	70	59	50	138	388	1 a 7	3% a 4%
Plantas de pelotização	37	26	23	6	21	113	1 a 7	2% a 5%
Imóveis	22	21	20	15	31	109	1 a 13	2% a 6%
Plantas de energia	6	5	5	5	29	50	1 a 4	5%
Outros	19	14	10	6	3	52	1 a 4	3% a 6%
Total	169	137	118	83	238	745		

Política contábil

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

23. Outros ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de	Notas	Circulante		Não circulante	
		2025	2024	2025	2024
Outros ativos financeiros					
Caixa restrito		–	–	9	13
Instrumentos financeiros derivativos	19	414	53	203	15
Investimentos em ações		–	–	63	54
Empréstimos - Partes relacionadas	33(b)	43	–	207	149
		457	53	482	231
Outros passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	19	94	197	52	428
Títulos subordinados	23(a)	4	–	741	–
Debêntures participativas	23(b)	–	–	2.254	2.217
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	33(b)	235	291	–	–
Outros		322	588		32
		655	1.076	3.047	2.677

a) Títulos subordinados

Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a emissão de títulos subordinados, no valor de US\$750 (R\$4.006 milhões) vencimento em 2056 e juros com pagamentos semestrais à taxa inicial de 6% ao ano. A taxa de juros será reajustada a cada cinco anos, a partir de fevereiro de 2031.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estes títulos possuem prioridade de pagamento apenas em relação ao capital social, sendo subordinados a todas as obrigações financeiras ou não financeiras da Vale. Adicionalmente, a Companhia possui o direito de diferir o pagamento dos juros até o vencimento do principal, condicionado a eventos que estão no controle da Vale.

Os recursos líquidos da emissão foram utilizados para finalidades corporativas gerais, incluindo, mas não se limitando, à recomposição de caixa após o pagamento da recompra parcial das debêntures participativas em novembro de 2025 (nota 23b).

b) Debêntures participativas

Por ocasião de sua privatização em 1997, a Companhia emitiu 388.559.056 debêntures participativas aos acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Essas debêntures foram estruturadas para garantir que os acionistas pré-privatização participassem de eventuais benefícios futuros provenientes da exploração de determinados recursos minerais. Os detentores têm direito a pagamentos semestrais calculados como uma porcentagem da receita relacionada a esses recursos, deduzidos impostos, tarifas de transporte e despesas de seguro. A obrigação permanece vigente até que todos os recursos minerais abrangidos sejam exauridos, vendidos ou alienados.

Em novembro de 2025, a Vale concluiu a recompra de 89.410.390 debêntures participativas pelo valor de US\$703 (R\$3.755 milhões), incluindo o pagamento de prêmio no montante de US\$15 (R\$80 milhões), que está apresentado como "despesas financeiras" no resultado do exercício de 2025. A iniciativa representou uma redução de 23,01% do total de debêntures em circulação, otimizando a estrutura de capital da Companhia por meio da gestão de passivos financeiros e reforçando sua estratégia de alocação de capital.

O impacto das debêntures participativas no resultado financeiro está apresentado na nota 18, e o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês de cada exercício está apresentado abaixo:

	Preço médio (R\$)		
Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Debêntures Participativas	41,46	35,33	35,80

A Companhia disponibilizou para saque a títulos de remuneração para seus debenturistas os valores a seguir:

	Data da disponibilização	Valor de remuneração
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2025	1 de outubro de 2025	111
Remuneração referente ao segundo semestre de 2024	1 de abril de 2025	131
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		242
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2024	1 de outubro de 2024	94
Remuneração referente ao segundo semestre de 2023	1 de abril de 2024	149
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		243
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2023	2 de outubro de 2023	106
Remuneração referente ao segundo semestre de 2022	3 de abril de 2023	127
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023		233

Política contábil

As debêntures participativas são passivos financeiros mensuradas ao valor justo por meio do resultado com base na abordagem de mercado, representando o montante que seria pago pela aquisição destes títulos na data de mensuração e, portanto, também compreende implicitamente a remuneração ao debenturista. Para calcular o valor justo do passivo, a Companhia utiliza o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês do período.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

24. Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Reconciliação dos fluxos de caixa decorrentes dos passivos provenientes das atividades de financiamento

	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total empréstimos e financiamentos	Títulos subordinados	Total
31 de dezembro de 2022	6.497	280	4.404	11.181	—	11.181
Adições	1.500	—	450	1.950	—	1.950
Pagamentos (i)	(542)	(50)	(66)	(658)	—	(658)
Juros pagos (ii)	(454)	(24)	(265)	(743)	—	(743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	504	(74)	119	549	—	549
Efeito de taxa de câmbio	19	20	(64)	(25)	—	(25)
Juros provisionados	454	24	288	766	—	766
Variação não caixa	473	44	224	741	—	741
31 de dezembro de 2023	7.474	250	4.747	12.471	—	12.471
Adições	2.033	—	2.822	4.855	—	4.855
Pagamentos (i)	(1.037)	(46)	(1.522)	(2.605)	—	(2.605)
Juros pagos (ii)	(527)	(20)	(321)	(868)	—	(868)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	469	(66)	979	1.382	—	1.382
Aquisição da Aliança Energia	214	32	—	246	—	246
Efeito de taxa de câmbio	(121)	101	(164)	(184)	—	(184)
Juros provisionados	503	20	354	877	—	877
Variação não caixa	596	153	190	939	—	939
31 de dezembro de 2024	8.539	337	5.916	14.792	—	14.792
Adições	1.830	—	2.888	4.718	750	5.468
Custos de transação	—	—	—	—	(9)	(9)
Pagamentos (i)	(373)	(44)	(1.037)	(1.454)	—	(1.454)
Juros pagos (ii)	(610)	(23)	(367)	(1.000)	—	(1.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	847	(67)	1.484	2.264	741	3.005
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(210)	(30)	—	(240)	—	(240)
Efeito de taxa de câmbio	145	22	15	182	—	182
Juros provisionados	732	23	381	1.136	4	1.140
Variação não caixa	667	15	396	1.078	4	1.082
31 de dezembro de 2025	10.053	285	7.796	18.134	745	18.879

(i) Inclui despesas com recompra de bonds.

(ii) Classificado como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Adições em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia (i) emitiu títulos subordinados no valor total de US\$750 (R\$4.006 milhões), com vencimento em 2056 e (ii) contratou empréstimos no valor total de US\$420 (R\$2.262 milhões), indexados à SOFR, ajustados por spread e com vencimento em 2029.
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia contratou empréstimos no valor total de US\$1.011 (R\$5.586 milhões), indexados à SOFR ou LPR, ajustados por spread e com vencimentos entre 2028 e 2030.
- No segundo trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de US\$596 (R\$3.326 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2026 e 2030, e (ii) emitiu debêntures no valor de US\$1.080 (R\$6 bilhões), com cupom de IPCA acrescido de 6,76% a 6,89% ao ano, pagos semestralmente. Esta emissão foi estruturada em três séries de US\$363 (R\$2 bilhões) cada, com vencimentos em 2032, 2035 e 2037, e os recursos serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias.
- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de US\$861 (R\$5.025 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2026 e 2029, e (ii) emitiu bonds no valor de US\$750 (R\$4.324 milhões) com cupom de 6,40% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054.

Pagamentos em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de US\$71 (R\$391 milhões).
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia liquidou empréstimos no valor total de US\$449 (R\$2.490 milhões).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

- No segundo trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de US\$28 (R\$164 milhões).
- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia amortizou empréstimos no valor de US\$150 (R\$862 milhões) e resgatou *bonds* com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de US\$329 (R\$1.890 milhões), pagando prêmio de US\$44 (R\$254 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.

Adições em 2024

- No quarto trimestre de 2024, a Companhia (i) contratou um empréstimo com o *Bank of Nova Scotia* no valor de US\$300 (R\$1.672 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2027, (ii) emitiu debêntures no valor de US\$1 bilhão (R\$6 bilhões) com cupom de IPCA acrescido de 6,38% a 6,43% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2034, 2036 e 2039. Os recursos foram recebidos em novembro de 2024 e serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias, (iii) contratou um empréstimo com o *BBM Bank* no valor de US\$300 (R\$1.704 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2029, (iv) contratou um empréstimo com o *The Hongkong and Shanghai Banking Corporation* no valor de US\$250 (R\$1.524 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2028, e (v) contratou um empréstimo com o *DBS Bank* no valor de US\$50 (R\$305 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2026.
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de US\$962 (R\$5.330 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2027 e 2029.
- No segundo trimestre de 2024, a Companhia (i) emitiu *bonds* de US\$1 bilhão (R\$5.389 milhões) com cupom de 6,45% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054, e (ii) contratou um empréstimo no valor de US\$90 (R\$451 milhões), indexado à SOFR, acrescido de *spread* e com vencimento em 2024.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de US\$870 (R\$4.326 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de *spread* e com vencimentos entre 2024 e 2035.

Pagamentos em 2024

- No quarto trimestre de 2024, a Companhia liquidou o empréstimo contratado com o Banco HSBC, no valor de US\$250 (R\$1.513 milhões).
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia (i) liquidou empréstimos no valor total de US\$599 (R\$3.368 milhões), e (ii) resgatou *bonds* com vencimento em 2026, 2036 e 2039, no valor total de US\$970 (R\$5.251 milhões), pagando um prêmio de US\$50 (R\$275 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de US\$46 (R\$226 milhões).

Adições em 2023

- No terceiro trimestre de 2023, a Companhia contratou empréstimo no valor de US\$150 (R\$727 milhões), indexada à SOFR com ajustes de *spread* e com vencimento em 2028 junto ao Citibank.
- No segundo trimestre de 2023, a Companhia emitiu *bonds* de US\$1.500 (R\$7.277 milhões) com cupom de 6,125% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2033.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia contratou um empréstimo com o *Industrial and Commercial Bank of China Limited, Panama Branch* ("ICBC") no valor de US\$300 (R\$1.581 milhões) indexado à SOFR acrescido de *spread* e com vencimento em 2028.

Pagamentos em 2023

- No segundo trimestre de 2023, a Companhia resgatou *bonds* com vencimentos em 2026, 2036 e 2039 no valor total de US\$500 (R\$2.426 milhões), pagando prêmio de US\$22 (R\$106 milhões), que foi registrado como "Despesas financeiras" no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de US\$24 (R\$124 milhões).



Provisões, contingências e outros compromissos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

25. Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo duas mulheres grávidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Como consequência do rompimento da barragem, a Companhia possui provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade. Adicionalmente, a Companhia incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços jurídicos, abastecimento de água, entre outros.

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Acordo Judicial para Reparação Integral	70	(52)	39
Outras obrigações	227	168	437
Gastos reconhecidos diretamente no resultado	307	378	484
Seguro recebido	(8)	(11)	(30)
Rompimento da barragem de Brumadinho	596	483	930

Movimentações na provisão durante o exercício

	31 de dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualização monetária e ajuste ao valor presente	Desembolsos	Ajustes de conversão	31 de dezembro de 2025
Acordo Judicial para Reparação Integral						
Obrigações de pagamento	304	3	41	(196)	37	189
Provisão para reparação socioeconômica e outros	327	1	46	(97)	40	317
Provisão para reparação e compensação socioambiental	533	66	79	(230)	67	515
	1.164	70	166	(523)	144	1.021
Outras obrigações						
Contenção de rejeitos, segurança geotécnica e compensação socioambiental	504	76	67	(169)	64	542
Indenização individual	49	61	8	(48)	5	75
Outros	253	90	31	(134)	33	273
	806	227	106	(351)	102	890
Passivo	1.970	297	272	(874)	246	1.911

Os fluxos de caixa das obrigações estão projetados por um período médio de 5 a 7 anos e foram descontados por uma taxa de desconto em termos reais, que variou de 7,88% em 31 de dezembro de 2024 para 8,07% em 31 de dezembro de 2025.

Acordo Judicial para Reparação Integral

Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral ("Acordo"), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. Com o Acordo, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Companhia foram substancialmente resolvidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

O Acordo é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios da Bacia do Rio Paraopeba; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Adicionalmente, o Acordo endereça os danos socioeconômicos difusos e coletivos decorrentes do rompimento, ficando excetuados os danos supervenientes, os individuais e os individuais homogêneos de natureza divisível, conforme os pedidos das ações judiciais não extintos pelo Acordo.

Para as obrigações elencadas nos itens (i) e (ii), os valores estão definidos no Acordo. Para a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Companhia de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Outras obrigações

A Companhia também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU").

a) Principais passivos contingentes

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários – American Depository Receipts ("ADRs") – de emissão da Vale.

Em agosto de 2024 foi realizada uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe ("motion for class decertification") e sustentação oral sobre exclusão de alguns dos peritos. No momento, aguarda-se uma decisão do Juízo sobre os pedidos.

Em novembro de 2021, uma nova Reclamação ("Complaint") foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal. Desde dezembro de 2023, aguarda-se uma decisão do Juízo sobre a defesa preliminar apresentada pela Vale ("motion to dismiss").

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessas ações, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. Os Autores não especificaram valores dos prejuízos alegados nas respectivas demandas.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo em uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários e três arbitragens movidas por pessoas jurídicas estrangeiras. A Vale figurava, ainda, como requerida em duas arbitragens coletivas instauradas por associação de classe que supostamente representaria os acionistas da Companhia, que foram extintas em agosto de 2024, dado o acolhimento dos repetidos pedidos da companhia, em razão da falta de pagamento das custas pela associação requerente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Nas quatro arbitragens em curso, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem B-I, situada na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e a outras barragens de rejeitos, e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

A expectativa de perda é classificada como possível, para os quatro procedimentos e, considerando a fase inicial, não tendo havido o detalhamento dos pedidos e das causas de pedir, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por pessoas jurídicas estrangeiras, em que o termo de arbitragem ainda não foi assinado, os Requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente US\$330 (R\$1.800 milhões), sujeito a juros e correção monetária. Em outro procedimento apresentado por pessoas jurídicas estrangeiras, em que também está pendente a assinatura do termo de arbitragem, os Requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente US\$715 (R\$3.900 milhões), sujeito a juros e correção monetária. No procedimento apresentado por acionistas minoritários, quando da assinatura do Termo de Arbitragem, em maio de 2024, os Requerentes atribuíram à causa o valor de US\$550 (R\$3.000 milhões) (o que se referia a um único evento), sujeito a juros e correção monetária, podendo ser majorado posteriormente, conforme alegado pelos requerentes. Há apenas uma arbitragem sem valor estimado pelos Requerentes, a qual ainda está em trâmite e cujo termo de arbitragem já foi assinado.

A Companhia contesta os procedimentos em curso. Diante da falta de visibilidade de todos os pedidos que serão apresentados e dos critérios adotados para estimativa do valor, a Vale, em conjunto com seus assessores externos, classificou neste momento como remota a perda do valor estimado.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As provisões para reparação social, econômica e ambiental podem ser afetadas por fatores que incluem, mas não estão limitados a: (i) variação dos preços correntes estimados de custos diretos e indiretos relacionados a insumos e serviços, (ii) alterações do fluxo previsto de pagamentos dos custos estimados, (iii) mudanças em tecnologias consideradas na mensuração atual, (iv) quantidade de pessoas com direito aos pagamentos de indenização, (v) resolução de questões legais potenciais e existentes, (vi) premissas demográficas, (vii) premissas atuariais e (viii) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

26. Passivos relacionados à participação em coligadas e *joint ventures*

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos do Fundão em Mariana, Minas Gerais, de propriedade da Samarco Mineração S.A. ("Samarco") se rompeu, inundando determinadas comunidades e causando impactos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do Rio Doce. O rompimento resultou em 19 mortes e causou danos materiais e ambientais às áreas afetadas. A Samarco é uma *joint venture* com participação societária igualmente dividida entre Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHPB").

Assim, Vale, Samarco e BHPB firmaram acordos com a União Federal, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, algumas outras autarquias federais e estaduais, estabelecendo a criação de programas socioambientais e socioeconômicos visando a adoção de medidas de mitigação, reparação e compensação dos danos. No entanto, as medidas reparatórias previstas nos acordos não puderam ser integralmente implementadas durante o período estabelecido e as partes envolvidas iniciaram novas negociações, buscando um acordo definitivo para o cumprimento de todas as obrigações relacionadas ao rompimento da barragem.

a) Movimentação da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco

Em 2025, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de US\$616 (R\$3.379 milhões), composto por US\$449 (R\$2.450 milhões) associados a alteração de prognóstico da ação judicial no Reino Unido e US\$167 (R\$929 milhões) relativos substancialmente a revisão na estimativa de gastos para concluir os programas de indenização individual, conforme apresentado abaixo:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.663
Complemento de provisão e mudança de estimativas	616
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	188
Desembolsos	(2.298)
Ajustes de conversão	444
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.613

Os fluxos de caixa das obrigações foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que variou de 7,30% em 31 de dezembro de 2024 para 7,66% em 31 de dezembro de 2025.

b) Acordo Definitivo para Reparação Integral

Em outubro de 2024, Vale, Samarco e BHPB, em conjunto com o Governo Federal do Brasil, os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Defensorias Públicas Estaduais e da União, e demais entidades públicas brasileiras (em conjunto, "as Partes") assinaram um acordo para a reparação integral e definitiva dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais ("Acordo Definitivo"), o qual foi homologado em novembro de 2024.

O Acordo Definitivo, estimado em US\$31,7 bilhões (R\$170 bilhões), substituiu todos os acordos anteriormente firmados e contempla tanto desembolsos realizados antes de sua homologação quanto novos compromissos financeiros, que serão pagos ao longo de 20 anos em ações de remediação e compensação. Além disso, prevê iniciativas a serem implementadas pela Samarco, com desembolsos estimados para ocorrer nos três anos seguintes à homologação.

A Samarco tem responsabilidade primária pelas obrigações, enquanto Vale e BHPB possuem responsabilidade subsidiária, na proporção de sua participação acionária de 50% cada, caso a Samarco não consiga cumprir com tais obrigações. A homologação judicial extinguiu diversos processos relevantes movidos no Brasil, cujo requerimento para arquivamento foi peticionado pela Vale, em conjunto com a BHPB e Samarco.

Como resultado do Acordo Definitivo, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de US\$956 (R\$5.299 milhões) em 31 de dezembro de 2024, o qual reflete a estimativa em relação ao montante de desembolsos futuros que serão necessários para resolver todos os aspectos relacionados ao Acordo Definitivo e a capacidade financeira da Samarco para realizar pagamentos futuros (vide item "d" abaixo).

Em 2025, a Companhia reconheceu um complemento de provisão no valor de US\$167 (R\$929 milhões), substancialmente relacionado a revisão na estimativa de gastos para concluir os programas de indenização individual.

c) Processos judiciais remanescentes

Com o Acordo Definitivo, as ações civis públicas movidas pelas instituições de justiça e entes públicos signatários foram substancialmente resolvidas e os parâmetros para o cumprimento da reparação e compensação dos danos foram definidos. Assim, os processos judiciais mais relevantes remanescentes estão demonstrados a seguir:

Ações judiciais no Reino Unido e na Holanda

Em julho de 2024, a Vale e a BHP firmaram um acordo, sem qualquer admissão de responsabilidade, segundo o qual as empresas compartilharam igualmente eventual obrigação de pagamento perante os requerentes nas Reivindicações do Reino Unido e da Holanda, descritas abaixo.

Ação judicial no Reino Unido – Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited (“BHP”) é ré em uma ação perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales, movida por aproximadamente 610.000 autores, incluindo pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil alegadamente afetados pelo rompimento da barragem da Samarco.

O procedimento foi estruturado em fases, sendo a primeira destinada à avaliação da responsabilidade, da BHP pelo rompimento da barragem de Fundão. Após o julgamento da primeira fase, realizado entre outubro de 2024 e março de 2025, a justiça Inglesa proferiu, em novembro de 2025, decisão reconhecendo a responsabilidade da BHP à luz da legislação brasileira. A decisão também confirmou a validade das renúncias e termos de quitação assinados por reclamantes já indenizados no Brasil, o que reduzirá o número de reclamantes e o valor das demandas.

Em função desta decisão, a expectativa de perda em relação a este processo passou a ser classificada como provável e a Companhia reconheceu uma provisão adicional de US\$449 (R\$2.450 milhões) no resultado do exercício como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures", que está apresentada no balanço patrimonial como parte da rubrica "Passivos relacionados à participação em coligadas e joint ventures" por estar associada ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco.

A BHP apresentou requerimento para apelação contra a decisão da primeira fase, o qual se encontra pendente de apreciação. Eventual recurso de apelação não suspende o andamento do processo, que seguirá para a segunda fase de julgamento, destinada à discussão e definição de temas relativos ao cabimento e à extensão dos danos, cujo início deverá ocorrer em 2027. Após, é provável ainda que o tribunal inglês defina uma terceira etapa para apuração em relação a eventuais valores de indenizações.

Ação judicial na Holanda – Uma ação judicial foi movida contra a Companhia por determinados municípios brasileiros, uma empresa e uma fundação, que representam milhares de indivíduos e algumas entidades, e que alegam ter sido afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco em 2015.

Em março de 2024, o tribunal de Amsterdam concedeu uma medida cautelar, em prejuízamento, para bloquear as ações da Vale S.A. na Vale Holdings B.V., uma subsidiária integral constituída na Holanda, e os direitos econômicos relacionados a essas ações, em garantia do valor aproximado de US\$1.082 (EUR920 milhões). Em 2025, com a adesão de três municípios (Iapu, Ponte Nova e Rio Casca) ao Acordo Definitivo, estes deixaram de compor o litígio e o montante da garantia foi reduzido para aproximadamente US\$876 (EUR 745,4 milhões).

Em outubro de 2025, a Vale apresentou sua defesa quanto à jurisdição da ação movida contra a Companhia e primeira audiência da primeira etapa do procedimento ocorrerá no segundo semestre de 2026.

A expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessa ação, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda neste momento, podendo a estimativa ser quantificada conforme o curso do processo.

d) Recuperação Judicial da Samarco

Em abril de 2021, a Samarco anunciou o pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) ajuizado junto à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que estava em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. A RJ é uma forma da Samarco reestruturar suas dívidas e estabelecer uma posição financeira independente e sustentável, permitindo que a Samarco continuasse trabalhando na retomada de suas operações com segurança e cumprindo com suas obrigações de mitigação, reparação e compensação dos danos.

Em maio de 2023, a Vale S.A. firmou um acordo vinculante em conjunto com a BHPB, a Samarco e determinados credores que detinham em conjunto mais de 50% dos títulos de dívida da Samarco, que estabelece os parâmetros para a reestruturação da dívida por meio de um plano de uma reestruturação consensual, o qual foi aprovado pelos credores, submetido à Justiça de Minas Gerais em julho de 2023 e homologado pelo juiz em setembro de 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2023, os US\$4,8 bilhões (R\$24 bilhões) de dívida financeira existente da Samarco detidos pelos credores foram trocados por aproximadamente US\$3,9 bilhões (R\$19 bilhões) de dívida de longo prazo sem garantia e com atualização de juros pelo período de 2023 a 2031.

Após a execução do plano, a Samarco possui uma estrutura de capital adequada, em linha com seu *ramp-up* operacional e geração de fluxo de caixa. O plano considera pagamentos para a reparação e compensação limitados a US\$1 bilhão (R\$5 bilhões) pelo período de 2024 a 2030, dos quais US\$434 (R\$2.353 milhões) já foram incorridos, e prevê que, após esse período, a Samarco terá capacidade de realizar contribuições adicionais com base em suas projeções de geração de caixa.

Em agosto de 2025, o processo de recuperação judicial da Samarco foi concluído por decisão da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, com parecer favorável do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que concluiu que a recuperação judicial cumpriu sua finalidade. A Samarco continuará cumprindo com as obrigações remanescentes, nos termos e prazos estabelecidos.

e) Informações financeiras resumidas da Samarco

As demonstrações financeiras individuais dessa entidade podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Ativos circulantes	1.028	659
Ativos não circulantes	5.758	2.924
Ativo	6.786	3.583
Passivos circulantes	2.543	4.026
Passivos não circulantes	20.228	17.603
Total dos passivos	22.771	21.629
Patrimônio líquido negativo	(15.985)	(18.046)
Prejuízo do exercício	(4.622)	(7.371)

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e joint ventures" na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Conforme a legislação societária brasileira, e nos termos do acordo da joint venture, a Companhia não tem a obrigação de prover recursos à Samarco. Como consequência, o investimento da Companhia na Samarco teve seu valor recuperável reduzido a zero e nenhuma provisão relacionada ao patrimônio líquido negativo da Samarco foi reconhecida.

A provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco requer o uso de premissas e estimativas, que podem alterar significativamente em função do: (i) custo para a conclusão dos programas no âmbito do Acordo Definitivo, (ii) a extensão em que a Samarco será capaz de pagar diretamente suas obrigações futuras relativas à reparação e compensação, considerando que suas projeções de fluxos de caixa dependem principalmente da capacidade da Samarco de retomar os níveis máximos de produção e dos preços das commodities, (iii) resolução de ações judiciais potenciais e já existentes, e (iv) atualizações da taxa de desconto.

Como resultado, os gastos no futuro podem diferir dos montantes provisionados e as alterações nessas estimativas podem resultar num impacto material no montante da provisão no futuro.

27. Processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos cíveis, tributários, ambientais e trabalhistas.

A Companhia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 25) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas a seguir.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Provisões tributárias	57	80	(8)
Provisões cíveis	(21)	29	70
Provisões trabalhistas	171	191	167
Provisões ambientais	31	3	–
Total	238	303	229

Movimentações nas provisões durante o exercício

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	201	290	482	40	1.013
Adições e reversões, líquido	57	(21)	171	31	238
Pagamentos	(33)	(178)	(102)	(30)	(343)
Atualizações monetárias	48	31	43	1	123
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	(79)	(5)	–	(27)	(111)
Ajuste de conversão	23	33	63	4	123
Saldo em 31 de dezembro de 2025	217	150	657	19	1.043

A Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Processos tributários – A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados principalmente à incidência de Pis e Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e outros tributos. O contencioso tributário relacionado a tributos sobre o lucro está apresentado na nota explicativa 5(d).

Processos cíveis – Ações em que são discutidas: (i) indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de desequilíbrio ou descumprimentos contratuais que são alegados por fornecedores, e (ii) ações de natureza fundiária que se referem a imóveis operacionais da Vale.

Processos trabalhistas – Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais – Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

31 de dezembro de	2025	2024
Processos tributários	7.218	5.995
Processos cíveis	2.111	1.274
Processos trabalhistas	376	292
Processos ambientais	1.201	1.050
Total	10.906	8.611

Os passivos contingentes relevantes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir

Processos tributários – Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relacionados ao *royalty* da mineração conhecido como CFEM. Os processos decorrem de autuações promovidas pelo Agência Nacional de Mineração ("ANM", antigo "DNPM"), cujas principais discussões envolvem a dedução dos tributos e dos custos de seguros e transportes destacados em nota fiscal na apuração da CFEM, além da incidência deste *royalty* sobre pelotas e receitas das vendas realizadas pelas controladas da Companhia no exterior. Estes processos têm prognóstico de perda possível, no montante de US\$2.301 (R\$12.662 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: US\$1.835 (R\$11.358 milhões)).

Processos tributários – PIS/COFINS

A Companhia é parte em diversas cobranças relacionadas à suposta tomada indevida de crédito de PIS e COFINS (tributos federais cobrados sobre a receita bruta das empresas). A legislação tributária brasileira autoriza que os contribuintes utilizem créditos tributários de PIS e COFINS, tais como aqueles referentes à aquisição de insumos para o processo produtivo e outras rubricas. As autoridades fiscais alegam principalmente, que (i) alguns créditos não estavam relacionados ao processo produtivo, e (ii) não foi comprovado adequadamente o direito à utilização dos créditos tributários. A Companhia está discutindo as referidas cobranças relativas aos créditos apurados a partir de 2002. As chances de perda relacionadas a estes processos classificadas como possíveis totalizam US\$2.824 (R\$15.538 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: US\$2.326 (R\$14.397 milhões)).

Processos tributários – Imposto sobre Serviços ("ISS")

A Companhia está envolvida em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ISS em diferentes municípios brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) de que a base de cálculo utilizada estaria incorreta; (ii) ausência de recolhimento de ISS referente a serviços de administração de bens e negócios de terceiros e (iii) incidência do imposto sobre a movimentação portuária de mercadoria própria ("autosserviço"). O valor total classificado com prognóstico de perda possível é US\$794 (R\$4.369 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$739 (R\$4.574 milhões)).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Processos tributários – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”)

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ICMS e multa em diferentes estados brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) tomadas de crédito indevido; (ii) incidência do imposto nas aquisições de energia elétrica; (iii) operações relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota (“DIFAL”); e (iv) incidência do ICMS sobre transporte próprio. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é de US\$533 (R\$2.932 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: US\$389 (R\$2.407 milhões)).

Processos cíveis – Autos de infração recebidos da Agência Nacional de Mineração (“ANM”)

Em 2026 (evento subsequente), a Vale recebeu autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), relacionados à mina de Pico em Itabirito (MG), à mina de Mar Azul em Nova Lima (MG) e ao extravasamento ocorrido na cava 18 da Mina de Fábrica em Congonhas (MG), para a cobrança de multa nos valores de US\$23 (R\$128 milhões), US\$211 (R\$1.159 milhões) e US\$74 (R\$409 milhões), respectivamente com base em supostas infrações previstas nas resoluções da ANM. A Companhia apresentará defesas administrativas contestando as referidas autuações, e o prognóstico de perda foi classificado como possível.

Processos cíveis – Ação Civil pública na Mina do Tamanduá

Em agosto de 2025, a Advocacia-Geral da União ajuizou uma ação civil pública contra a Vale no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sob o fundamento de suposta lavra em área fora da poligonal da Mina do Tamanduá, localizada em Nova Lima (MG). O valor do pedido é de US\$381 (R\$2.096 milhões) e a expectativa de perda deste processo é classificada como possível em 31 de dezembro de 2025.

Processos ambientais – Operação de minério de ferro em Itabira

A Companhia é parte em duas ações movidas pelo município de Itabira, no estado de Minas Gerais. A primeira é uma ação civil pública ajuizada pelo município de Itabira em agosto de 1996, na qual se alega que as operações da Vale de minério de ferro em Itabira causaram danos ambientais, sociais e danos relativos à suposta degradação ambiental do local, bem como requer a recuperação imediata do complexo ecológico afetado e a realização de programas ambientais compensatórios na região. Na segunda ação, ajuizada em setembro de 1996, o município de Itabira reivindica o direito de ser resarcido pelas despesas incorridas com relação aos serviços públicos prestados em decorrência das atividades de mineração. Os danos pleiteados, atualizados desde a data da ação, totalizam US\$573 (R\$3.153 milhões) em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$460 (R\$2.850 milhões)). Ambas as ações se encontram em fase de instrução processual e a Companhia avaliou que o risco de perda é possível.

Processos ambientais – Ação Civil Pública de Maravilhas II e III e Forquilha V

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e pelo município de Jeceaba solicitando a suspensão do descarte de rejeitos nas barragens de Maravilhas II e III (complexo de Vargem Grande) e Forquilha V (complexo de Fábrica). As ações estão em curso e aguarda-se a produção de provas para posterior julgamento do processo. A Companhia entende que o risco de perda é possível. Contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação destas operações ou ações de compensação não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais – Ações relacionadas ao Porto de Tubarão

Em julho de 2006, a Associação Nacional dos Amigos do Meio Ambiente (ANAMA) ajuizou uma ação coletiva contra a Vale, o Estado do Espírito Santo, o Instituto do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo (IEMA), o Município de Vitória, a União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A ANAMA pediu uma indenização pela poluição alegadamente causada na Região Metropolitana do Município de Vitória e suspensão da licença de operação. Em 2018, a Companhia celebrou um acordo que estabeleceu investimentos para melhorar o controle das emissões atmosféricas no Porto de Tubarão e nas usinas de pelotização. Esse acordo deveria ter interrompido o prosseguimento da ação judicial. No entanto, apesar das conclusões da prova técnica judicial e da execução do acordo, em novembro de 2023, o tribunal estabeleceu que a Vale apresentasse provas técnicas complementares para avaliar a contribuição da Companhia para a qualidade do ar da região metropolitana de Vitória, no estado do Espírito Santo. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação desta operação ou ações de compensação para impedir a suspensão desta licença não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais – Acidente Stella Banner

Em dezembro de 2020, o MPF ajuizou uma ação civil pública contra a Vale buscando indenização pelos supostos danos ambientais e reembolso das despesas incorridas pelas autoridades públicas. Em abril de 2022, o MPF ajuizou uma ação penal perante a Justiça Federal contra o capitão da transportadora, a Polaris e a Vale, por suposto crime de poluição por meio do despejo não autorizado de resíduos oleosos. Em novembro de 2023, o tribunal aceitou a denúncia pelo suposto crime de poluição por meio do despejo de óleo no mar. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas não pode ser estimado com confiabilidade.

c) Depósitos judiciais

31 de dezembro de	2025	2024
Processos tributários	386	338
Processos cíveis	156	78
Processos trabalhistas	97	110
Processos ambientais	12	11
Total	651	537

d) Garantias contratadas para processos judiciais

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais acima, a Companhia contratou US\$3,5 bilhões (R\$19,2 bilhões) (31 de dezembro de 2024: US\$2,9 bilhões (R\$17,8 bilhões)) de garantias para processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial/administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais e administrativos são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

28. Compromissos e garantias concedidas

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos relacionados a contratos de longo prazo para aquisição de matérias-primas essenciais às operações e contratação de serviços diversos no montante de US\$5.511 (R\$30.323 milhões) (2024: US\$6.421 (R\$39.761 milhões)).

A Vale também possui garantias concedidas à coligadas e *joint ventures* e para obrigação de descomissionamento de ativos, que estão demonstradas a seguir:

31 de dezembro de	2025		2024	
	Valor da Caixa restrito garantia	Passivo registrado	Valor da Caixa restrito garantia	Passivo registrado
Coligadas e <i>joint ventures</i>	233	–	210	–
Obrigações para descomissionamento de ativos	1.134	–	1.091	–
	1.367	–	1.301	–

Garantias relacionadas para determinadas coligadas e *joint ventures* – A Companhia possui, no limite de sua participação direta ou indireta, garantias para determinadas coligadas e *joint ventures*.

Garantias relacionadas a obrigação de descomissionamento de ativos – A Companhia possui garantias financeiras para as obrigações de descomissionamento de ativos de suas operações de Vale Metais Básicos no Canadá. Adicionalmente, na Indonésia, a Companhia possui depósitos bancários para garantir a execução das obrigações de descomissionamento de ativos.

Garantia de empréstimos e financiamentos – Os bonds emitidos pela Companhia por meio de sua subsidiária integral Vale Overseas Limited são totalmente garantidos pela Controladora.

Estrutura de capital

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

29. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de US\$61.614 (R\$77.300 milhões), correspondendo a 4.539.007.580 ações escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão e cancelamento de ações ordinárias, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

31 de dezembro de 2025			
Acionistas	Ações ordinárias	Golden shares	Total
Preví (i)	381.002.396	–	381.002.396
Mitsui&co (i)	286.347.055	–	286.347.055
Blackrock, Inc (ii)	267.178.371	–	267.178.371
Acionistas com mais de 5% do capital total	934.527.822	–	934.527.822
Free floating	3.334.252.319	–	3.334.252.319
Golden shares (iii)	–	12	12
Total em circulação (sem ações em tesouraria)	4.268.780.141	12	4.268.780.153
Ações em tesouraria	270.227.427	–	270.227.427
Capital total	4.539.007.568	12	4.539.007.580

(i) Reflete a quantidade de ações detidas pelo acionista, conforme extrato disponibilizado pelo escriturador baseado nas informações da B3.

(ii) Reflete a quantidade de ações declaradas pela Blackrock Inc. no Schedule 13G/A, arquivado na SEC.

(iii) Reflete a quantidade de ações preferenciais de classe especial ("golden shares") detidas pelo Governo Federal, as quais conferem poderes de voto limitado sobre determinadas deliberações da Companhia, bem como o direito de eleger e destituir um membro para o Conselho Fiscal.

Em janeiro de 2026 (evento subsequente), a *Capital World Investors* comunicou o aumento de sua participação societária na Vale S.A., passando a deter 227.690.911 ações, que representam 5,02% do total de ações emitidas.

b) Cancelamento de ações em tesouraria

Durante os exercícios de 2023, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social. Os efeitos transitaram no patrimônio líquido como "Ações em tesouraria canceladas", entre "Reserva de lucro" e "Ações em tesouraria". Não houve cancelamento de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Quantidade de ações canceladas	Custo histórico
Cancelamento aprovado no dia 2 de março de 2023	239.881.683	4.164
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	239.881.683	4.164

c) Recompra de ações

Em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 120.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses, iniciados a partir do encerramento do programa anteriormente vigente. Não houve recompra de ações em 2025.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Exercício findo em 31 de dezembro de	Quantidade de ações recompradas			Efeito nos fluxos de caixa		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Programa de recompra de até 150.000.000 de ações (i)						
Adquirido pela Controladora	–	18.251.159	1.500.000	–	240	22
Adquirido por subsidiárias integrais	–	12.672.414	1.500.000	–	169	22
	–	30.923.573	3.000.000	–	409	44
Programa de recompra de até 500.000.000 de ações (ii)						
Adquirido pela Controladora	–	–	93.638.352	–	–	1.378
Adquirido por subsidiárias integrais	–	–	88.058.750	–	–	1.292
	–	–	181.697.102	–	–	2.670
Programa de recompra de ações	–	30.923.573	184.697.102	–	409	2.714

(i) Em 26 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 150.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses. O programa foi encerrado em 2025.

(ii) Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, limitado ao máximo de 500.000.000 ações ordinárias ou seus respectivos ADRs, pelo prazo de até 18 meses. O programa foi encerrado em 2023.

d) Destinação do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.352	6.166	7.983
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(560)	(392)	(891)
Lucro líquido após destinação da reserva de incentivo fiscal	1.792	5.774	7.092
 Remuneração mínima obrigatória (i)	527	1.698	2.042
 Remuneração conforme política de remuneração aos acionistas (ii)	2.800	1.394	2.066
Remuneração adicional à política de remuneração aos acionistas (iii)	1.000	500	2.000
Remuneração adicional ao mínimo obrigatório:	3.800	1.894	4.066
Da parcela remanescente do lucro líquido do exercício	1.265	1.894	4.066
Das reservas de lucro	2.535	–	–
 Total de remuneração aos acionistas	4.327	3.592	6.108
Constituição de reserva estatutária	–	2.182	984

(i) Remuneração mínima obrigatória correspondente à 25% do lucro líquido após destinação da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal, conforme estabelecido no estatuto social da Vale S.A.

(ii) De acordo com a política de remuneração aos acionistas da Companhia, o valor mínimo da remuneração ao acionista é de 30% do LAJIDA (EBITDA) ajustado (conforme definido na nota 5) menos os investimentos realizados em manutenção de capacidade operacional, que representaram US\$4.371 (R\$24.270 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: US\$4.538 (R\$24.766 milhões) e 2023: US\$4.269 (R\$21.232 milhões)). Portanto, a remuneração adicional para atendimento à política foi de US\$2.800 (R\$14.913 milhões).

(iii) Adicionalmente, o Conselho de Administração deliberou dividendos acima da política no valor de US\$1.000 (R\$5.311 milhões), perfazendo o total de US\$4.327 (R\$23.381 milhões) de remuneração aos acionistas.

Em 2022, o limite de 20% do capital social para constituição da reserva legal foi atingido, conforme artigo 193 da Lei 6.404 e artigo 39 do Estatuto Social da Controladora.

e) Remuneração deliberada aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Vale S.A., a remuneração mínima obrigatória aos acionistas deve representar 25% do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e reserva de incentivo fiscal. O valor deliberado sob a forma de Juros sobre o capital próprio ("JCP") é calculado incluindo o valor do imposto de renda de 15% retido na fonte. A remuneração aos acionistas foi determinada a partir das seguintes deliberações:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

	Data de aprovação	Data do pagamento	Valor por ação (US\$)	Montante total deliberado
Dividendos referentes ao exercício de 2022	16/2/2023	22/3/2023	0,352	1.569
JCP referentes ao exercício de 2023	27/7/2023	1/9/2023	0,403	1.744
Dividendos e JCP referentes ao exercício de 2023	26/10/2023	1/12/2023	0,465	2.000
				5.313
Dividendos referentes ao exercício de 2023	22/2/2024	19/3/2024	0,538	2.364
JCP referentes ao exercício de 2024	25/7/2024	4/9/2024	0,376	1.608
JCP referentes ao exercício de 2024	28/11/2024	14/3/2025	0,091	388
				4.360
Dividendos referentes ao exercício de 2024	19/2/2025	14/3/2025	0,347	1.596
JCP referentes ao exercício de 2025	31/7/2025	3/9/2025	0,339	1.448
Dividendos referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	7/1/2026	0,234	1.000
Dividendos e JCP referentes ao exercício de 2025	27/11/2025	4/3/2026	0,440	1.879
				5.923

e.i) Movimentação do saldo de dividendos a pagar

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	330
Adição por deliberação do CA em relação ao exercício anterior	1.596
Adição por deliberação do CA em antecipação a remuneração do exercício corrente	4.327
Imposto de renda sobre JCP deliberado	(323)
Pagamento	(3.238)
Remuneração prescrita	(2)
Ajuste de conversão	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.651

f) Reservas de lucro

	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva estatutária	Reserva de retenção de lucro	Reserva de remuneração adicional proposta	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.964	4.416	9.349	3.578	437	20.744
Destinação do resultado	-	891	984	-	2.364	4.239
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(437)	(437)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	(4.164)	-	-	(4.164)
Ajustes de transação	230	383	604	278	-	1.495
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.194	5.690	6.773	3.856	2.364	21.877
Destinação do resultado	-	392	2.182	-	1.596	4.170
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(2.364)	(2.364)
Ajustes de transação	(696)	(1.308)	(2.162)	(841)	-	(5.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.498	4.774	6.793	3.015	1.596	18.676
Destinação do resultado	-	560	-	-	-	560
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	(2.535)	(1.596)	(4.131)
Ajustes de transação	313	597	852	615	-	2.377
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.811	5.931	7.645	1.095	-	17.482

Reserva legal – As empresas brasileiras de capital aberto têm a obrigação de reter 5% do lucro líquido anual, até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. Em 2022, o limite de 20% do capital social para constituição da reserva legal foi atingido, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404 e artigo 39 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais – Resulta da opção de designar a parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e incentivos fiscais. O montante registrado nesta reserva refere-se substancialmente aos incentivos vinculados às subvenções destinadas a investimentos realizados no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM).

Reserva estatutária – Tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia. O Estatuto Social limita a constituição da reserva em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível, até o montante do capital social.

Reserva de retenção de lucro – É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, conforme a legislação brasileira.

Reserva de remuneração adicional proposta – Resulta da parcela da remuneração proposta pela Administração, que excede a remuneração mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado.

Política contábil

Capital social e ações em tesouraria – A Companhia mantém ações em tesouraria para uma futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de remuneração de longo prazo dos executivos. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutoras do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Remuneração aos acionistas – A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"). O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício da Companhia, em contraposição ao pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parcela da remuneração referente aos juros sobre capital próprio a Companhia retém 15% de imposto de renda em nome dos acionistas. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição a título de JCP é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.



Partes Relacionadas

30. Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures

	Atividade principal	% de participação	31 de dezembro de 2024	Resultado de participações societárias	Dividendos declarados	Ajuste de conversão de moeda	Remensuração a valor justo	Outros	31 de dezembro de 2025
Coligadas e joint ventures									
No Brasil									
Aliança Geração Energia S.A. (i)	Energia	30,00	–	8	(6)	–	238	–	240
Aliança Norte Energia Participações S.A.	Energia	51,00	74	(16)	–	8	–	–	66
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	Minério de ferro	15,00	663	121	(145)	–	–	10	649
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,00	75	12	(9)	10	–	–	88
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,89	42	6	(8)	4	–	–	44
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,90	61	4	(3)	8	–	5	75
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	51,00	129	21	(10)	17	–	–	157
MRS Logística S.A.	Logística	49,01	591	137	–	76	–	–	804
Samarco Mineração S.A. (nota 26)	Pelotas	50,00	–	–	–	–	–	–	–
VLI S.A.	Logística	29,60	341	67	(40)	42	–	–	410
Outros	–	–	70	3	(1)	8	–	(20)	60
No exterior									
PT Vale Indonesia Tbk	Logística	33,88	1.885	(31)	(12)	–	–	–	1.842
Vale Oman Distribution Center	Logística	50,00	616	33	(55)	–	–	–	594
Resultado de participações em coligadas e joint ventures				4.547	365	(289)	173	238	(5)
Outros resultados em coligadas e joint ventures (ii)				(583)					
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures				(218)					

(i) Refere-se a remensuração a valor justo da parcela de 30% detida na Aliança Geração de Energia S.A., após o fechamento da transação de desinvestimento (nota 31a).

(ii) Refere-se substancialmente ao complemento da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26b).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

a) Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale e utilizando as mais recentes informações financeiras disponíveis, ajustadas pelos efeitos de transações ou eventos significativos que ocorreram entre a data da informação financeira e a data das demonstrações financeiras da Companhia. As informações financeiras resumidas da Samarco estão apresentadas na nota 26.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Aliança Geração de Energia S.A.	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia Tbk	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.
Ativo circulante	224	–	644	283	1.008	918	158	796
Ativo não circulante	1.532	132	7.548	487	3.517	5.064	1.671	3.239
Total dos ativos	1.756	132	8.192	770	4.525	5.982	1.829	4.035
Passivo circulante	109	–	1.057	51	588	354	58	512
Passivo não circulante	846	2	2.807	1	2.297	191	583	2.139
Total dos passivos	955	2	3.864	52	2.885	545	641	2.651
Patrimônio líquido	801	130	4.328	718	1.640	5.437	1.188	1.384
Receita líquida	121	–	1.991	135	1.358	990	284	1.667
Lucro líquido (prejuízo)	27	(32)	809	86	280	(92)	66	226

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia Tbk	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.
Ativo circulante	–	683	369	868	1.183	88	786
Ativo não circulante	146	8.375	374	2.461	4.792	1.779	2.757
Total dos ativos	146	9.058	743	3.329	5.975	1.867	3.543
Passivo circulante	–	1.033	138	547	264	40	799
Passivo não circulante	1	2.081	–	1.576	147	596	1.592
Total dos passivos	1	3.114	138	2.123	411	636	2.391
Patrimônio líquido	145	5.944	605	1.206	5.564	1.231	1.152
Receita líquida	–	2.085	307	1.303	472	67	1.705
Lucro líquido (prejuízo)	(20)	401	194	263	(85)	31	275

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Italo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b) Controladas

As controladas consideradas relevantes para cada segmento de negócios da Companhia são as seguintes:

	Localização	Atividade principal/Negócios	% de Participação	% de capital votante	% Acionistas não controladores
Controladas diretas e indiretas					
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	Brasil	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. ("MBR")	Brasil	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Salobo Metais S.A.	Brasil	Cobre	90,0%	90,0%	10,0%
Vale Base Metals Limited	Reino Unido	Holding	90,0%	90,0%	10,0%
Vale Holdings B.V.	Holanda	Holding e pesquisa	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Canada Limited	Canadá	Níquel	90,0%	90,0%	10,0%
Vale International S.A.	Suíça	Trading e holding	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Malaysia Minerals Sdn. Bhd.	Malásia	Minério de ferro	100,0%	100,0%	0,0%
Vale Oman Pelletizing Company LLC	Omã	Planta de pelotização	100,0%	100,0%	0,0%

c) Participação de acionistas não controladores

Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das controladas com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

	31 de dezembro de 2025		
	Vale Base Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	16	–	–
Ativo não circulante	11.002	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	1.045	–	–
Total dos ativos	12.063	–	–
Passivo circulante	22	–	–
Passivo não circulante	–	–	–
Partes relacionadas com acionistas controladores	2.263	–	–
Total dos passivos	2.285	–	–
Patrimônio líquido	9.778	–	–
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	978	(137)	841
Lucro líquido	(3.375)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(338)	(31)	(369)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	–	–	–

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2024		
	Vale Base Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	18	—	—
Ativo não circulante	13.141	—	—
Partes relacionadas com acionistas controladores	249	—	—
Total dos ativos	13.408	—	—
Passivo circulante	—	—	—
Passivo não circulante	—	—	—
Partes relacionadas com acionistas controladores	1.159	—	—
Total dos passivos	1.159	—	—
Patrimônio líquido	12.249	—	—
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	1.225	(103)	1.122
Lucro líquido	(692)		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(195)	4	(191)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	—	—	—
	31 de dezembro de 2023		
	PTVI	Outros	Total
Ativo circulante	885	—	—
Ativo não circulante	2.977	—	—
Partes relacionadas com acionistas controladores	83	—	—
Total dos ativos	3.945	—	—
Passivo circulante	221	—	—
Passivo não circulante	239	—	—
Partes relacionadas com acionistas controladores	—	—	—
Total dos passivos	460	—	—
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo)	3.484	—	—
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	1.599	(79)	1.520
Lucro líquido	207	—	—
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	144	(22)	122
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	33	8	41

Política contábil

Controladas – A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando: (i) a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (ii) tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a investida.

Transações com participações de não controladores – Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Vale são classificados como acionista não controlador (“NCI”). A Companhia trata as transações com acionistas não controladores como operações com acionistas da Companhia. Para as compras ou alienações de participações de acionistas não controladores, a diferença entre a consideração paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido em “Aquisições e baixas de acionistas não controladores”.

Perda de controle – Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Investimento em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (“joint arrangements”) – Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empreendimentos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimentos em conjunto são classificados como operações em conjunto (“joint operations”) ou empreendimentos controlados em conjunto (“joint ventures”) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As *joint operations* são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados ao *joint operation* são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment*. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Adicionalmente, as informações financeiras das coligadas e *joint ventures* utilizadas para a contabilização nas demonstrações financeiras da Companhia podem divergir das demonstrações financeiras individuais destas entidades em função de ajustes para a política contábil da Vale e em função da data-base das demonstrações financeiras individuais utilizadas.

Ajustes acumulados de conversão – A IAS 21/CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis estabelece que as diferenças de câmbio originadas por transações e saldos de operações no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido até que esta operação seja total ou parcialmente alienada. A alienação parcial de um investimento pode ser interpretada como (i) redução do percentual de participação societária; ou (ii) redução do valor absoluto do investimento por meio da redução do capital social da investida, ainda que o percentual de participação do investidor não seja alterado. Portanto, há uma opção de política contábil quanto à definição de alienação parcial.

Nesse contexto, a Companhia definiu como sua política contábil que as transações de redução de capital em investimentos no exterior devem ser tratadas através da aplicação da abordagem do valor absoluto descrita em ii) acima e, portanto, as diferenças de câmbio registradas no patrimônio líquido são reclassificadas para o resultado do exercício na mesma proporção da redução no investimento líquido detido no investimento no exterior.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Em algumas circunstâncias, julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

A Companhia detém a maioria do capital com direito a voto em quatro operações controladas em conjunto (Aliança Norte Energia Participações S.A., Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização). No entanto, em função de acordo de acionistas, a administração concluiu que a Companhia não possui direito de voto suficientemente dominante para ter o poder de direcionar as atividades dessas entidades. Como resultado, essas entidades são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial devido a acordos de acionistas onde as decisões relevantes são compartilhadas com outras partes.

31. Aquisições e desinvestimentos

Ganhos (perdas) na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de		2025	2024	Consolidado 2023
Aliança Geração de Energia S.A.	31(a)	(206)	305	—
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	31(b)	—	626	—
Vale Oman Distribution Center	31(c)	—	1.222	—
PT Vale Indonesia Tbk	31(d)	—	1.059	—
Mineração Rio do Norte	31(f)	—	—	(87)
Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)	—	—	31
		(206)	3.212	(56)

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	2025	2024	Consolidado 2023
Caixa recebido na alienação parcial das ações da Aliança	31(a)	891	—	—
Caixa desembolsado na compra de ações da Aliança	31(a)	—	(493)	—
Caixa desembolsado na compra de ações da Anglo American Brasil	31(b)		(30)	—
Caixa recebido na alienação parcial das ações da VODC	31(c)	—	600	—
Caixa recebido na alienação parcial das ações da PTVI	31(d)	—	155	—
Caixa recebido na alienação parcial das ações da VBML	31(e)	—	2.455	—
Desembolso relacionado à venda da MRN	31(f)		—	(72)
Caixa recebido na venda da Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)	—	—	1.082
Contribuição de capital para a Companhia Siderúrgica do Pecém	31(h)		—	(1.149)
Recebimentos (pagamentos) provenientes da alienação e aquisição de investimentos, líquido		891	2.687	(139)

a) Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) – Em março de 2024, a Companhia celebrou acordo com a Cemig GT para a aquisição da participação de 45% detida na Aliança. A decisão foi tomada no contexto do plano de desinvestimento divulgado ao mercado pela Cemig GT em 2020, e a Vale optou por exercer seu direito preferencial de aquisição.

Em agosto de 2024, a transação foi concluída pelo valor de US\$493 (R\$2.737 milhões) e a Vale passou a deter 100% da participação acionária da Aliança. Como consequência, a Companhia registrou um ganho de US\$305 (R\$1.693 milhões) no resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2024 como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures”, decorrente da remensuração ao valor justo da participação acionária detida anteriormente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos como resultado da aquisição estão demonstrados a seguir:

		Notas	13 de agosto de 2024	Aliança Energia
Ativos identificáveis adquiridos				
Caixa e equivalentes de caixa			95	
Intangíveis		15	828	
Imobilizado		13	573	
Outros			40	
			1.536	
Passivos assumidos				
Empréstimos e financiamentos			21(c)	245
Tributos diferidos sobre o lucro			5(b)	312
Outros				140
				697
Ativos líquidos adquiridos				839

Conforme demonstrado na tabela abaixo, o passivo fiscal diferido reconhecido sobre a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos resultou em ágio, o qual não é dedutível para fins fiscais.

		Notas	13 de agosto de 2024	Aliança Energia
Contraprestação transferida pela aquisição de 45% de participação detida pela Cemig GT			493	
Valor justo da participação acionária de 55% previamente detida pela Vale			603	
Total [A]			1.096	
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos			1.096	
(-) Passivo fiscal diferido sobre a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos			(257)	
Valor justo dos ativos adquiridos, líquido [B]			839	
Ágio [A-B]			15	257

Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners ("GIP") para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves.

Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de US\$117 (R\$674 milhões) no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos", que foi alocada ao ágio (nota 15) originado na aquisição da Aliança.

Em setembro de 2025, os ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves foram transferidos da Vale S.A. para a Aliança, e a Companhia concluiu a referida transação pelo valor de US\$871 (R\$4.616 milhões), composto por um recebimento de caixa de US\$1.006 (R\$5.332 milhões), líquido de uma redução de US\$135 (R\$716 milhões) no investimento remanescente na Aliança em função de um empréstimo assumido pela investida no contexto da transação.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu uma perda de US\$89 (R\$472 milhões) no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos", e perdeu o controle sobre a Aliança. Consequentemente, a Companhia não irá mais consolidar a Aliança, sendo a participação remanescente contabilizada como uma coligada, por meio do método da equivalência patrimonial. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	Setembro de 2025
Caixa recebido	1.006
Reconhecimento do investimento remanescente de 30% a valor justo	238
(-) Desreconhecimento dos ativos líquidos da Aliança	(1.333)
Perda na transação	(89)

b) Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. ("Anglo American Brasil") – Em fevereiro de 2024, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Anglo American plc para a compra de 15% da Anglo American Brasil, empresa que atualmente detêm o complexo Minas-Rio ("Minas-Rio"), no Brasil. A transação foi concluída em dezembro de 2024 e, nos termos do acordo, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de US\$750 (R\$4.573 milhões) e realizou um desembolso de US\$30 (R\$181 milhões).

Adicionalmente, dependendo dos preços de minério de ferro nos próximos quatro anos, poderá haver um ajuste no preço da transação, o qual será reconhecido no resultado da Companhia, se houver.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu um ganho de US\$626 (R\$3.815 milhões) no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina, os quais foram aportados na Anglo American Brasil como parte da contraprestação pela participação societária adquirida.

A Companhia também receberá sua parcela proporcional da produção do Minas-Rio, além de deter uma opção de compra de uma participação adicional de 15% na operação. O preço de exercício da opção será o valor justo, calculado no momento do exercício.

A partir da aquisição, a Anglo American Brasil passou a ser uma coligada, sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pela Vale na investida.

c) Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center ("VODC") – A VODC opera um terminal marítimo com acesso ao Porto de Sohar, em Omã, com um amplo cais de águas profundas e um centro integrado de *blending* e distribuição de minério de ferro com capacidade nominal de 40 milhões de toneladas por ano.

Em agosto de 2024, a Companhia estabeleceu uma joint venture com a AP Oryx Holdings LLC ("Apollo") por meio de um acordo vinculante para a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da VODC, pelo valor de US\$600 (R\$3.325 milhões). A transação foi concluída em setembro de 2024, reduzindo a participação da Vale na VODC de 100% para 50% e alterando sua condição de subsidiária para *joint venture*.

Com a transação, a Vale compartilhou o controle sobre a VODC com a Apollo e, a partir de então, não irá mais consolidar a VODC, que será contabilizada como uma *joint venture* pelo método de equivalência patrimonial.

Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de US\$1.222 (R\$6.776 milhões) no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de US\$555 (R\$3.078 milhões), (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de US\$555 (R\$3.078 milhões) e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de US\$112 (R\$620 milhões). Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

26 de setembro de 2024	
Venda de 50% de participação	
Contraprestação recebida	600
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(45)
Ganho com a venda de participação	555
Remensuração da participação de 50% remanescente	
Reconhecimento do investimento remanescente de 50% a valor justo	600
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(45)
Ganho com a remensuração de participação	555
Outros efeitos da desconsolidação	
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	112
Ganho na transação registrado no resultado	1.222

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

d) Desinvestimento na PT Vale Indonesia Tbk ("PTVI") – Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PTVI em aproximadamente 10,5%. O desinvestimento foi realizado por meio da: (i) emissão de novas ações pela PTVI, diluindo a participação da Vale em 2,1% e, (ii) por meio da venda direta pela Vale de 8,4% de ações para a MIND ID. Com a conclusão da transação, a MIND ID se tornou a maior acionista da PTVI, detendo aproximadamente 34,0% das ações emitidas, com a Companhia e a SMM detendo aproximadamente 33,9% e 11,5%, respectivamente. A conclusão da transação satisfez uma condição fundamental para que a PTVI prolongasse sua licença de mineração até 2035, com possibilidade de estender a licença para além deste período condicionada ao atendimento de determinados requisitos.

Com a transação, a Vale recebeu US\$155 (R\$862 milhões) por suas ações e perdeu o controle sobre a PTVI, que passou a ser contabilizada como uma coligada pelo método de equivalência patrimonial, devido a influência significativa detida pela Vale.

Como resultado, em junho de 2024, a Companhia reconheceu um ganho de US\$1.059 (R\$5.710 milhões) no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho foi derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de US\$1.063 (R\$5.728 milhões) e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de US\$657 (R\$3.654 milhões), líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de US\$661 (R\$3.672 milhões). Os efeitos desta transação estão summarizados abaixo:

28 de junho de 2024	
Contraprestação recebida	155
Investimento remanescente de 33,9% a valor justo (i)	1.910
Efeitos da desconsolidação:	
Desreconhecimento dos ativos líquidos da PTVI	(3.697)
Ganho com o desreconhecimento da participação de acionistas não controladores	1.628
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	1.063
Ganho na transação registrado no resultado	1.059

(i) O valor justo do investimento remanescente de 33,9% foi estimado com base em laudo emitido por avaliador externo. O laudo considerou o método de fluxo de caixa descontado. As premissas chave utilizadas foram (i) taxa de desconto de 7,75% com prêmio de risco incremental de aproximadamente 1,00% para determinados ativos, (ii) vida útil dos ativos até 2065, e (iii) intervalo de preços projetados para níquel entre US\$/t 17.501 e US\$/t 21.000.

e) Parceria estratégica no negócio de Vale Metais Básicos – Em julho de 2023, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Manara Minerals, uma *joint venture* formada pela Ma'aden and Saudi Arabia's Public Investment Fund, na qual a Manara Minerals faria um investimento na Vale Base Metals Limited ("VBM"), a holding do negócio de Vale Metais Básicos. Ao mesmo tempo, Vale e Engine No. 1 celebraram outro acordo vinculante para investimento na VBM.

Em abril de 2024, a Companhia concluiu a transação com a Manara Minerals para venda de 10% da Vale Base Metals Limited ("VBM"), pelo valor de US\$2.455 (R\$12.697 milhões), que foi integralmente capitalizado na VBM, diluindo a Vale para uma participação acionária de 90%, mantendo o controle sob a VBM. Com isso, a Vale reconheceu um ganho pela venda no valor de US\$895 (R\$4.593 milhões) no patrimônio líquido, com efeito atribuído aos acionistas não controladores de US\$1.514 (R\$7.828 milhões), apresentados como "Transações com acionistas não controladores".

Adicionalmente, em abril de 2024, a Vale e Engine No. 1 concordaram em não seguir com os termos e condições previamente acordados e essa transação foi descontinuada, sem penalidades para ambas as partes.

f) Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") – Em novembro de 2023, a Vale concluiu a venda de sua participação de 40% na MRN, que estava integralmente provisionada por *impairment* desde 2021, para a Ananke Alumina S.A. ("Ananke"), uma subsidiária da Norsk Hydro ASA. Na conclusão da transação, a Vale pagou US\$72 (R\$351 milhões) para o comprador, resultando em uma perda de US\$87 (R\$420 milhões) registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 como "Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*".

g) Vale Oman Pelletizing Company LLC ("VOPC") – Em fevereiro de 2023, o OQ Group exerceu a opção de venda de sua participação minoritária de 30% detida na VOPC. Como resultado, em abril de 2023, a Companhia concluiu a transação e adquiriu a participação minoritária anteriormente detida pelo OQ Group por US\$130 (R\$653 milhões), resultando em um ganho de US\$3 (R\$15 milhões), registrado no patrimônio líquido como "Transações com acionistas não controladores", uma vez que se trata de uma transação entre acionistas. Após o fechamento, a Vale passou a deter 100% do capital social da VOPC.

h) Venda da Companhia Siderúrgica do Pecém (“CSP”) – Em julho de 2022, a Companhia assinou, em conjunto com os demais acionistas da CSP, um acordo vinculante com a ArcelorMittal Brasil S.A. (“ArcelorMittal”) para a venda da CSP. Com base nos termos do acordo, a Companhia reconheceu um *impairment* do valor integral do investimento no valor de US\$111 (R\$553 milhões) e uma provisão para perda de contas a receber com a CSP no valor de US\$24 (R\$132 milhões), ambos registrados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em março de 2023, a Companhia concluiu a venda de sua participação na CSP para a ArcelorMittal. O valor recebido de US\$1.082 (R\$5.637 milhões) foi integralmente utilizado para pagar antecipadamente a dívida líquida da CSP, no valor de US\$1.149 (R\$5.983 milhões), e o restante da dívida foi liquidado pelos acionistas, desta maneira, a Vale desembolsou US\$67 (R\$346 milhões) para a conclusão da transação. Com isso, a Companhia também desreconheceu o saldo remanescente do passivo financeiro relacionado à garantia concedida à CSP e registrou um ganho no valor de US\$31 (R\$160 milhões) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado como “Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”.

Política contábil

Combinação de negócios – O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente se a aquisição for de instrumentos patrimoniais ou de outros ativos. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia; (iv) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente; e (v) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na controlada.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece toda participação de não controlador em uma entidade adquirida, pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

Operação descontinuada – A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

32. Benefícios a empregados

31 de dezembro de	Notas	Passivo circulante		Passivo não circulante	
		2025	2024	2025	2024
Salários, encargos sociais e outras remunerações	32(a)	1.014	934	—	—
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	32(b)	51	16	—	—
Obrigações com benefícios de aposentadoria	32(c)	68	62	1.214	1.118
		1.133	1.012	1.214	1.118

a) Programa de participação nos lucros e resultados ("PLR")

A Companhia registrou gastos com participação nos lucros e resultados no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e em outras despesas operacionais nos montantes de US\$628 (R\$3.498 milhões), US\$611 (R\$3.304 milhões) e US\$557 (R\$2.797 milhões) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Remuneração Associada a Metas de Desempenho ESG

Atualmente, a Companhia alinha os programas de remuneração à estratégia de negócios e ao objetivo de tornar a Vale uma companhia mais segura. Desde 2020, a Companhia está seguindo novos padrões para remuneração dos executivos. Para remuneração de curto prazo, pelo menos 30% das metas de desempenho são orientadas por métricas ESG e diretamente relacionadas a metas de segurança, gestão de riscos e sustentabilidade.

b) Pagamentos baseados em ações

A Companhia possui programas de incentivo de longo prazo que incluem o Programa Matching e o Programa de Ações Virtuais ("PAV") para os executivos elegíveis, cujo objetivo é incentivar a permanência dos empregados e estimular o desempenho. O valor justo dos programas é reconhecido em base linear no resultado, com contrapartida no patrimônio líquido, durante o período de serviço exigido de três anos, líquido das perdas estimadas.

Programa Matching

No Programa Matching, os participantes podem adquirir ações ordinárias da Vale no mercado. Se as ações adquiridas forem mantidas por um período de três anos, obedecendo as regras do programa, o participante tem o direito de receber da Vale um prêmio em ações, equivalente à quantidade de ações originalmente adquiridas.

O valor justo do programa Matching foi estimado utilizando o preço da ação e ADR da Companhia e a quantidade de ações concedidas na data da outorga.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	2.453.783	2.244.659	1.330.503
Preço da ação	10,13	12,02	15,94

Programa de Ações Virtuais ("PAV")

No Programa PAV, os executivos elegíveis podem vir a receber, após um ciclo de três anos, uma premiação em ações ordinárias condicionadas ao fator de desempenho da Vale medido com base em indicadores de retorno total aos acionistas ("TSR"), ROIC e Ambiental, Social e Governança ("ESG").

O valor justo do programa PAV foi mensurado estimando-se o fator de desempenho utilizando simulações de Monte Carlo para o Indicador de retorno aos acionistas e indicadores de saúde e segurança e de sustentabilidade. As premissas utilizadas para as simulações de Monte Carlo estão demonstradas na tabela abaixo bem como o resultado utilizado para o cálculo do valor esperado do fator de desempenho total.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	1.973.979	1.873.175	1.177.755
Data da outorga das ações	6 de maio, 2025	29 de abril, 2024	2 de janeiro, 2023
Preço da ação	9,31	12,49	16,60
Volatilidade esperada	33,82%	35,60%	48,33%
Prazo previsto (em anos)	3	3	3
Indicador de retorno aos acionistas esperado	87,67%	66,95%	72,42%
Fator de performance esperado	111,14%	112,13%	83,21%

c) Obrigações com benefícios de aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os planos do Brasil são os seguintes:

Plano de benefícios Vale Mais ("Vale Mais") e plano de benefícios Valiaprev ("Valiaprev") – Os empregados da Companhia participantes da Valia estão associados, em sua maioria, ao plano Vale Mais, que tem componente de benefício definido (benefício saldado oriundo do antigo Plano BD e benefício específico para cobertura por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença) e componente de contribuição definida (para benefícios programáveis). O plano Valiaprev é semelhante ao plano Vale Mais, com exceção de não ter o benefício saldado e benefício de auxílio-doença. Os planos Vale Mais e Valiaprev estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Plano de benefício definido ("Plano BD") – O Plano BD está fechado para novas adesões desde o ano 2000, quando foi implantado o Vale Mais. É um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase exclusivamente aposentados e seus beneficiários. O plano estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as contribuições realizadas pela Companhia para seu custeio não são materiais.

Plano de benefício Abono complementação – A Companhia patrocina um grupo específico de ex-empregados com direito a receber pagamentos suplementares aos benefícios normais da Valia. O plano Abono complementação estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros benefícios – A Companhia patrocina planos de assistência médica para funcionários que atendam critérios específicos e para funcionários participantes do plano Abono complementação. Apesar de não serem planos específicos de aposentadoria, são utilizados cálculos atuariais para calcular as obrigações futuras. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No exterior, os planos são administrados de acordo com suas regiões. Estão divididos entre planos no Canadá, Estados Unidos da América e Reino Unido. Os planos de pensão no Canadá são compostos de um benefício definido e um componente de contribuição definida. Atualmente os planos de benefício definido não permitem novas adesões. A maioria dos planos de benefício definido no exterior estavam deficitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo que dois planos estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em dezembro de 2023, a Companhia celebrou determinados contratos de anuidade ("*annuity contracts*") para transferir US\$836 (R\$4.178 milhões) em obrigações de plano de pensão e seus ativos associados. Esta transação resultou na liquidação e remensuração do plano de pensão e, como consequência, a Companhia reconheceu uma perda de US\$5 (R\$25 milhões), sem efeito caixa, na demonstração do resultado como "Outras despesas", mensurada pela diferença entre o prêmio e as obrigações transferidas.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

i. Evolução do valor presente das obrigações

Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2023	6.785
Custo do serviço	38
Custo do serviço passado	(1)
Custo de juros	391
Benefícios pagos	(612)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(306)
Custo administrativo e impostos	5
Ajuste de conversão	(1.031)
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2024	5.269
Custo do serviço	36
Custo de juros	442
Benefícios pagos	(614)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	35
Custo administrativo e impostos	8
Ajuste de conversão	462
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2025	5.638

ii. Evolução do valor justo dos ativos

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	6.472
Receita de juros	387
Contribuições do empregador	95
Benefícios pagos	(612)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(225)
Ajuste de conversão	(1.058)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	5.059
Receita de juros	460
Contribuições do empregador	79
Benefícios pagos	(614)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(4)
Ajuste de conversão	491
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	5.471

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

iii. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial

31 de dezembro de	2025	2024
Movimentação do teto do ativo		
Saldo no início do exercício	860	1.071
Receita de juros	107	69
Mudanças no teto do ativo	(64)	(76)
Ajuste de conversão	94	(204)
Saldo no final do exercício	997	860
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações atuariais	(5.638)	(5.269)
Valor justo dos ativos	5.471	5.059
Efeito do limite do ativo (teto)	(997)	(860)
Passivos, líquidos	(1.164)	(1.070)
Ativo circulante	30	—
Ativo não circulante	88	110
Ativo	118	110
Passivo circulante	(68)	(62)
Passivo não circulante	(1.214)	(1.118)
Passivo	(1.282)	(1.180)

iv. Custos reconhecidos na demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Custo do serviço	36	38	39
Despesa de juros	442	391	493
Receita de juros	(460)	(387)	(514)
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	107	69	104
Outros	—	5	11
Total dos custos líquidos	125	116	133

v. Custos reconhecidos na demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Saldo no início do exercício	(30)	(200)	(107)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(35)	306	(642)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(4)	(225)	330
Mudança de teto de ativo	64	76	220
Outros	(5)	(7)	(12)
	20	150	(104)
Imposto de renda diferido	(2)	(48)	36
Resultado abrangente do exercício	18	102	(68)
Ajuste de conversão	(16)	68	(25)
Resultado abrangente acumulado	(28)	(30)	(200)

vi. Riscos relacionados aos planos

Os administradores dos planos possuem o compromisso destacado no planejamento estratégico de fortalecer os controles internos e a gestão de riscos. São realizadas auditorias, avaliações dos controles internos e estudos técnicos, que visam a mitigação dos seguintes riscos:

Legal – Ações judiciais: emissão de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível), com foco na decisão administrativa dos provisionamentos. Promover e acompanhar as adequações às novas obrigações legais e monitoramento do cumprimento das obrigações legais estabelecidas. *Due diligence* de terceiros sob a ótica do Programa de Integridade.

Atuarial – A avaliação atuarial anual dos planos de benefícios compreende a avaliação de encargos, receitas e adequação dos planos de custeio. Estudo técnico de aderência das premissas adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios elaborado por atuário externo, conforme legislação vigente. Acompanhamento das premissas biométricas, demográficas e econômico-financeiras.

Mercado – São realizados estudos técnicos de alocação com objetivo de avaliar carteiras de investimentos das diversas obrigações dos planos e projetar o resultado futuro dessas carteiras. Para as obrigações tipo benefício definido são realizados estudos de *Asset Liability Management* (estudo de Gestão de Ativos e Passivos), enquanto para as obrigações tipo contribuição definida há estudos de fronteira eficiente (perfis de investimento) e de *glidepath* (ciclos de vida). Monitoramento periódico do risco de mercado de curto prazo dos planos a partir de indicadores de risco (VaR – Valor em Risco, Benchmark VaR, Máximo Drawdown, Testes de Stress, dentre outras).

Crédito – Classificação de risco dos títulos de emissores corporativos e bancários a partir de avaliações quantitativas e qualitativas do risco de crédito do emissor, do ativo e suas garantias, desde a aquisição até o vencimento. Esse rating interno sensibiliza as provisões para perdas de risco de crédito, assim como a inadimplência verificada, conforme legislação vigente. As provisões para perdas dos empréstimos com participantes são realizadas a partir da inadimplência verificada nos pagamentos.

Liquidez – Estudo técnico de liquidez dos planos com obrigações tipo benefício definido, com foco no longo prazo, cujo objetivo é de verificar a suficiência dos ativos no cumprimento das obrigações do plano. Monitoramento da liquidez de curto prazo com foco nas disponibilidades para cumprimento das obrigações dos planos para os próximos anos. As carteiras das obrigações tipo contribuição definida (perfis de investimentos e ciclos de vida) possuem ativos disponíveis para venda a qualquer tempo em situações normais de mercado.

vii. Hipóteses atuariais e econômicas e análise de sensibilidade

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, mortalidade e invalidez.

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

31 de dezembro de	Brasil		Exterior	
	2025	2024	2025	2024
Taxa média nominal de desconto	10,27% - 11,70%	11,07% - 12,12%	4,85% - 4,90%	4,66% - 4,72%
Taxa média nominal para determinar despesa / receita	10,38% - 11,70%	11,07% - 12,12%	4,66% - 4,72%	4,61%
Taxa média nominal de crescimento salarial	2,90% - 5,57%	3,50% - 5,57%	3,00%	3,10%
Taxa média nominal de reajuste de benefício	3,41% - 4,00%	3,50% - 4,25%	3,00%	3,00%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos – hipótese inicial	5,99%	6,61%	4,50%	4,50%
Taxa média nominal de crescimento dos custos médicos – hipótese final	5,99%	6,61%	4,50%	4,39%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	2,90% - 4,00%	3,50% - 4,25%	2,06%	2,08%

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de 1,0% na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia. Os efeitos desta análise no passivo atuarial da Companhia e as premissas adotadas são os seguintes:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

	Brasil	Exterior
31 de dezembro de	2025	2025
Taxa nominal de desconto - aumento de 1%		
Passivo atuarial após sensibilidade	2.765	2.474
Premissa adotada	11,98%	5,87%
Taxa nominal de desconto - redução de 1%		
Passivo atuarial após sensibilidade	3.064	3.108
Premissa adotada	9,81%	3,87%

viii. Ativos dos planos

Os ativos dos planos brasileiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem respectivamente (i) investimentos em carteira de ações e outros instrumentos da Vale no valor de US\$0 (R\$0) e US\$23 (R\$145 milhões) que estão apresentados como “carteira própria dos planos” e (ii) investimentos em títulos e valores mobiliários do governo federal no valor de US\$4.965 (R\$27.320 milhões) e US\$3.945 (R\$24.428 milhões), que estão apresentados como “títulos de dívida – Governo”.

Os ativos dos planos no exterior em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem títulos e valores mobiliários do governo do Canadá no valor de US\$866 (R\$4.765 milhões) e US\$507 (R\$3.139 milhões), respectivamente.

ix. Ativos por categoria

Os ativos por categoria são os seguintes:

31 de dezembro de	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	–	65	–	65	–	36	–	36
Títulos em ações	–	–	–	–	158	–	–	158
Título de dívida – Corporativo	–	33	–	33	–	310	–	310
Título de dívida – Governo	2.680	395	471	3.546	2.541	495	–	3.036
Fundo de investimento em renda fixa	1.554	–	–	1.554	1.166	–	–	1.166
Fundo de investimento em ações	260	–	–	260	376	1	–	377
Fundo de investimento internacional	73	–	72	145	55	–	117	172
Fundo de investimento de empresas não listadas	–	–	186	186	–	46	43	89
Fundo imobiliário	–	154	78	232	–	–	–	–
Empreendimento imobiliário	–	–	184	184	–	–	255	255
Empréstimos de participantes	–	–	181	181	–	–	143	143
Outros	–	–	1.052	1.052	–	–	1.040	1.040
Total	4.567	647	2.224	7.438	4.296	888	1.598	6.782
Fundos não relacionados aos planos de risco (i)				(1.967)				(1.723)
Valor justo do plano de ativos no ano				5.471				5.059

(i) Investimentos financeiros não relacionados à cobertura dos planos. Os fundos referem-se a empresas não consolidadas pelo grupo e auto contribuições de empregados.

A mensuração de ativos dos planos a valor justo com variáveis não observáveis de mercado (nível 3) é a seguinte:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de investimento internacional	Fundo imobiliário	Empreendimento imobiliário	Empréstimos de participantes	Títulos de dívida - Governo	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	255	–	–	321	163	–	131	870
Transferência	(183)	183	–	–	–	–	–	–
Retorno sobre os ativos do plano	(12)	(52)	–	1	23	–	(4)	(44)
Ativos comprados	–	–	–	3	62	–	–	65
Ativos vendidos durante o exercício	(4)	–	–	(13)	(67)	–	–	(84)
Ajuste de conversão	(13)	(14)	–	(57)	(38)	–	(11)	(133)
Transferência entre níveis de valor justo	–	–	–	–	–	–	924	924
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43	117	–	255	143	–	1.040	1.598
Transferência	–	(46)	75	(75)	–	46	–	–
Retorno sobre os ativos do plano	12	–	3	3	24	–	12	54
Ativos comprados	150	1	–	38	239	425	–	853
Ativos vendidos durante o exercício	(25)	–	–	(59)	(242)	–	–	(326)
Ajuste de conversão	6	–	–	22	17	–	–	45
Saldo em 31 de dezembro de 2025	186	72	78	184	181	471	1.052	2.224

x. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar US\$57 (R\$316 milhões) no exercício de 2026 com os planos de pensão e outros benefícios.

xi. Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros são as seguintes:

	Consolidado
2026	351
2027	354
2028	356
2029	366
2030	367
2031 e posteriormente	1.771

Política contábil**i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes**

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo – programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base contribuições das equipes e das unidades de negócio e o desempenho global da Companhia através da geração de caixa operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo – pagamento baseado em ações

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (Programa Matching e Programa de Ações Virtuais – PAV), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. Os programas de remuneração de longo prazo com base em ações são liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total das despesas é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas.

iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Para os planos superavitários, a Companhia reconhece os ativos líquidos limitados ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições, levando em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Para os planos deficitários, a Companhia reconhece os passivos líquidos. Os ganhos ou perdas no reconhecimento/remensuração dos referidos ativos/passivos líquidos são registrados no resultado do exercício ou no resultado abrangente, quando advindos da avaliação atuarial.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados – Os valores registrados dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetam os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão

33. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As receitas de venda líquidas referem-se à venda de minério de ferro para as siderúrgicas e ao direito de uso da capacidade das ferrovias. Os custos e despesas operacionais referem-se principalmente aos pagamentos variáveis dos arrendamentos das plantas de pelotização.

Compras, contas a receber, outros ativos, contas a pagar e outros passivos referem-se principalmente a valores cobrados pelas *joint ventures* e coligadas relacionadas aos arrendamentos operacionais das plantas de pelotização e serviços de transporte ferroviário.

a) Transações com partes relacionadas

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025			2024			2023		
	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro
Coligadas e Joint Ventures									
Companhia Siderúrgica do Pecém	–	–	–	–	–	–	93	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	–	–	–	(63)	–	–	(126)	–
Companhias de Pelotização (i)	–	(36)	(36)	–	(308)	(26)	–	(227)	(38)
MRS Logística S.A.	–	(459)	–	–	(429)	–	–	(453)	–
Norte Energia S.A.	–	(70)	–	–	(66)	–	–	(107)	–
Vale Oman Distribution Center (ii)	–	(277)	–	–	(63)	–	–	–	–
VLI	320	(49)	(5)	359	(26)	(2)	321	(29)	(3)
PTVI	–	(641)	–	–	(397)	–	–	–	–
Anglo American	–	(235)	13	–	–	–	–	–	–
Aliança Geração de Energia S.A.	–	(63)	–	–	–	–	–	–	–
Outros	26	(1)	–	29	(11)	–	32	(11)	1
	346	(1.831)	(28)	388	(1.363)	(28)	446	(953)	(40)
Acionistas									
Bradesco	–	–	213	–	–	(416)	–	–	201
Mitsui	147	–	–	247	–	–	280	–	–
Cosan	8	(16)	–	3	(4)	–	10	(11)	–
Banco do Brasil	–	–	9	–	–	1	–	–	–
	155	(16)	222	250	(4)	(415)	290	(11)	201
Total	501	(1.847)	194	638	(1.367)	(443)	736	(964)	161

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

(ii) Em 2023, a Vale Oman Distribution Center era uma controlada indireta da Vale S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

b) Saldos em aberto com partes relacionadas

31 de dezembro de	2025			2024			Ativo
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos	
Coligadas e Joint Ventures							
Companhias de Pelotização (i)	—	—	7	—	—	—	34
MRS Logística S.A.	—	—	9	—	13	32	
VLI	—	41	—	—	19	—	
PTVI	—	1	—	—	—	—	
Anglo American	—	—	254	—	—	149	
Outros	—	6	9	—	5	1	
	—	48	279	—	37	216	
Acionistas							
Cosan	—	—	—	—	3	—	
Bradesco	1.003	—	82	261	—	16	
Banco do Brasil	186	—	9	22	—	—	
Mitsui	—	49	—	—	7	—	
	1.189	49	91	283	10	16	
Fundo de pensão	—	18	—	—	16	—	
Total	1.189	115	370	283	63	232	

31 de dezembro de	2025			2024	
	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos	Fornecedores e empreiteiros	Instrumentos financeiros e outros passivos	
Coligadas e Joint Ventures					
Companhias de Pelotização (i)	28	235	49	291	
MRS Logística S.A.	25	—	32	—	
Vale Oman Distribution Center	49	—	44	—	
VLI	3	81	2	47	
PTVI	58	—	67	—	
Anglo American	28	—	—	—	
Outros	43	—	24	—	
	234	316	218	338	
Acionistas					
Cosan	—	—	1	—	
Bradesco	—	24	—	163	
	—	24	1	163	
Fundo de pensão	—	—	11	—	
Total	234	340	230	501	

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	2023
Benefícios de curto prazo:			
Salários	8	10	11
Benefícios direto e indireto	1	1	1
Programa de participação nos lucros e resultados ("PLR")	6	11	11
	15	22	23
Benefícios de longo prazo:			
Baseado em ações	9	10	14
Indenização	8	3	2
	32	35	39



Base de preparação e outros requerimentos

34. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações materiais das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment"), quando aplicável. Os ativos não circulantes mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

O Conselho de Administração autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia de 12 de fevereiro de 2026.

a) Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

CPC 51 – Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras

O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e que substituirá o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) é efetiva a partir destas demonstrações financeiras. Não houve alterações materiais nas políticas contábeis da Vale em função da referida orientação técnica.

Outras normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Algumas outras normas, alterações, interpretações e orientações contábeis foram emitidas recentemente, porém, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

b) Demonstração do Valor Adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. A lista das investidas mais relevantes, incluindo controladas, coligadas e *joint ventures*, bem como, as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, estão descritas na nota 30.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Vale opera ("moeda funcional"). A moeda funcional das principais controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar americano ("US\$").

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das controladas com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio final de cada exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente como "Ajustes de conversão".

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no resultado abrangente e acumuladas no patrimônio líquido são reclassificadas para o resultado do exercício. A política contábil aplicada está descrita na nota 30.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de controladas com moeda diferente da moeda funcional da Vale foram:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Taxa final			Taxa média		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Dólar Americano ("US\$")	5,5024	6,1923	4,8413	5,5855	5,3920	4,9954
Dólar Canadense ("CAD")	4,0187	4,3047	3,6522	3,9981	3,9342	3,7026
Euro ("EUR")	6,4692	6,4363	5,3516	6,3095	5,8340	5,4023

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Tributos diferidos sobre o lucro e posições fiscais incertas
12	Redução do valor recuperável de ativos não circulantes
13	Reservas minerais e vida útil das minas
14	Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos
16	Passivos relacionados a outorga da concessão
19	Estimativa do valor justo
25	Passivos relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho
26	Passivos relacionados à participação em coligadas e joint ventures
27	Processos judiciais e administrativos
30	Consolidação
32	Obrigações com benefícios de aposentadoria

f) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

Relatório da Administração sobre os Controles Internos Relacionados ao Processo de Preparação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (“Internal Control over Financial Reporting – ICOFR”)

A administração da Vale S.A (Vale) é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras são processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e destinação dos ativos da companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas para permitir a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da Administração e diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras pode não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adequação às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

A administração da Vale avaliou a eficácia dos controles internos da companhia relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os critérios estabelecidos na norma *“Internal Control – Integrated Framework (2013)”*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. Baseado nas avaliações e nos critérios aplicados, a Administração da Vale concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, os controles internos da companhia relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras são efetivos.

A efetividade dos controles internos da companhia relacionados às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., firma registrada de auditoria independente, cuja opinião não modificada consta em seu relatório anexo.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

Gustavo Duarte Pimenta

Presidente

Marcelo Feriozzi Bacci

Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores



Relatório da Firma Registrada de Auditoria Independente

Aos Administradores e Acionistas
Vale S.A.

Opiniões sobre as Demonstrações Financeiras e os Controles Internos sobre Relatórios Financeiros

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Vale S.A. e suas controladas ("Vale" ou "Companhia) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada um dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas (em conjunto, denominadas como "demonstrações financeiras consolidadas").

Examinamos também os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos no documento *Controles Internos - Estrutura Integrada (2013)* (*Internal Control (2013)*), emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para cada um dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os critérios estabelecidos no documento "Controles Internos - Estrutura Integrada (2013)", emitido pelo COSO.

Base para Opiniões

A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas, por manter controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros e pela avaliação da efetividade dos controles internos sobre os relatórios financeiros incluídos no Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos sobre Relatórios Financeiros.

Nossa responsabilidade é a de expressar opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e os controles internos da Companhia relacionados a relatórios financeiros com base em nossas auditorias. Somos uma firma de auditoria registrada no Conselho de

Vale S.A.

Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas (*Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB)) dos Estados Unidos e devemos manter nossa independência com relação à Companhia de acordo com as leis federais dos Estados Unidos e as normas e regulamentações aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission* (SEC)) e do PCAOB.

Conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Essas normas exigem que a auditoria seja planejada e realizada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e de que controles internos efetivos foram mantidos, em todos os aspectos relevantes, sobre os relatórios financeiros.

Nossas auditorias das demonstrações financeiras consolidadas incluíram a realização de procedimentos para avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e de realizar procedimentos em resposta a tais riscos. Esses procedimentos incluíram o exame, com base em testes, de evidências referentes aos valores e às divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossas auditorias incluíram também a avaliação dos princípios contábeis utilizados e estimativas significativas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. O nosso exame dos controles internos sobre os relatórios financeiros incluiu a obtenção de um entendimento dos controles internos sobre os relatórios financeiros, avaliação do risco de existência de uma deficiência material e a realização de teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos com base nos riscos avaliados. Os nossos exames também incluíram a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias.

Acreditamos que nossas auditorias fornecem uma base razoável para as nossas opiniões.

Definição e Limitações dos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros

Os controles internos sobre relatórios financeiros de uma companhia representam um processo que visa oferecer segurança razoável com relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre relatórios financeiros de uma companhia incluem políticas e procedimentos que (i) dizem respeito à manutenção de registros que refletem precisa e adequadamente, com detalhamento razoável, as transações e alienações dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e os gastos da companhia são realizados somente de acordo com as autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável com relação à prevenção ou detecção, em tempo hábil, de aquisição, utilização ou alienação, não autorizadas, dos ativos da companhia que poderiam afetar de forma significativa as demonstrações financeiras.

Vale S.A.

Devido às limitações inerentes aos controles internos sobre relatórios financeiros, eles podem não prevenir ou detectar distorções. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados em razão de alterações nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou os procedimentos possa se deteriorar.

Assuntos Críticos de Auditoria

Os assuntos críticos de auditoria divulgados abaixo tratam de assuntos que surgiram a partir da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício corrente que foram reportados ou solicitados a serem reportadas ao conselho fiscal e que (i) estão relacionados a contas ou divulgações relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas e que (ii) envolveram julgamentos especialmente desafiadores, subjetivos ou complexos de nossa parte. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo não foi alterada por causa dos assuntos críticos de auditoria reportados. Além disso, ao reportarmos os assuntos críticos de auditoria abaixo, não estamos expressando opiniões separadas sobre os assuntos críticos de auditoria ou sobre as respectivas contas ou divulgações.

Provisão para descaracterização de barragens

De acordo com a Nota 14(a) das demonstrações financeiras consolidadas, o saldo da provisão para descaracterização de todas as suas barragens de rejeitos construídas sob o método a montante, localizadas no Brasil, era de US\$ 2.097 milhões em 31 de dezembro de 2025. A administração aplica julgamento significativo no desenvolvimento das estimativas para descaracterização das estruturas das barragens, incluindo: (i) o volume de rejeitos a ser removido; (ii) a disponibilidade de locais para depósito de rejeitos e a distância até eles; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto. Além disso, conforme também divulgado pela administração, dada a natureza e incertezas inerentes a esse tipo de provisão, os valores reconhecidos e divulgados serão reavaliados pela Companhia a cada período de reporte e poderão ser ajustados significativamente em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias forem conhecidos.

As principais considerações para nossa determinação de que a execução de procedimentos relativos às provisões para descaracterização das estruturas das barragens seja um assunto crítico de auditoria são: (i) o julgamento significativo por parte da administração, incluindo o uso de especialistas, ao desenvolver as estimativas dos custos totais esperados para realizar todos os projetos de descaracterização de barragens, o que por sua vez levou a (ii) alto grau de julgamento do auditor, subjetividade, esforço na execução de procedimentos e avaliação das premissas significativas da administração relacionadas ao volume de rejeito a ser removido e métodos e soluções de engenharia, e (iii) o esforço de auditoria envolveu o uso de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados.

O tratamento do assunto envolveu a execução de procedimentos e a avaliação das evidências de auditoria em conexão com a formação de nossa opinião geral sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Esses procedimentos incluíram o teste da eficácia dos controles

Vale S.A.

relacionados às estimativas da administração sobre a provisão para descaracterização das estruturas das barragens. O trabalho dos especialistas da administração foi utilizado na execução dos procedimentos para avaliar a razoabilidade das soluções de engenharia e premissas significativas utilizadas pela administração relacionadas ao volume de rejeitos a ser removido e métodos de engenharia para executar essa remoção. Como base para a utilização desse trabalho, foram compreendidas as qualificações dos especialistas e avaliado o relacionamento da Companhia com esses especialistas. Os procedimentos executados também incluíram a avaliação dos métodos e premissas utilizados pelos especialistas e procedimentos para avaliar se estes eram consistentes com as referências internas e externas, bem como as evidências disponíveis ou obtidas em outras áreas da auditoria.

Adicionalmente, esses procedimentos incluíram avaliar se as premissas relacionadas ao volume de rejeitos a ser removido e métodos e soluções de engenharia eram razoáveis, considerando as informações disponíveis de acordo com a fase de engenharia de cada projeto e as informações históricas coletadas dos projetos de descaracterização em andamento da Companhia.

Contingências tributárias e posições fiscais incertas

Conforme descrito na Nota 27 das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia reconheceu provisões para processos tributários (exceto impostos sobre a renda) no valor de US\$ 217 milhões em 31 de dezembro de 2025, e divulgou passivos contingentes relacionados aos processos tributários no valor de US\$ 7.218 milhões. A Companhia reconhece uma provisão para processos tributários (exceto impostos sobre a renda) nas demonstrações financeiras consolidadas para a resolução de processos pendentes quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado e a administração determina que uma perda é provável, e o valor da perda pode ser razoavelmente estimado, com o apoio de especialistas da Companhia. Nenhuma provisão para processos tributários é reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas para resultados desfavoráveis quando, após a avaliação das informações disponíveis, (i) a administração concluir que não é provável que uma perda tenha ocorrido em qualquer um dos processos em andamento; ou (ii) a administração não seja capaz de estimar a perda ou o intervalo de perda para qualquer uma das pendências. A Companhia divulga informações sobre passivos contingentes quando a administração conclui que o risco de perda é possível ou não pode estimar razoavelmente os valores envolvidos, mas é razoavelmente possível que uma perda possa ser incorrida.

Além disso, conforme descrito na Nota 5(d), a Companhia divulgou o montante de US\$ 8.858 milhões relacionado a posições incertas de impostos sobre a renda, cuja aceitação dos tratamentos fiscais dependerá da decisão das autoridades fiscais no futuro. No caso de posições incertas de imposto sobre a renda, a administração determina se é provável ou não que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento incerto. Se a administração concluir que não é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento incerto de impostos sobre a renda, uma provisão é reconhecida.

As principais considerações para nossa determinação de que a realização de procedimentos relacionados a litígios tributários e posições incertas de impostos sobre a renda sejam um assunto crítico de auditoria são: (i) os julgamentos significativos da administração ao avaliar a probabilidade de uma perda, ao determinar se é possível fazer uma estimativa razoável da perda ou intervalo de perda e resultados possíveis para cada reivindicação de litígio tributário

Vale S.A.

e ao avaliar se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento fiscal incerto, o que, por sua vez, levou a um alto grau de julgamento do auditor, subjetividade e esforço na avaliação da avaliação da administração sobre a probabilidade de perda associada às reivindicações de litígios e à aceitação das posições incertas de impostos sobre a renda; e (ii) o esforço de auditoria envolveu o uso de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados.

O tratamento do assunto envolveu a execução de procedimentos e avaliação das evidências de auditoria em conexão com a formação de nossa opinião geral sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Esses procedimentos incluíram testar a eficácia dos controles relacionados à avaliação da administração das reivindicações de litígios tributários e posições incertas de impostos sobre a renda, incluindo controles para determinar se uma perda é provável e se o valor da perda pode ser razoavelmente estimado, ou se é provável que a autoridade fiscal aceitará a posição incerta de impostos sobre a renda, bem como divulgações nas demonstrações financeiras. Esses procedimentos também incluíram, entre outros, a obtenção e avaliação das cartas de circularização de auditoria com assessores jurídicos internos e externos, avaliando a razoabilidade da avaliação da administração sobre se resultados desfavoráveis são razoavelmente possíveis ou prováveis e passíveis de estimativa razoável e avaliando a suficiência das divulgações da Companhia sobre as contingências de litígios tributários e posições incertas de impostos sobre a renda. O trabalho dos especialistas da Companhia foi utilizado na execução dos procedimentos para avaliar a razoabilidade das estimativas relacionadas às reivindicações de litígios tributários e posições incertas de impostos sobre a renda. Como base para a utilização desse trabalho, as qualificações e a objetividade dos especialistas foram avaliadas, bem como os métodos e premissas utilizados por eles. Os procedimentos também incluíram uma avaliação das análises dos especialistas. Além disso, profissionais com habilidades e conhecimentos especializados foram utilizados para auxiliar na avaliação da razoabilidade da estimativa ou intervalo de perda e possíveis resultados das principais contingências tributárias e posições fiscais incertas.

Redução ao valor recuperável ("impairment") de *goodwill* alocado nas operações de Níquel no Canadá e ativos não financeiros

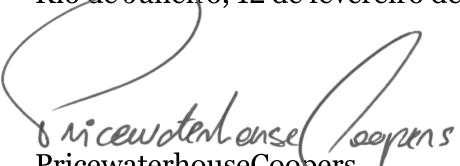
Conforme descrito na Nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas, a administração testa a redução ao valor recuperável do ágio pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil do ágio possa estar deteriorado. A administração também avalia indicadores de *impairment* para outros ativos não financeiros de longa duração, como intangíveis e imobilizado. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), determinado pelo seu valor justo menos os custos de venda, é inferior ao seu valor contábil. O valor justo é geralmente estimado pela administração usando modelos de fluxo de caixa descontado. As projeções de fluxo de caixa da administração utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos ou UGCs incluíram julgamentos e premissas significativas relacionadas a (i) preços futuros de metais a longo prazo; e (ii) taxas de desconto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perdas por *impairment* de US\$ 3.578 milhões, principalmente relacionadas às operações de níquel em Newfoundland e Labrador, localizadas no Canadá.

Vale S.A.

As principais considerações para nossa determinação de que a execução de procedimentos relacionados aos testes de *impairment* para o ágio e outros ativos não financeiros de longa duração seja um assunto crítico de auditoria são devidas aos julgamentos significativos aplicados pela administração ao desenvolver a mensuração de valor justo de ativos e UGCs. Isso levou a um alto grau de julgamento, subjetividade e esforço do auditor na execução de procedimentos e avaliação das projeções de fluxo de caixa e premissas significativas da administração, relacionadas aos preços futuros de metais a longo prazo e taxas de desconto. Além disso, o esforço de auditoria envolveu o uso de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados.

O tratamento do assunto envolveu a execução de procedimentos e avaliação das evidências de auditoria em conexão com a formação de nossa opinião geral sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Esses procedimentos incluíram testar a eficácia dos controles relacionados à avaliação pela administração de *impairment* do ágio e de outros ativos não financeiros de longa duração, incluindo controles sobre a avaliação de ativos e UGCs. Esses procedimentos também consideraram, entre outros (i) testar o processo da administração para desenvolver as estimativas de valor justo; (ii) avaliar a adequação dos modelos de fluxo de caixa descontado; (iii) testar a completude e a precisão dos dados subjacentes utilizados nos modelos; e (iv) avaliar a razoabilidade das premissas significativas utilizadas pela administração relacionadas aos preços futuros de metais a longo prazo e taxas de desconto. Avaliar essas premissas significativas da administração envolveu verificar se as premissas utilizadas eram razoáveis considerando (i) o desempenho atual e passado dos ativos e UGCs; (ii) a consistência com dados de mercado e da indústria externos; e (iii) se essas premissas eram consistentes com evidências obtidas em outras áreas da auditoria. Profissionais com habilidades e conhecimentos especializados foram utilizados para auxiliar na avaliação dos modelos de fluxo de caixa descontado da Companhia e das premissas de preços futuros de metais a longo prazo e taxa de desconto.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

Somos os auditores da Companhia desde 2019.

